

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO GRANDE DO SUL  
- A ATRIBUIÇÃO DE VALORES A UMA MEMÓRIA COLETIVA *EDIFICADA* PARA O ESTADO -

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FRINÉIA ZAMIN  
Orientador: Prof<sup>o</sup> Francisco Marshall

Agosto de 2006

## Agradecimentos

Ao professor Círio Simon por ter possibilitado o acesso à documentação do Conselho Estadual de Cultura.

Aos funcionários e estagiários do IPHAE pelo cortês atendimento nas longas horas de pesquisa, em especial à Aline, estagiária do setor de História, e à arquiteta Alice Cardoso.

À historiadora e amiga Zita Possamai pela seriedade, determinação e crítica apurada com que tem dado estímulos a minha trajetória profissional e acadêmica.

Ao Gabriel Neves Camargo pelo otimismo e sabedoria que mantém e irradia mesmo nos momentos mais sombrios.

Ao Saulo pela longa trajetória de cumplicidade sempre acreditando nas capacidades e apostando nos desfechos positivos.

## SUMÁRIO

Introdução _____	06
CAPÍTULO I - Patrimônio Cultural	
I a. Genealogia do Conceito e das Práticas _____	13
I b. A Construção do Conceito Oficial e a Institucionalização das Práticas Preservacionistas _____	20
I c. A Institucionalização da Preservação no Brasil _____	25
CAPÍTULO II - A Atribuição de Valores	
II a. Pressupostos e Motivações _____	30
II b. A Valoração no Nível Nacional _____	36
CAPÍTULO III – A Preservação no Rio Grande do Sul _____	
III a. A Genealogia e a Institucionalização da Preservação no Estado _____	42
III b. As Inscrições no Tombo Histórico Estadual - Os Valores Atribuídos _____	49
CAPÍTULO IV – A Preservação do Patrimônio Cultural como Construção de Memórias Coletivas _____	
IVa. A Representação do Passado <i>Edificada</i> no RS _____	129
Considerações Finais _____	138
Bibliografia _____	140
Anexo – Listagem dos Bens Inscritos no Tombo Histórico _____	143

## RESUMO

A presente Dissertação trata sobre o Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul tombado no nível estadual. O foco de análise na pesquisa desenvolvida é a atribuição de valores para que um determinado bem da cultura material seja alçado à condição de patrimônio cultural. A atribuição de valor para que um objeto, móvel ou imóvel, seja consagrado como patrimônio cultural requer embasamentos estéticos, e/ou históricos, e/ou antropológicos capazes de dar-lhe legitimidade. Nesse sentido, procurou-se elucidar e compreender a forma como os agentes da instituição responsável pela gestão do patrimônio cultural do Estado – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE atribuíram valores aos 86 bens inscritos no Livro Tombo Histórico para dar-lhes legitimidade enquanto elementos materiais representativos da cultura do Estado.

## ABSTRACT

The present study deals with the cultural heritage of the state Rio Grande do Sul which is protected at state level. In the developed research, the analysis focus is the attribution of value so that a certain property of material culture is elevated to the condition of cultural heritage. The attribution of value to an object, be it mobile or a real estate, so that it is consecrated as cultural heritage, needs aesthetic and/or historical and/or anthropological bases, which are able to give them legitimacy. In this sense, we tried to elucidate and understand the way the agents from the institution responsible for the cultural heritage in the state – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – IPHAE (State Institut of the Historical and Artistic Heritage) attributed value to the 86 properties listed in the Livro Tombo Histórico (Historical Book of Register), to give them legitimacy as material elements representative of the state culture.

## LISTA DE SIGLAS

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

OEA – Organização dos Estados Americanos

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

DIPHIC – Divisão do Patrimônio Histórico e Cultural ( estadual )

CPHAE – Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual

IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

CEC – Conselho Estadual de Cultura

CODEC - Conselho de Desenvolvimento Cultural

SEDAC – Secretaria Estadual da Cultura

IHGRS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil

## Introdução

O interesse pelo tema do patrimônio cultural aflorou no momento em que comecei a atuar, exercendo a função de historiadora, no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado - IPHAE, no ano de 1999. Este Instituto, vinculado à Secretaria da Cultura do Estado – SEDAC, é composto por funcionários públicos – categoria de técnicos científicos, sendo dirigido por cargos de confiança escolhidos pelo Secretário de Cultura. Quando ingressei, a equipe era formada exclusivamente por arquitetos, desde a direção até estagiários que prestavam serviços administrativos. Num primeiro momento, deparando-me com este quadro, dentro de um órgão que tem como atribuição estudar, pesquisar, selecionar e preservar o patrimônio histórico e artístico do Estado deduzi que as atividades nele executadas limitassem-se às ações de conservação material e restauro dos elementos já consagrados. Parte de minha dedução inicial confirmou-se, entretanto logo me deparei com o fato de que o trâmite dos processos de reconhecimento do patrimônio cultural, vários deles não ancoradas em valores ligados à arte da construção, nem estéticos, mas em valores históricos, também faziam parte das ações da equipe. Tal situação confirmou afirmações sobre a manutenção de uma tradição, que se instituiu no Brasil e no Estado, de o campo da arquitetura capitanear, de forma hegemônica, o trato do patrimônio cultural oficial.

Na elucidação desta situação é que reside o problema gerador de indagações sobre a forma como se constrói e se oficializa a defesa e conservação de um patrimônio cultural que precisa ancorar-se em valorações capazes de legitimá-lo junto às comunidades nas quais estão inseridos e perante a sociedade, de modo que ela possa adotá-lo, mesmo que de forma superficial ou alegórica, como um referencial identitário. A atribuição de valor para que um objeto, móvel ou imóvel, seja consagrado como patrimônio cultural requer embasamentos estéticos, e/ou históricos, e/ou antropológicos capazes de dar-lhe legitimidade. É justamente neste ponto específico do problema para o qual direcionamos nossa análise nesta dissertação de Mestrado, ou seja, verificar o embasamento valorativo justificativo de que um bem seja alçado à categoria de patrimônio cultural do Estado. Interessou-nos identificar os agentes institucionais e compreender as noções, conceitos e valores, assim como os mecanismos por eles utilizados para atribuir valor aos bens tombados no nível estadual.

Para executar a análise do problema posto, a pesquisa foi estruturada a partir de uma identificação inicial da listagem do patrimônio cultural de Estado que é atualmente composto por 94 bens tombados pelo IPHAE, distribuídos em 42 municípios. Destes, 86 estão inscritos no Livro Tombo Histórico, 02 no Livro Tombo de Belas Artes, 01 no Livro Tombo de Artes Aplicadas

e 05 no Livro Tombo Paisagístico, Arqueológico e Etnográfico. Observou-se então as possibilidades de análise específica sobre cada um deles conforme as fontes disponíveis no IPHAE e no Conselho Estadual de Cultura - CEC, instância pela qual os processos devem passar para que seja dado parecer técnico aprovando ou não as determinações do Instituto. Diante do material encontrado, optou-se pelos processos administrativos de tombamento como principal fonte para a identificação e interpretação dos embasamentos acionados para justificar os pareceres favoráveis aos tombamentos. Para que um bem cultural seja tombado é necessária a abertura de um processo administrativo que tramita no órgão executor, no caso o IPHAE. Esses processos administrativos são uma fonte de pesquisa que permitem observar de onde partiram as iniciativas para a preservação de um determinado bem; os pressupostos de argumentação; os atores envolvidos; as repercussões junto a esses atores; as influências externas para a efetivação ou não do tombamento, enfim, uma série de elementos que apontam para a decisão final sobre a escolha do que deve compor o patrimônio cultural do Estado. Executou-se, então, uma análise minuciosa da forma de estruturação e tramitação junto ao poder executivo estadual, através da leitura e fichamento completo de cada um deles, e uma análise comparativa com a inscrição no Livro Tombo Histórico. Para isso foi feito um recorte sobre essas fontes analisadas, trabalhando-se exclusivamente com o grupo dos bens inscritos no Livro Tombo Histórico - LH, que chega ao número de 86, ou seja, mais de 90% do conjunto. A partir deste recorte, executou-se o aprofundamento da leitura de cada uma das fontes relacionadas ao grupo desses bens, com o que se buscou responder à indagação central, levantada desde a percepção do problema, que versa sobre a atribuição de valor a determinados elementos da cultura material do Estado. O volume de documentos que consta em cada um dos processos administrativos é variável, assim como o tempo de tramitação. Já no primeiro contato com essas fontes, observou-se que, no início, os processos tinham uma estrutura bastante sucinta, o que vai, aos poucos se alterando, na medida em que vão sendo anexados não apenas os documentos oficiais, mas também um variado material que tenha relação com o assunto como manifestações comunitárias ou de autoridades, proprietários e imprensa. Em alguns casos, o processo administrativo constitui-se numa espécie de dossiê sobre o bem, o que permite que se vislumbrem várias possibilidades e recortes de análise com o uso dessas fontes. A opção, que constitui o problema norteador desta pesquisa, de analisar a atribuição de valores direcionou o foco da atenção aos pareceres técnicos que, assim como a estrutura dos processos, também eram mais sucintos nos primeiros tombamentos, havendo inclusive alguns casos em que não foram executados e outros ainda (dois casos) em que não houve a abertura de processo. Aos poucos os pareceres vão tomando corpo maior, sendo explicitados mais dados, fazendo-se

referências a tendências teóricas, considerando propostas de uso, enfim ampliando as perspectivas de análise que ancoraram as argumentações.

A princípio, é de acordo com essas análises a respeito dos valores do bem, constantes nos pareceres técnicos, que se toma a decisão sobre a inscrição, ou não, de um bem em um dos quatro livros. Essa decisão é produzida de diversas formas, podendo ter sua origem em iniciativas internas, baseadas em inventários e conhecimentos produzidos pelo corpo técnico e pesquisadores da área, ou em demandas externas. Em princípio, ela se fundamenta nas interpretações sobre os valores atribuídos e nas linhas de preservação adotadas pela instituição responsável pela sua execução, porém uma série de outros fatores, que variam conforme os atores envolvidos em cada processo, influenciam nas decisões sobre o que preservar oficialmente. Esses outros fatores também foram levados em conta na análise das fontes.

No que concerne às leituras teóricas e referenciais selecionadas para nortear a pesquisa, primeiramente debruçamo-nos em abordagens historiográficas sobre o tema da memória que, a partir da década de 1970 com algumas obras que se tornaram emblemáticas, passou a ser objeto de estudo dos historiadores, assim como outras produções balizadoras nos estudos sobre memória e atribuição de valor histórico, geradas em outros campos do conhecimento, como a história da arte, a filosofia, a sociologia e o urbanismo. Além das abordagens sobre o tema da memória, que é um dos conceitos atualmente mais associados à questão da preservação patrimonial, buscamos a leitura de algumas produções teóricas que abordam o conceito de representação, com o qual os recentes estudos de história cultural, linha de pesquisa desta Universidade na qual está inserido este estudo, vêm operando. Num segundo momento, direcionamos a atenção para obras mais específicas sobre o patrimônio cultural do Brasil, a maior parte produzidas a partir da década de 1980, momento considerado como de uma abertura e alargamento das discussões sobre a construção do patrimônio nacional desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, em 1937. Nesse sentido, as primeiras discussões surgiram no campo das Ciências Sociais - Antropologia gerando textos que até hoje permanecem sendo os referenciais para os gestores do patrimônio cultural junto ao Ministério da Cultura / IPHAN. Partimos, então, para a leitura destes textos que tornaram-se *cânones* no meio patrimonialista, cujos principais autores referenciados são Simon Schwartzman, José Reginaldo Gonçalves, Antônio Augusto Arantes (atual presidente do IPHAN), Maria Alice Gouveia e Maria Cecília Londres Fonseca. Cabe destacar a obra da última autora - "O Patrimônio em Processo", que é a publicação da sua tese de doutorado em sociologia, defendida junto à UnB, cujo problema focado assemelha-se ao aqui posto na medida em que é analisada a atuação do corpo técnico do IPHAN, levantando entre outros aspectos, o perfil

teórico desses atores que foram responsáveis pela construção do patrimônio cultural da nação entre o final da década de 1930 e a década de 1990. A sua experiência de trabalho junto a vários setores do Ministério da Cultura, entre eles o Centro de Referência Cultural – CNRC e Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial, certamente afinou sua percepção sobre as práticas institucionais executadas por determinados atores imbuídos da autoridade para construir o patrimônio cultural nacional. A atribuição de valores é um dos aspectos das práticas institucionais por ela estudado.

Dando seqüência às leituras específicas, foram mapeadas algumas análises bem pontuais, produzidas no âmbito acadêmico sobre o tema patrimonial. Levantando dissertações e teses defendidas, pode-se perceber que muito recentemente tais estudos sobre o patrimônio cultural do Rio Grande do Sul começaram a surgir junto à academia, mais especificamente na área das ciências humanas. Com base nas buscas feitas, o estudo pioneiro parece ter sido o de Bernardo Lewgoy, junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia desta Universidade, no qual é analisado o caso do tombamento nacional, pelo IPHAN, de um conjunto de 48 casas no centro urbano de Antônio Prado. Lewgoy colocou como foco a abordagem das relações estabelecidas entre os técnicos patrimonialistas e a comunidade de descendentes de italianos do município. A riqueza de seu trabalho está em ter detectado e demonstrado como a noção de patrimônio foi ali introduzida de forma extrínseca, verificando-se dissonâncias conflitantes entre os conceitos de memória e identidade social dos grupos locais e dos especialistas. Além deste, tomamos três outros estudos, como referências locais, que trabalharam sobre o caso específico de Porto Alegre. Trata-se das dissertações de Zita Rosane Possamai e Marlice Giovanaz, defendidas junto a este PPGH, e de Ana Lúcia Meira, defendida junto à Faculdade de Arquitetura. A dissertação de Possamai, recentemente publicada<sup>1</sup>, trata sobre o Museu de Porto Alegre, problematizando a formação de seu acervo. Interessa-nos, especificamente, sua análise da configuração da casa – Solar Lopo Gonçalves- onde instalou-se este Museu, como patrimônio da cidade. Giovanaz, também como Lewgoy, utilizando, entre suas ferramentas de análise, o conceito de *campo* de Pierre Bourdieu, analisa a configuração, em Porto Alegre durante as décadas de 1960 e 1970, de um grupo de profissionais de diversas áreas que, produzindo discursos sobre o passado da cidade, acabaram por tornarem-se as vozes autorizadas a atuar e decidir sobre a preservação cultural em Porto Alegre. Meira, seguindo uma mesma linha que problematiza a prática patrimonial, aborda o caso de Porto Alegre, no período de 1970 a 1990, executando uma análise minuciosa das ações concretas de preservação na

---

<sup>1</sup> POSSAMAI, Zita Rosane. Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

cidade e colocando a participação dos cidadãos como uma questão norteadora da sua pesquisa

Em relação à pesquisa documental, cabe mencionar que o acesso a essa fonte não é algo rotineiramente disponibilizado, sendo necessário, para isso, autorização específica da diretoria do Instituto. Quanto à forma desta fonte, não há uma regra sobre a quantidade de documentos inseridos em cada processo, variando, no material analisado, entre 15 e 206 folhas. O tempo de tramitação desses processos também é bastante variável, bem como a origem dos documentos indicadores das decisões de abertura de processo administrativo pelo poder executivo, normalmente solicitada pelo Instituto, a partir de um documento inicial que interpretamos como sendo gerador da decisão, à Assessoria Jurídica da Secretaria de Cultura. Foram detectados dois casos de não localização do processo de tombamento, além de dois casos de inexistência, que é o do primeiro tombamento - Ponte 25 de Julho sobre o Rio dos Sinos, em São Leopoldo e do Teatro São Pedro, em Porto Alegre. Em ambos, o ato de tombamento baseou-se exclusivamente na inscrição no Livro Tombo Histórico.

Além dos processos eleitos como principal fonte de pesquisa, foi executado levantamento de possibilidades de fontes no Conselho Estadual de Cultura - CEC, com autorização discutida e aprovada em reunião de Sessão Plenária. Neste local, a documentação está quase inteiramente dispersa numa das salas ocupadas pela instituição. Certamente muitas fontes importantes perderam-se nas diversas mudanças por que passou o Conselho. Segundo informações do próprio presidente de então - Conselheiro Círio Simon, parte do que hoje está minimamente guardado em prateleiras de estantes metálicas, foi executado casualmente pela iniciativa de um funcionário com boa vontade (e bom senso) do setor administrativo. Não foi dado, até o momento, nenhum tratamento técnico à documentação existente. Frente a esta situação, a única possibilidade de pesquisa encontrada foi a de um conjunto de documentos, organizados em seqüência numérica, e acondicionados em duas pastas de arquivo A-Z identificadas como - Atas da Câmara do Patrimônio Histórico/ 1970 – 1985. O conjunto está completo desde a Ata nº 01 da sessão ordinária da Comissão de Ciências e Patrimônio Histórico e Artístico do CEC, realizada em 27/04/1970, até a Ata nº 197, de sessão ocorrida em 21/01/1987 (a documentação ultrapassou o limite temporal indicado pela denominação da coleção que indicava o ano de 1985). Também se trabalhou com duas publicações, nas quais estão contidos os pareceres técnicos elaborados pelas diversas câmaras técnicas do CEC nos anos de 1992, 1993 e 1994.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA. Pareceres Nº 01/92 a Nº 21/93 CEC. POA: Instituto Estadual do Livro, 1993.

\_\_\_\_\_. Pareceres Nº 01/94 a Nº 15/94 CEC. POA: Instituto Estadual do Livro.

No que diz respeito à escrita da Dissertação, ela foi desenvolvida em quatro capítulos. No primeiro capítulo está exposto um panorama geral a respeito da preservação do patrimônio cultural, sendo apresentados, em linhas gerais, antecedentes históricos das práticas de preservação das memórias coletivas, desde a Grécia arcaica até o início das políticas institucionais de preservação capitaneadas pelos estados nacionais no século XIX. Discorre-se, assim, a respeito da institucionalização das práticas de preservação no âmbito internacional e no Brasil, e sobre a construção do conceito de patrimônio cultural, utilizando-se como principal suporte os documentos oficiais que estabelecem as diretrizes e normas de preservação. A partir desses pressupostos teórico-interpretativos, abordamos a construção e consolidação do conceito de patrimônio cultural que dá suporte legal às ações preservacionistas. Para chegar ao caso específico do Rio Grande do Sul, na década de 1980, traçamos o panorama geral das convenções internacionais construídas e fixadas pela UNESCO, OEA, ICOMOS e IPHAN no nível nacional. Procuramos elucidar o conceito que atravessa toda a dissertação a partir das Cartas Patrimoniais elaboradas em encontros internacionais e da legislação nacional e estadual, destacando a forma como o conceito é utilizado no âmbito estadual.

No segundo capítulo é tratada a atribuição de valores em dois itens. No primeiro são considerados, em termos gerais, os pressupostos que, via de regra, ancoram essa ação que determina a escolha de um bem a ser preservado e considerado patrimônio cultural. Nesse item a referência teórica é a obra de Alois Riegl que consideramos a mais apropriada para trabalhar com a questão da valoração. No segundo item tratamos da atribuição de valores ao patrimônio nacional baseando-nos, principalmente, no mencionado trabalho de Maria Cecília Londres da Fonseca. O objetivo com esse capítulo é situar em termos internacionais e nacionais a questão levantada pela análise documental que segue no terceiro capítulo.

A escrita do terceiro capítulo está centrada na análise documental. É um capítulo longo no qual discorremos sobre cada um dos 86 bens, seguindo a seqüência do número de inscrição no Tombo Histórico. Consiste numa espécie de descrição empírica das fontes pesquisadas sobre o desenrolar de cada processo, sendo destacado o caráter de cada tombamento, a origem do pedido, os atores envolvidos e, sobretudo, os pareceres técnicos que são em partes citados. Com isso buscamos demonstrar a forma como foi atribuído valor e a argumentação utilizada sobre a representatividade de cada um desses bens que fazem parte do conjunto do patrimônio cultural estadual.

No quarto capítulo retornamos aos referencias teóricos examinando estudos sociológicos e históricos que abordam o tema da memória coletiva, conceito esse que tem sido

---

1994.

bastante associado ao conceito de patrimônio cultural nas últimas décadas. Nesse capítulo expomos nossa perspectiva de trabalho que considera a preservação de bens da cultura material como uma forma de construção de memórias coletivas e também como uma representação do passado que ganha legitimidade ao lado da escrita da história. A crescente tendência do alargamento dos espaços dedicados ao culto do passado tem provocado reflexões sobre o sentido desse culto, tanto no que diz respeito às motivações políticas na construção de memórias, quanto às implicações urbanísticas da preservação de prédios antigos e, também, quanto às relações estabelecidas com o passado. Entram, então, as referências teóricas que analisam esse processo da contemporaneidade. Trabalhando com o pressuposto de que a construção do patrimônio cultural tem o caráter de produzir documentos sobre processos históricos que marcaram grupos, estados e nações, procuramos elucidar a *história do Estado* que é *contada* pelo patrimônio cultural que foi preservado nessas duas décadas; que recortes do nosso processo histórico foram feitos através da escolha desses vestígios materiais para serem preservados.

# CAPÍTULO I – Patrimônio Cultural

## I a. GENEALOGIA DO CONCEITO E DAS PRÁTICAS

A preservação do patrimônio cultural no sentido de ações oficiais, executadas por instituições públicas, juridicamente estabelecidas para cumprir essa função, pode ser considerada (com exceção de alguns países) como uma prática recente. As primeiras diretrizes internacionais começaram a ser delineadas na década de 1930. Um início restrito aos países europeus foi, aos poucos, abrindo-se com a adesão de outros continentes. Não só o número de participantes das determinações internacionais foi crescendo, como também as demandas, diretrizes, pressupostos e motivações foram e continuam sendo revistas, reavaliadas e ampliadas. Guerras, reconfigurações do mapa político, mudanças nas relações internacionais, processos de descolonização e democratização, novos movimentos sociais buscando identidades étnicas, globalização, transformações aceleradas, avanços tecnológicos, enfim, o "ritmo da história" provocando constantes adaptações nas ações oficiais de preservação cultural. Nesse sentido, a preocupação com a salvaguarda dos bens culturais da humanidade acentua-se nos "tempos modernos" justamente pelo fato de que a experiência transformadora da modernidade trouxe consigo a ameaça da destruição daquilo que se tinha, daquilo que se era e daquilo que se sabia. O homem moderno começa a viver sob o impacto constante do novo. É, usando a expressão de Berman<sup>3</sup>, a "*aventura da modernidade*" onde a permanência do passado está sob maior ameaça do que a da simples ação do tempo.

Dessa forma, os conceitos norteadores da preservação não são, e de fato não poderiam ser, estanques. Patrimônio cultural é uma expressão que muito recentemente foi instituída como conceito-chave das ações preservacionistas, tendo passado por variações e, mesmo depois de oficialmente estabelecida como um conceito, se encontra em constante processo de reavaliação e ampliação. Patrimônio cultural é, portanto, um conceito dinâmico, um conceito *nômade*.

Patrimônio. Esta bela e antiga palavra estava, na origem ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito 'nômade', ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante. (CHOAY, 2001, p.11)

Mas a despeito da historicidade do conceito de patrimônio cultural e, portanto, à mutabilidade de seu sentido, podemos nos indagar sobre um sentido transcendental no ato de

---

<sup>3</sup> BERMAN, Marshall. Tudo que é Sólido Desmancha no Ar. A Aventura da Modernidade. SP: Cia. Das Letras, 1986.

preservar. Independentemente das determinações do fluxo da história, haveria no ato de preservar algo ligado à essência humana? Ele seria um traço cultural básico? Em outros termos, o homem, que tem como característica fundamental a produção de cultura, é essencialmente conservador (não no sentido político) ou não? Um sentido mais profundo do ato de preservar, que leve em conta como o ser humano relaciona-se com a passagem do tempo, com a sua própria produção cultural, com os ciclos de criação e destruição; de como o conhecimento pode ser acumulado e recriado, de como a arte pode ser transcendental, envolve uma série de relações que permeiam o conceito a que estamos nos atendo no presente estudo.

Se buscarmos traçar uma genealogia do conceito patrimônio cultural, observaremos a relação com outras noções e conceitos que, de diferentes formas na sucessão do tempo, vincularam-se à sua configuração: monumento, antiguidades, coleção, monumento histórico, monumento artístico, patrimônio histórico e artístico, identidade cultural, memória coletiva. Cada um deles com uma relevância maior dependendo de cada época, sendo que, na atualidade, o patrimônio cultural está mais conectado aos conceitos de identidade cultural e memória coletiva. Este último com uma presença muito forte, inclusive na produção historiográfica das últimas décadas, a ponto de alguns historiadores considerarem os estudos sobre memória como um campo específico da disciplina.

A memória é incontestavelmente da atualidade, por assim dizer: o termo se repete hoje como um 'leitmotiv' nas campanhas publicitárias dos editores, tanto na França quanto no exterior (especialmente nos Estados Unidos), e são incontáveis as obras que o empregam no título ou subtítulo, mesmo quando são de história, no sentido mais clássico do termo. Sem dúvida, no espírito de muitos dos nossos contemporâneos, a referência à memória deve oferecer uma mais-valia moral que a história, tão em voga há apenas alguns anos, parece ter dificuldade de assumir. Mas esse modismo, e mesmo esses desvios, sem dúvida, passageiros, não devem ocultar o fato de que já faz uma década que a história da memória constitui um campo específico, quase uma nova maneira de fazer história, à feição dos 'Lieux de mémoire', concebidos e editados por Pierre Nora no início dos anos 80 e concluídos em 1993.<sup>4</sup>

Se centrarmos a busca por uma genealogia do conceito de patrimônio cultural nas práticas da memória, ou seja, elegermos a associação dos conceitos preservação-memória, como um dos caminhos a percorrer, poderemos retroagir a mais remota antiguidade humana. A memória não é um traço exclusivo do *homo sapiens*; o que é exclusivo na nossa espécie é a memória simbólica, cuja força nos traços do *homo symbolicus* gera uma gama de

---

<sup>4</sup> HENRY, Rousso. A Memória não é mais o que era. in: AMADO, Janáina e FERREIRA, Marieta de Moraes(orgs.). Usos e abusos da História Oral. RJ: FGV, 1996. p. 94. Também explicado por BURKE, Peter. O que é a História Cultural?. RJ: Jorge Zahar Ed. , 2005. p . 87-90.

comportamentos para fazer frente ao perigo do esquecimento<sup>5</sup>. Entre esses comportamentos, estão os atos de preservar determinados elementos da cultura material produzidas pela espécie. Nas mais variadas formações sociais, desde grupos primitivos e autóctones até as sociedades complexas, certos objetos ou lugares escapam à lei da utilidade imediata, adquirindo um sentido sagrado. A esses objetos e lugares sagrados são atribuídos valores que transcendem os de utilidade.

Ao percorrermos, mesmo que de forma fragmentada, o itinerário aqui proposto até chegarmos à institucionalização dos atos de preservar, passamos por estágios marcados por diferentes práticas sociais de memória. Em linhas gerais, esses estágios passaram pela oralidade, pelos monumentos intencionais, pela escrita, até chegar à proteção de vestígios materiais, considerados marcas importantes para manter e/ou construir memórias coletivas.

Partindo então da antigüidade clássica<sup>6</sup>, mais especificamente da Grécia arcaica, marcada por uma tradição oral, onde o traço destacado eram as práticas míticas da memória. *Mnemosyne* (Memória), irmã de *Crono* (Tempo), era a deusa do panteão grego que dominava o poder de rememoração. Os aedos – poetas, inspirados pela dimensão sobrenatural das *Musas*, das quais *Mnemosyne* era a mãe, possuíam o dom de ver o que escapava ao olhar humano, e, entre essas visões, estaria a visão de épocas passadas. A memória era uma conquista que envolvia “um conjunto de operações mentais complexas” (VERNANT, 1990, p. 111); para os praticantes da rememoração, o passado não era apenas o antecedente do presente, era a sua fonte, era uma dimensão do além. O essencial nas práticas de rememoração, não eram as seqüências de um tempo único e homogêneo, “(...) mas atingir o fundo do ser, descobrir o original, a realidade primordial da qual saiu o cosmo e que permite compreender o devir em seu conjunto.” (VERNANT, 1990, p. 112)

Na poesia de Hesíodo a rememoração (*anámnēsis*) aparece como uma forma de iniciação, na qual os eleitos, diante da visão dos tempos antigos, são, em parte, liberados dos males da humanidade. No oráculo de Lebadéia, referido por Vernant, no qual aparece o tema da morte, a *Mnemosyne* está associada à *Lethe* (Esquecimento)

---

<sup>5</sup> Análise apresentada por RIBEIRO, Cecilia Volkmer. *O Coleccionismo e a Sobrevivência do Homo Sapiens*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL ESPÍRITO DO COLECCIONISMO. Ago. 2005. POA: Instituto Goethe. Conferência. Texto não publicado.

<sup>6</sup> VERNANT, Jean Pierre. *Mito e Pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica*. RJ: Paz e Terra, 1990. Capítulo: Aspectos Míticos da Memória 107-131

Antes de penetrar na boca do inferno, o consultante, já submetido aos ritos purificatórios, era conduzido para perto de duas fontes chamadas Lethe e Mnemosyne. Ao beber na primeira, ele esquecia tudo na sua vida humana e, semelhante a um morto, entrava no domínio da Noite. Pela água da segunda, ele devia guardar a memória de tudo o que havia visto e ouvido no outro mundo. (...) Esquecimento é pois uma água da morte. (...) Ao contrário, Memória aparece como uma fonte de imortalidade. (...) (VERNANT, 1990, p. 114)

O par Memória/Esquecimento está presente também no centro de doutrinas sobre a reencarnação das almas como é caso da obra de Platão, para quem a *anámnesis* significava a saída do tempo e a união com a divindade, ao passo que o esquecimento era “a enfermidade e erro essencial da alma, era a ignorância.” (VERNANT, 1990, p. 127) Em Platão a memória não visava organizar a experiência temporal. “O que ele espera da memória não é a consciência do seu passado, mas o meio de escapar ao tempo e de reunir-se à divindade.” (VERNANT, 1990, p. 129)

A rememoração, praticada pelas confrarias dos aedos, pelos magos, pelas seitas religiosas e filosóficas da Grécia arcaica, tinha um caráter sagrado, transcendental. Na medida em que vão definindo-se as relações da memória com o tempo e o passado, o que já se verifica em Aristóteles, as práticas vão sendo laicizadas.<sup>7</sup>

Cabe, então, a referência a outra prática de memória na Grécia antiga: a memória escrita, ou seja, a História. Os aedos narravam o que lhes transmitia a musa *Mnemosyne*, entre eles Homero e Hesíodo<sup>8</sup>; mais tarde surgem autores que escrevem – os historiadores.<sup>9</sup> Para Heródoto (480-420 a.C.), o historiador narraria os grandes feitos, usando uma escala metodológica que envolve o ver e o ouvir. O historiador faz obra de memória, mas não com base na inspiração das musas e sim naquilo que ele investiga e narra. Tucídides (455-404 a.C.) estabelece uma escala metodológica, considerada como uma ruptura instauradora, na qual o historiador vê, verifica, faz uma autópsia levantando indícios e, por fim, registra (HARTOG, 2001). Com Heródoto e Tucídides estabelece-se, então, um novo ofício - a história/memória escrita.

Na Idade Média, as práticas de memória ficam bastante vinculadas ao domínio intelectual da Igreja, da tradição judaico-cristã que tem, na memória, um traço marcante.

---

<sup>7</sup> Com Aristóteles ( V a.C.), a concepção de memória “(...) nada mais lembra a Mnemosyne mítica nem os exercícios de rememoração destinados a liberar do tempo e a abrir o caminho para a imortalidade .A memória aparece agora incluída no tempo, mas um tempo que permanece, ainda para Aristóteles, rebelde à inteligibilidade.” (VERNANT,1990, p.131)

<sup>8</sup>

<sup>8</sup> HARTOG, François (org.) *A História de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: EUFMG, 2001. p. 14. Hartog considera as obras de Homero e Hesíodo como uma pré-história para o conceito de História

<sup>9</sup> “Se os gregos inventaram alguma coisa, é menos a história que o historiador enquanto sujeito que escreve”. HARTOG, op. cit., p. 17.

O povo hebreu é o povo da memória por excelência. No Novo Testamento, a Última Ceia funda a redenção na lembrança de Jesus: 'Depois, pegando no pão, ele prestou graças, partiu-o e deu-o, dizendo: 'Este é meu corpo que vos é dado; fazei isto em minha memória' [Lucas,22,19]. (LE GOFF, 1996, p.444)

No judaísmo a memória é fundadora da identidade do grupo, característica que é incorporada pelo cristianismo. Assim como o judeu e o muçulmano, o jovem cristão tinha o dever de memorizar e decorar os textos sagrados.

O ensino cristão é memória, o culto cristão é comemoração.(...) Yates escreveu que estas imagens cristãs da memória se harmonizaram com as grandes igrejas góticas nas quais talvez convenha ver um laço simbólico de memória. E onde Panofsky falou de gótico e de escolástico talvez se deva falar de arquitetura e de memória. (LE GOFF, 1996, p. 445)

A associação entre a memória e a morte, também está presente em algumas práticas que marcam o período medieval e passam a fazer parte de cerimônias, festas e orações religiosas. O dia de finados, dedicado à memória dos mortos, foi instituído no século IX. A cristianização lidava com a memória de uma forma escatológica, não como uma experiência temporal e histórica.

Paralelamente a esta tendência marcante do cristianismo, a expansão das cidades proporcionou outras formas de lidar e preservar memórias. Esta expansão foi um elemento que impulsionou o início da formação de arquivos urbanos, constituindo “verdadeiras identidades coletivas e comunitárias” (LE GOFF, 1996, p. 450) , sendo Gênova, ao fundar um arquivo no ano de 1127, a cidade pioneira. No século XIV começam os primeiros inventários de arquivos.

É também na Idade Média que é gestada, paulatinamente, a noção de monumento não intencional<sup>10</sup>. No início da Idade Moderna, mais especificamente no Renascimento italiano, começa a configurar-se um novo valor rememorativo<sup>11</sup>: o interesse artístico e histórico pelas obras da “idade de ouro clássica”. Os italianos renascentistas voltaram-se para a Antigüidade clássica, considerando-se descendentes dessa cultura temporalmente distante. As noções de monumento histórico e monumento artístico eram restritas ao período clássico, sem a perspectiva de processos históricos, e vinculadas aos interesses “patrióticos” dos “herdeiros” do

<sup>10</sup> RIEGL, Aloïs . El Culto Moderno a los monumentos. Caracteres y origen. *La balsa de la Medusa*, 7. Colección dirigida por Valeriano Bozal. Madri: Visor Distribuciones, S.A., 1987. O autor. elucida a diferenciação entre monumentos intencionais e monumentos não intencionais, também referidos por ele como monumentos históricos e artísticos. Os intencionais são as obras realizadas com o fim específico de manter a memória de determinados acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. São criados com a função *apriorística* de rememorar, advertir e constituem-se *num universal cultural*. Esses monumentos foram perdendo progressivamente seu sentido original nas sociedades ocidentais. Por outro lado, foram ganhando maior força os monumentos não intencionais, ou seja, aqueles que são constituídos *a posteriori*; selecionados e alçados a esta categoria pelo olhar dos aficcionados pela arte ou pela história.

<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Sobre os valores rememorativos ver Capítulo II.

Império Romano. Obras de outros períodos em outros espaços, como o gótico, eram consideradas produções imperfeitas e bárbaras. É nesse quadro que surgem as primeiras determinações oficiais, capitaneadas pela Igreja, para a proteção dos monumentos. O Breve de Paulo III, de 28/11/1534, institui penas, multas e punições para os que destruíam obras consideradas como monumentos (RIEGL, 1987, p. 35). Foram promovidas restaurações, mas concomitantemente continuava o uso dos materiais das obras antigas, como foi o caso dos blocos de mármore do Capitólio e do Coliseu para as novas obras do Vaticano e de São Pedro.

O Renascimento italiano é, portanto, o período e o lugar em que começou a preservação no sentido moderno. Restrita às antiguidades e a um público fechado de eruditos, humanistas e artistas, surge, então, a noção de *monumento histórico*. Tanto artistas como humanistas encontravam, nas edificações e artes antigas, inspiração para suas criações e reflexões, e podemos imaginar o quanto o *tempo renascentista* enriqueceu-se ao descobrir o *tempo antigo*<sup>12</sup>. A abordagem dos humanistas letrados considerava os monumentos e vestígios materiais como ilustração ou confirmação de textos clássicos dos autores gregos e romanos, considerados como testemunhos superiores da Antigüidade; para os eruditos, que passam a ser chamados de antiquários, assim como para os artistas, os vestígios físicos, se bem interpretados, eram documentos mais ricos e confiáveis do que os textos escritos, além do que, para esses eruditos, “a observação empírica era muito mais confiável do que a filosofia dogmática” (MOMIGLIANO, 2004, p. 88)

Esse interesse pela Antigüidade impulsionou as atividades dos antiquários que, embora consistissem em iniciativas privadas, tinham um sentido universalista. Em suas viagens de descoberta, Roma era o principal centro de buscas, mas, na medida em que as descobertas iam surgindo, as buscas expandiam-se espaço-temporalmente, permitindo o contato com culturas desconhecidas e, inicialmente, desprezadas. Os empreendimentos dos antiquários ampliaram-se por toda a Europa, promovendo trocas de informações que propiciavam a formação de várias coleções, compilações, iconografias, dossiês sobre o que iam descobrindo. Estabeleceu-se uma rede de eruditos das mais variadas formações, grupos sociais, religiosos e laicos que produziu valioso saber.

---

<sup>12</sup> Grifo nosso.

A famigerada palavra 'Renascença' tem um sentido preciso quando aplicada à pesquisa histórica dos séculos 15 e 16. Algo tinha sido realmente chamado à vida: a antiga pesquisa erudita como uma disciplina autônoma que não deve ser confundida com a história. No século 15, o termo 'antiquarius' adquiriu o sentido de 'estudante de objetos antigos, costumes, instituições com vistas à reconstrução da vida antiga'. (...) O antiquariado aparecia como um renascimento das antigas formas de vida: ajudava as nações a adquirirem autoconfiança ao redescobrir suas antigas tradições. (MOMIGLIANO, 2004, p.106-107)

A Reforma Protestante, no século XVI e a Revolução Francesa, no século XVIII, foram acontecimentos que ameaçaram as hegemonias da Igreja e da aristocracia do Antigo Regime, o que acentuou a preocupação em preservar monumentos e edificações. Esses movimentos tinham um forte viés iconoclasta, firmando suas lutas contra os poderes da Igreja Católica e do Antigo Regime na dimensão simbólica. No caso francês, os atos de vandalismo e de destruição durante a Revolução contrariavam os ideais iluministas de acumulação e difusão do saber de tal modo, que o próprio governo revolucionário tratou de regulamentar a proteção aos bens confiscados do clero e da coroa, que passam a ser considerados como propriedade da nação e de todos os cidadãos. É esta perspectiva de posse coletiva que leva ao uso do termo *patrimônio*, surgindo, então, a noção de *patrimônio histórico e artístico nacional*, ancorada num projeto político-revolucionário. Os bens preservados passam a ter o valor de nacionalidade, que se soma, e nessa fase sobrepõe-se, aos valores artísticos e históricos, com a função de constituir uma identidade nacional. Imediatamente após a eclosão da revolução são executados atos jurídicos com o intuito de gerenciar esse patrimônio que passava a ser propriedade da nação. Entre as ações executadas em meio a muitas dificuldades práticas e ideológicas, tomou-se a iniciativa de transferir os bens móveis a espaços abertos ao público com fim de servir à instrução da nação. O Museu do Louvre foi um desses espaços que, instituído como Museu Central de Artes no ano de 1791, deu continuidade a “um programa iluminista de estudos enciclopédicos e de reorganização das coleções reais, mas expressou em sua gênese a nova noção de Estado e esfera pública, em que muitos tesouros foram desapropriados e transformados em patrimônio público.”<sup>13</sup> Nele foram reunidas a maioria das riquezas artísticas durante a revolução.

A institucionalização da preservação pelo Estado francês ocorre efetivamente, em 1832, ano em que se concretiza a proposta do historiador Guizot com a criação do cargo de Inspetor de Monumentos Históricos. Para este cargo foi designado o escritor Prosper Mérimée, que percorreu o país produzindo um inventário dos bens e das atitudes da população em relação ao patrimônio. Suas ações seguiam o princípio de “descobrir o país através de sua paisagem histórica”. (FONSECA, 2005, p. 61)

<sup>13</sup> MARSHALL, Francisco. Athanasius Kircher e a gênese do museu moderno. In: *Jornal do MARGS*. Nº 91. Agosto 2003. Em 10 de agosto de 1793 foi inaugurada a Grande Galeria do Louvre.

É, portanto, nesse contexto político europeu de consolidação dos estados-nação que o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional é firmado. As novas configurações deste cenário, que progressivamente vai alargando-se no decorrer do século XX, trazem novos elementos e novos atores para as práticas oficiais de preservação.

## I b . A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO OFICIAL E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS

No século XX a preservação vai tomando um corpo que, na Europa, ultrapassa os nacionalismos. As destruições provocadas pelas duas grandes guerras e o crescimento vertiginoso dos centros urbanos são alguns dos motivos que impulsionam as primeiras ações internacionais.

Passamos, então, a focar o aspecto formal que é dado ao conceito balizador dessas novas ações por novos atores, entre eles e principalmente, a UNESCO no pós- 2ª Guerra, OEA e o ICOMOS<sup>14</sup>.

Os encontros que começam a ser realizados por estes organismos internacionais vão gerando documentos, nos quais são inseridas considerações, resoluções e recomendações gerais sobre o trato a ser dado ao patrimônio cultural. Denominados de Cartas Patrimoniais, esses documentos constituem protocolos que orientam e balizam as ações pontuais dos gestores da preservação patrimonial, nos vários níveis existentes: nacionais, estaduais, regionais e/ou municipais.

O encontro da Sociedade das Nações, acontecido em Atenas no ano de 1931, gerou um primeiro documento que permanece, até a atualidade, como referência para as instituições gestoras do patrimônio. A Carta de Atenas<sup>15</sup> é um extensa declaração internacional, na qual são registrados os princípios gerais a serem seguidos, princípios esses que refletem as preocupações, daquele momento, com o crescimento desordenado das cidades, com as mudanças nas formas de circulação e produção, com as formas de habitar e trabalhar e com a crescente

---

<sup>14</sup>UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. OEA – Organização dos Estados Americanos. ICOMOS: Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, criado a partir de resolução do Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, realizado em Veneza em 1964. O ICOMOS possui comitês em mais de 80 países, inclusive o Brasil, com o objetivo de desenvolver atividades relacionadas a técnicas, princípios e políticas de preservação do patrimônio cultural.

<sup>15</sup> Foram escritas duas Carta de Atenas: a 1ª no encontro da Sociedade das Nações de 1931; a 2ª na Assembléia do CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, acontecido também em Atenas em 1933. O CIAM foi criado em 1928 por um grupo de arquitetos reunidos na Suíça para discutir os rumos da arquitetura e decidiram então criar esses congressos internacionais.

ameaça de destruição por que passava o *patrimônio histórico* . São as ameaças trazidas pela *aventura da modernidade* analisada por Berman.<sup>16</sup>

O advento da era da máquina provocou imensas perturbações no comportamento dos homens, em sua distribuição sobre a terra, em seus empreendimentos, movimento desenfreado de concentração nas cidades a favor das velocidades mecânicas, evolução brutal e univocal sem precedentes na História. O caos entrou nas cidades. (IPHAN, 1995, p.31)

Uma das recomendações da Carta de Atenas era que se mantivesse a utilização e se assegurasse a “continuidade da vida dos monumentos, destinando-os sempre a finalidades que respeitem o seu caráter histórico e artístico” (IPHAN, 1995) . O documento tem vários pontos que se referem às formas de conservação e restauro dos monumentos, fazendo menção, inclusive, à *cooperação técnica e moral*.

A conferência, convencida de que a conservação do patrimônio artístico e arqueológico da humanidade interessa à comunidade dos Estados, guardião da civilização, deseja que os Estados, agindo no espírito do Pacto da Sociedade das Nações, colaborem , entre si, cada vez mais concretamente, para favorecer a conservação dos monumentos de arte e de história. (IPHAN, 1995, p. 18)

As referências nesse documento, que é considerado o ponto de partida para as convenções e protocolos de intenções internacionais, sempre são a *monumentos artísticos e históricos*, não aparecendo, em momento algum, a expressão *patrimônio cultural*. Nesse encontro de Atenas a participação foi exclusiva de países europeus, que se colocam no compromisso de serem guardiães da civilização, conceito este bastante presente naquele momento.

Trinta anos depois, na 13ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, acontecida em Paris a 19 novembro de 1964, é gerado um protocolo de diretrizes intitulado *Recomendação Sobre Medidas Destinadas a Proibir e Impedir a Exportação, a Importação e a Transferência de Propriedades Ilícitas de Bens Culturais*. Nele a referência a *monumentos artísticos e históricos* é substituída pela referência a *bens culturais*.

#### I. DEFINIÇÃO

1. Para efeito desta recomendação, são considerados **bens culturais** os bens móveis e imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de cada país, tais como as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de in-

---

<sup>16</sup> Op. cit.

teresse artístico, histórico ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimens-tipo da flora e da fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluídos os arquivos musicais. (IPHAN, 1995, p.118)

Mesmo com a definição de bens culturais, que pode ser visto como o conceito oficial que antecedeu o de patrimônio cultural, já aparece, várias vezes neste documento, a expressão *patrimônio cultural*. Quatro anos depois, na 15ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, ocorrida em 1968, gerou-se o documento *Recomendações Sobre a Conservação dos Bens Culturais Ameaçados pela Execução de Obras Públicas ou Privadas*, no qual aparece novamente, porém ampliada, a definição de bens culturais:

#### I. DEFINIÇÃO

1. Para os efeitos da presente recomendação, a expressão **bens culturais** se aplicará a:
  - a) Bens imóveis, como os sítios arqueológicos, históricos ou científicos, edificações ou outros elementos de valor histórico, científico, artístico ou arquitetônico, religiosos ou seculares, incluindo os conjuntos tradicionais, os bairros históricos das zonas urbanas e rurais de civilizações anteriores que possuam valor etnológico. Aplicar-se-á tanto aos imóveis do mesmo caráter que constituam ruínas ao nível do solo como aos vestígios arqueológicos ou históricos sob a superfície da terra. A expressão bens culturais se estende também ao entorno desses bens.
  - b) Bens móveis de importância cultural, incluídos os que existem ou tenham sido encontrados dentro dos bens imóveis e os que estão enterrados e possam vir a ser descobertos em sítios arqueológicos ou históricos ou em quaisquer outros lugares. (IPHAN, 1995, p. 149)

Poucos anos depois, em 1972, na 17ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, ocasião em que foi produzido o documento *Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* define-se o conceito:

#### I. DEFINIÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL

Art. 1 Para fins da presente convenção serão considerados como **patrimônio cultural**:

- os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estrutura de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os lugares: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (IPHAN, 1995, p.178)

É um conceito mais amplo que o de *bens culturais* que continua sendo usado, porém como parte do *patrimônio cultural*, conceito este que passa a englobar uma gama maior de elementos na sua definição. Nessa fase as Cartas Patrimoniais eram geradas em encontros que já contavam com a participação de países de outros continentes além da Europa, perdendo força conceitos tradicionais, como o de civilização, e ganhando espaço novos pressupostos e conceitos vinculados à abertura pelas quais passavam essas convenções internacionais. Isto é percebido num dos pontos da Carta de Machu Picchu que resultou do Encontro Internacional de Arquitetos naquela cidade, em dezembro de 1977:

#### Preservação e Defesa dos Valores Culturais e Patrimônio Histórico-Documental

A identidade e o caráter de uma cidade são dados não só por sua estrutura física, mas, também, por suas características sociológicas. Por isso, é necessário que não só se preserve e conserve o patrimônio histórico monumental, como também que se assuma a defesa do **patrimônio cultural**, conservando os valores que são de fundamental importância para afirmar a personalidade comunal ou nacional e/ou aqueles que têm um autêntico significado para a cultura em geral. (IPHAN, 1995, p.275)

Percebe-se também, nesta carta, que o próprio conceito de patrimônio cultural já vinha ganhando maior amplitude se comparado com a definição da UNESCO de 1972. Isso fica claro com a introdução de expressões como “características sociológicas”, “personalidade comunal”, “cultura em geral” e “identidade cultural”.

Em 1985, acontecia, no México, a Conferência Mundial do ICOMOS sobre as Políticas Culturais, dela resultando a *Declaração do México* que faz um apelo à UNESCO para que “prossiga e reforce sua ação de aproximação cultural entre os povos e as nações e continue desempenhando a nobre tarefa de contribuir para que os homens, ultrapassando suas diferenças, realizem o antigo sonho da fraternidade universal.” (IPHAN, 1995, p. 319) Nesta declaração fica evidente como a noção de patrimônio cultural seguia num crescente processo de ampliação. Há vários pontos considerando as diversidades dos grupos, as condições de vida material e social, o espaço das minorias, enfim, percebe-se a abertura do conceito, que passa também a dialogar com o conceito de identidade cultural, o que se vincula a uma maior penetração da antropologia no meio patrimonialista. No oitavo item do documento, que trata sobre o respeito às diversidades culturais, a expressão identidade aparece associada ao patrimônio cultural:

Tudo isso reclama políticas culturais que protejam, estimulem e enriqueçam a identidade e o **patrimônio cultural** de cada povo, além de estabelecerem o mais absoluto respeito e apreço pela minorias culturais e pelas outras culturas do mundo. A humanidade empobrece quando se ignora ou se destrói a cultura de um grupo determinado. (IPHAN, 1995, p. 312)

Na seqüência vem um item específico sobre o patrimônio cultural que expressa o entendimento do conceito naquele momento:

O **patrimônio cultural** de um povo compreende as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas. (IPHAN, 1995, p. 314)

É percebida claramente a evolução no trato da questão patrimonial nesses 54 anos transcorridos entre o encontro de Atenas, em 1931, e a Conferência da UNESCO acima mencionada. Na Carta de Atenas a referência era a monumentos; na Declaração do México é a patrimônio cultural, um patrimônio que engloba não só bens materiais como também valores, línguas, crenças, ritos, enfim também o patrimônio imaterial da humanidade.<sup>17</sup>

Essa evolução da noção de patrimônio, desde as iniciativas privadas e informais, capitaneadas por grupos que exerciam grande poder social, como a igreja católica e a aristocracia, até a fixação de políticas públicas de preservação e protocolos de cooperação internacional aponta para o aspecto já mencionado de que patrimônio cultural é um conceito nômade e de que as práticas de preservação acompanham os fluxos da história, variando os atores, as motivações e os pressupostos nelas envolvidos.

---

<sup>17</sup> As determinações específicas sobre o Patrimônio Imaterial, assim como as ações são bastante recentes, não tendo sido ainda introduzidas nas ações da instituição estadual. Os pressupostos para sua conservação aparecem no âmbito internacional, embora não conceitualmente ainda, nas Recomendações sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular – Paris – novembro de 1989. É no ano de 2003 editada a primeira carta específica – Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Paris – outubro 2003. Nesse documento é explicitado o conceito:

*“1. Entende-se por **patrimônio cultural imaterial** as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas- junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhe são associados- que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural.”* (IPHAN, 2004, p.373)

No âmbito nacional foi editada, em novembro de 1997, a Carta de Fortaleza – Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção. Em 2000, o governo federal instituiu – Decreto nº 3551 de 04 de agosto de 2000 - o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial/ PNPI .e o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que é o instrumento legal para o reconhecimento e valorização do patrimônio cultural imaterial brasileiro. Os bens registrados são inscritos nos Livros de Registro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. Até dezembro de 2005 haviam sido feitos seis registros pelo IPHAN.

## I C. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PRESERVAÇÃO NO BRASIL

As práticas oficiais de preservação nascem num espaço restrito (Itália), vão ampliando-se e internacionalizando-se; essa internacionalização, originalmente concentrada na Europa, vai ganhando amplitude intercontinental, na qual o Brasil, de forma pioneira na América Latina, insere-se. A questão começa a ganhar espaço no meio político-institucional brasileiro a partir da década de 1920, o que foi impulsionado por manifestações de intelectuais, vários ligados ao movimento modernista como Lúcio Costa e Mário de Andrade, que manifestavam suas preocupações com os riscos de perda pelos quais vinham passando as obras de arte, principalmente do período colonial, no Brasil<sup>18</sup>. Nesse sentido, as primeiras ações públicas para fazer frente a essas demandas partiram de estados com acervos bastante significativos - Minas Gerais, Bahia e Pernambuco - que criaram suas Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos. Na década seguinte, foi criada uma Inspetoria dos Monumentos Nacionais que logo foi desativada devido à criação de um órgão federal para cuidar da preservação do patrimônio cultural representativo para a nação. Assim, em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o Decreto-Lei Nº 25 que organizava a proteção do *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*:

### Capítulo I

#### **Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º - os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o Art. 4º desta lei.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Sobre essa constante presença da preocupação com os riscos de desaparecimento nos discursos e ações de preservação ver GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. RJ: Ed. UFRJ/IPHAN.1996. O autor trabalha com a análise dos discursos destacando palavras muito presentes nas falas preservacionistas como destruição, evasão, ruína, dispersão, desaparecimento, deformação, substituição.

<sup>19</sup> O registro nos livros de Tombo constitui a ação de *tombamento* "nome lusitano cuja origem diz respeito à Torre de Tombo, acabou por se transformar em um brasileirismo de uso corrente e substitui *classificação* adotada na França e, atualmente, também em Portugal" ( IPHAN, 1995 – Nota do Tradutor )

Criava-se então, por decreto do presidente Getúlio Vargas no primeiro ano do Estado Novo, o Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN<sup>20</sup>, num contexto político de um projeto nacionalista que aglutinou vários intelectuais, arquitetos e artistas. O conceito de patrimônio adotado pelo SPHAN e que permaneceu hegemônico até final da década de 1960, pautou-se nas concepções sobre arte, história, tradição e nação de um grupo de intelectuais modernistas que se imbuíram na “causa” da preservação a partir da década de 1930. À primeira vista parece contraditório, tendo em mente que o movimento modernista era a vanguarda da ruptura, os modernistas brasileiros terem se envolvido com a preservação das obras do passado. O modernismo teve, no Brasil, a especificidade de envolver-se com a busca da identidade nacional, uma busca baseada na crítica à tradicional visão europeizada do Brasil e na valorização dos traços primitivos da cultura que, até então, eram vistos como sinal de atraso e entrave para a inserção do país no *palco das civilizações*. Os rompimentos dos modernistas brasileiros e europeus tinham alvos diferentes, o que não podia ser de outra forma, tendo em vista as diferenças da Europa e do Brasil. Mário de Andrade, imbuído de uma *utopia estética* lançava-se, na condição de *viajante aprendiz*, na busca pela descoberta das culturas brasileiras. Neste sentido, os modernistas brasileiros foram vanguardistas.

Os modernistas produziram discursos e construíram nexos originais entre os conceitos de *civilização, cultura e nação*, apresentando perspectivas que orientaram o olhar de seus contemporâneos. Forma-se, naquele momento, toda uma geração voltada para a busca das raízes históricas da sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, atenta aos debates que se desenrolavam nos grandes centros metropolitanos internacionais, transformados então em verdadeiros laboratórios para as vanguardas artísticas. (VELOSO; MADEIRA, 1999, p. 90)

Assim sendo, estabeleceu-se, no Brasil, uma relação entre o modernismo e a preservação. Outro aspecto para compreensão não só da política de preservação do SPHAN como da vida cultural do país, na primeira metade do XX, é a instauração do Estado Novo e o projeto nacionalista do governo Vargas. Foram, portanto, dois processos paralelos- nacionalismo/ centralismo do Estado Novo e movimento modernista- que permearam a criação de uma política de preservação cultural. Vivia-se um momento político em que havia um projeto claro de construção da nação, o que envolvia não só as dimensões políticas e econômicas mas

---

<sup>20</sup> Em 1946 o Serviço é transformado em Departamento passando a chamar-se DPHAN; em 1970 torna-se um Instituto – IPHAN; em 1979 passa a ser Secretaria e em 1981 se converteu em Subsecretaria, voltando a sigla a ser SPHAN. Com a criação do Ministério da Cultura em 1985, voltou a ser Secretaria, sendo extinta em 1990 por decreto do governo Collor, sendo então criado o IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural que, em 1994, voltou a se chamar IPHAN. Em 1937 criaram-se quatro Divisões Regionais, sendo a 4ª, do Sul, coordenada pelo paulista Luis Saia. Essas divisões foram desmembrando-se aos poucos. Atualmente existem 15 Superintendência Regionais, sendo a 12ª SR exclusiva do RS, coordenada pela arquiteta e doutora em história Ana Lúcia Meira.

também a esfera cultural, na qual foram sendo efetivadas várias ações. Segundo Fonseca (2005, p. 86) “o objetivo era criar uma cultura nacional homogênea, que propiciasse a identificação dos cidadãos com a nação.”

Além da criação do SPHAN foram também criados, nessa fase, o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Nacional de Teatro, o Instituto Nacional de Cinema Educativo e o Serviço de Radiodifusão Educativa. Dessa forma foi estabelecendo-se uma relação do poder político com os intelectuais modernistas que viram nesse projeto nacionalista uma possibilidade para atuarem junto ao Estado e implementarem ações culturais, o que não significou um apoio incondicional ao centralismo autoritário do governo Vargas. O que se estabeleceu foi uma relação dialética entre o projeto nacionalista político-autoritário e o projeto modernista de *redescobrir* o Brasil na sua diversidade e autenticidade cultural.

Há um terceiro elemento a considerar que foi a forte presença dos mineiros nas ações político-culturais do governo de Getúlio Vargas, assim como de Minas Gerais como um dos mais fortes focos da preservação.

Os intelectuais da rua da Bahia não eram, basicamente, homens de letras perdidos na provinciana Belo Horizonte, mas uma geração bem-nascida, bem-educada, e represada em suas aspirações de influência e poder. Ela se constitui, assim, em ‘intelligentsia’ que olhava inevitavelmente com rancor e desesperança para as oportunidades que os velhos oligarcas do palácio da Liberdade lhes negavam. Abertas as comportas do sistema político com a Revolução de 30, estes jovens, em sua maioria, lançaram-se com todas as forças à vida política, sem trair, mas na realidade cumprindo sua vocação de intelectuais. (SCHWARTZMAN, 2000, p. 46)

É do grupo desses intelectuais que o governo revolucionário nutre-se com peças importantes para a sua linha de frente, entre eles Rodrigo Melo Franco de Andrade, que assume a direção do SPHAN, ali permanecendo até sua aposentadoria em 1967<sup>21</sup>. Rodrigo Melo Franco de Andrade era um intelectual mineiro com formação em Direito, que foi convidado por Gustavo Capanema, também intelectual mineiro que ocupou o cargo de ministro da Educação e Cultura até o fim do Estado Novo (Carlos Drummond de Andrade, também mineiro, assume a chefia de seu gabinete). A atuação de Rodrigo no SPHAN é, até hoje, referida como a dos *tempos heróicos*, o que se explica pelo fato de que ele compreendia a defesa do patrimônio como uma causa, para a qual dedicou mais de 30 anos de sua vida. Rodrigo colocava-se com a missão de

---

<sup>21</sup> Alguns autores delimitam duas fases na política de preservação nacional: a *fase heróica*, vai desde a criação do SPHAN até o fim da gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade em 1967 e a *fase moderna* que inicia com a gestão de Aloísio Magalhães em 1979, sendo considerado um período intermediário a gestão de Renato Soeiro, 1967 -79.

dar continuidade à *obra de civilização* do Brasil, obra que ele via como uma *tradição que assegura a continuidade da nação brasileira*.

O patrimônio histórico e artístico é visto como um objeto de conhecimento profissional, mas, simultaneamente, como o objeto de uma **causa nacionalista** que, como tal, transcende as fronteiras profissionais. Essa causa é concebida com base em um conhecimento racional, objetivo da história, excluindo toda atitude romântica, simplista e sentimental em relação ao passado. (GONÇALVES, 1996, p. 44)

Ele buscava a preservação de um passado ou uma tradição que permitissem ao Brasil *lembrar de si mesmo*.<sup>22</sup> Valorizava os *monumentos* que considerava como signos visuais de uma civilização. O seu conceito sobre nações civilizadas ancorava-se numa concepção evolucionista que se refletiu na forma como ele lidava com o patrimônio brasileiro das populações primitivas – africanos e ameríndios, vistas como remanescentes de um passado desaparecido e ignoradas em termos de sua vida cultural e social presente. Nesse sentido, era um contraponto ao anteprojeto de Mário de Andrade, o qual trabalhava com um conceito de patrimônio cultural bastante avançado e com forte viés antropológico.

Sem dúvida, no seu anteprojeto Mário de Andrade desenvolveu uma concepção de patrimônio extremamente avançada para o seu tempo, que em alguns pontos antecipa, inclusive, os preceitos da Carta de Veneza, de 1964. Ao reunir num mesmo conceito- arte- manifestações eruditas e populares, Mário de Andrade afirma o caráter ao mesmo tempo particular/nacional e universal da arte autêntica, ou seja, a que merece proteção. (FONSECA, 2005, p. 99)

O aspecto conceitual do patrimônio e dos valores que lhe são atribuídos era considerado no anteprojeto de Mário de Andrade, no qual a noção de arte é “o conceito unificador da idéia de patrimônio.” (FONSECA, 2005, p.99). Não se tratava de uma supremacia esteticista, mas de uma noção de arte que se aproximava da concepção antropológica de cultura e era dividida em oito categorias: arqueológica, ameríndia, popular, histórica, erudita nacional, erudita estrangeira, aplicada nacional e aplicada estrangeira. Elas se agrupariam em 4 Livros Tombo e em museus correspondentes trabalhando com noções de arte e história avançadas para a época, inclusive nos serviços de proteção já existentes na Europa.

A não execução do anteprojeto de Mário de Andrade e a promulgação do Decreto Lei nº 25 vinculou-se mais à forma como as ações culturais relacionavam-se com as linhas políticas do momento do que, propriamente, aos pressupostos teóricos. Questões jurídicas, principalmente a da propriedade que era um dos maiores entraves, também foram determinantes, uma vez que

---

<sup>22</sup> Rodrigo refere-se também ao crescimento urbano como uma das causas da destruição. Na sua última década de gestão no SPHAN, seu discurso mostra-se bastante pessimista. "Um sentido de perda progressiva do patrimônio nacional move a narrativa de Rodrigo." (GONÇALVES, p. 91)

Rodrigo Melo Franco de Andrade era um jurista com maior habilidade política e uma postura mais pragmática para que o Serviço fosse criado. Sendo o tombamento uma ação de intervenção que envolvia interesses variados, faziam-se necessários fundamentos juridicamente defensáveis e socialmente aceitáveis. Assim, o SPHAN foi criado por decreto adotando uma orientação de “atribuição de valores que se inseria na tradição europeia de constituição dos patrimônios nacionais. (...) O limite do vanguardismo do SPHAN era o conceito de monumento histórico expresso na Carta de Atenas de 1933.” (FONSECA, 2005, p. 106)

## CAPÍTULO II – A Atribuição de Valores

### II a- PRESSUPOSTOS E MOTIVAÇÕES

As práticas de preservação vinculam-se a motivações, objetivos, pressupostos e projetos que, assim como o conceito de patrimônio cultural, são mutáveis. A afirmação de que a construção e a definição do conceito acompanham “os ritmos da história” vale também para as motivações e justificativas, nas quais essas práticas ancoram-se. Centrando a atenção nas ações oficiais, juridicamente estabelecidas, um dos objetivos é elucidar e compreender essas motivações e justificativas que permeiam as decisões sobre quais elementos da cultura material devem ser protegidos.

O patrimônio cultural de uma região, nação ou da humanidade não tem uma existência *apriorística*, em si mesma; ele é uma construção que requer escolhas e estas, por sua vez, vinculam-se a valores. Entra, então, o foco do presente estudo: a atribuição de valor para que um determinado bem seja consagrado como patrimônio cultural. Valores artísticos, valores históricos, valores paisagísticos, valores etnográficos, valores culturais. Enfim, valores que vão intercambiando-se na importância e prioridade que lhes é dada. Em algumas fases desse processo da preservação legal que, conforme explanado no capítulo anterior, tem precedentes no Mundo Antigo e origens na Renascença italiana, a atenção voltada para o valor artístico; em outras, para o valor histórico; mais recentemente ela volta-se para o valor etnográfico e cultural. Sendo a preservação do patrimônio cultural uma construção que envolve atores sociais, sob a gestão de instituições oficiais, os pressupostos que a ancoram, ou seja, as noções sobre valores, assim como a importância desses valores, são variáveis no tempo e no espaço.

A atribuição de valores é, portanto, assim como o conceito de patrimônio cultural, histórica, e talvez seja possível afirmar que ela tende a ser tão ou mais baseada em juízos de valor relativos, do que em pressupostos teóricos codificados. O principal indício para tal hipótese é a quase inexistência de estudos sobre os valores que ancoram o patrimônio cultural, o que não é o caso das restaurações deste patrimônio, sobre o que há uma considerável produção teórica, norteadora das ações de arquitetos e restauradores. Nesse sentido é bastante oportuna a distinção, traçada por Giulio Carlo Argan, entre coisa e valor:

Uma vez que as obras de arte são coisas às quais está relacionado um valor, há duas maneiras de tratá-las. Pode-se ter preocupação pelas coisas: procurá-las, identificá-las, classificá-las, conservá-las, restaurá-las, exibi-las, comprá-las, vendê-las; ou, então, pode-se ter em mente o valor: pesquisar em que ele consiste, como se gera o transmite, se reconhece e se usufrui. (apud FONSECA, 2005, p. 36)

É observável que as gestões do patrimônio cultural têm se voltado mais para as coisas, que acabam tomando uma importância maior nas ações dos agentes envolvidos, ficando os valores e significados dessas coisas quase que invisíveis o que torna o patrimônio “pesado e mudo”. (FONSECA, 2005, p. 26)

Diante dessa constatação, a obra de Alois Riegl <sup>23</sup> assume uma grande importância ao tratar sobre a questão dos valores atribuídos a determinados bens. Ela não se restringe aos processos de construção do patrimônio cultural, o que tem sido bastante trabalhado por estudos críticos às políticas preservacionistas nas últimas décadas. Esta obra inovou e tornou-se um importante referencial por ter inserido, em seus pressupostos analíticos, uma questão bastante complexa e diversificada que é a forma como se dá a apropriação dos bens culturais por diversos grupos sociais. Françoise Choay escreve na introdução da edição francesa:

Único no seu gênero desde sua aparição, esse pequeno texto continua até hoje inigualável. (...) Basta indicar que, pela primeira vez, na história da noção de monumento histórico e suas aplicações, Riegl toma distância. Sua observação de espectador não é nem a dos arquitetos, que desde Alberti integram a questão do monumento histórico na teoria de sua disciplina, nem a dos homens de letras, que fizeram do patrimônio monumental o objeto de uma cruzada passional. Graças a essa distância, ele pôde, antes de qualquer outro, realizar o inventário dos valores não ditos e das significações não explicitadas, subjacentes ao conceito do monumento histórico. De imediato, este perde sua pseudotransparência de dado objetivo. Torna-se o suporte opaco de valores históricos transitivos e contraditórios, de procedimentos complexos e conflitantes. (apud FONSECA, 2005, p. 52)

Na teoria de Riegl, não há o conceito de patrimônio e sim de monumentos, cujos valores são diferenciados e divididos em dois grandes grupos: os rememorativos e os de contemporaneidade. Entre os primeiros estão o valor de anciandade, o valor histórico e o valor rememorativo intencionado; entre os segundos, o valor instrumental e o valor artístico, este subdividido em valor de novidade e valor artístico relativo. Cada um desses valores tem suas próprias configurações históricas, saberes, relações, projetos e tendências que os permeiam. Os valores rememorativos inserem-se num processo evolutivo, cuja gênese é o valor monumental intencionado, seguido pelo valor histórico e, a partir deste, o valor de anciandade.

---

<sup>23</sup> *Der moderne Denkmalkultus. Sein Wesen und seine Entstehung*, título original da obra, publicada em 1903. No ano anterior Alois Riegl fora nomeado presidente da Comissão Central Imperial e Real de Monumentos Históricos e Artísticos, sendo encarregado de elaborar nova legislação para a conservação de monumentos. Estudou direito, filosofia e história, trabalhou no Museu de Artes Decorativas de Viena e foi catedrático da Universidade de Viena, tendo publicado várias obras. RIEGL, Alois . El Culto Moderno a los monumentos. Caracteres y origen. La balsa de la Medusa, 7. Colección dirigida por Valeriano Bozal. Madri: Visor Distribuciones, S.A., 1987.

A respeito das noções de monumento, para Riegl, todo monumento artístico é também histórico, por representar estágios da evolução das artes plásticas, não podendo, dessa forma, haver distinção entre monumentos históricos e artísticos, nem monumentos exclusivamente artísticos. Porém, do Renascimento ao século XIX, trabalhava-se com a perspectiva da existência de um cânon artístico inquestionável e independente dos processos evolutivos da história da arte. Inicialmente, eram assim consideradas exclusivamente as obras da Antigüidade Clássica, postura que perdurou até o século XIX, quando começa a ser substituída, na medida em que o significado de outros períodos artísticos passa a ser considerado. O valor artístico deixa de ser absoluto e torna-se relativo. “A moderna vontade de arte” (RIEGL, 1987, p. 28) não define claramente o valor artístico, que é, dessa forma, variável e não rememorativo.

O valor histórico começa a ser diferenciado do valor artístico no período renascentista, sendo ambos restritos temporal e geograficamente. O valor histórico resumia-se, para o homem do Renascimento italiano, a considerar os grandes vultos da Antigüidade Clássica como seus ascendentes, não existindo, nesta fase, uma perspectiva de processos históricos, o que só começa a se delinear vários séculos depois.

É no século XIX, referido por Riegl como o século da história, que o valor histórico ganha supremacia.

O valor histórico de um monumento está no fato de representar uma etapa determinada, de certo modo individual, na evolução de algum dos campos criativos da humanidade. (...) O valor histórico de um monumento será tanto maior quanto menores forem as alterações por ele sofridas em seu estado original, que possuiu imediatamente após a sua criação. (...) O trabalho do historiador é preencher de novo, com todos os meios auxiliares ao seu alcance, os vazios que as influências da natureza produziram na forma original durante o transcurso do tempo. Os sintomas de deterioração, que são o fundamental para o valor de ancianidade, devem ser eliminados por todos os meios deste ponto de vista do valor histórico. Porém isto não deve ser realizado no monumento e sim em uma cópia ou por meio do pensamento e da palavra. (RIEGL, 1987, p. 57-58. Tradução nossa)

No século XIX este valor é associado a uma perspectiva da história política para a qual os historiadores voltam-se nesta fase. Os monumentos são valorados como documentos históricos vinculados ao Estado e “à afirmação da nacionalidade”. É o valor histórico como um valor nacional.

O valor histórico não se vincula à ancianidade, mas ao fato dele ser um documento, o menos falsificado possível, para a investigação histórica. Para que um bem assuma o seu valor histórico integral como documento investigativo, é importante que se conheça e preserve a sua forma original. Este requisito influencia as intervenções para conservação e restauração, na

medida em que os processos de deterioração dificultam as investigações científicas. No caso da forma original ter se descaracterizado ou se deteriorado de forma irremediável, é admitida, com um limitado valor, a cópia, desde que se restrinja à condição de documento histórico investigativo, sem ser mascarada e se fazer apreciar como um monumento. Além dessa possibilidade para reparar as perdas de “documentos” históricos, Riegl aponta para as crescentes técnicas de reprodução, referindo a fotografia colorida e fac-símile (início do XX), que logo poderiam satisfazer, de modo cada vez mais próximo da perfeição, as investigações histórico-científicas, às quais se vincula o valor histórico dos monumentos.

Seguindo o pressuposto de um processo evolutivo nas noções valorativas, a teoria de Alois Riegl, identifica valores até então não mencionados: o valor de ancianidade e os valores de contemporaneidade. O valor de ancianidade tem um caráter mais subjetivo, ligado às impressões anímicas frente a elementos que “referem-se ao tempo, ao ciclo de criação e morte como experiência intuitiva, porém difusa, comum a todos os homens” (FONSECA, 2005, p. 68). Sua apreciação não requer a erudição e o conhecimento que requerem os valores artístico e histórico.

Até o campesino mais limitado poderá distinguir a velha torre de uma igreja nova. Esta vantagem do valor de ancianidade se destaca de um modo especialmente claro frente ao valor histórico, que descansa sobre uma base científica e só pode conseguir-se indiretamente por meio da reflexão intelectual, enquanto que o valor de ancianidade se manifesta imediatamente a quem o contempla por meio da percepção sensorial mais superficial, e pode portanto falar de modo direto ao sentimento. (RIEGL, 1987, p. 55. Tradução nossa)

Ele deriva do valor histórico, mas dele diferencia-se: enquanto o primeiro é mais objetivo e associado a acontecimentos únicos, considerados marcantes, o segundo vincula-se à representação dos processos naturais, das marcas deixadas pela passagem do tempo. O valor de ancianidade também se relacionou com a sensibilidade romântica do século XIX que, frente às perdas do passado provocadas pela Revolução Industrial, tinha um olhar mais nostálgico do que de reverência em relação a este passado que ia se perdendo e só podia ser revivido através da “memória afetiva e da sensibilidade estética”. (FONSECA, 2005, p. 61).

As análises de Riegl a respeito dos valores não se basearam exclusivamente nos saberes estabelecidos e acionados nas ações de preservação, elas também levaram em conta a forma como diferentes grupos sociais, em diferentes épocas, dão significados aos bens culturais que apreciam. As formas de recepção fazem parte de suas reflexões na construção de sua

teoria, o que é mais um elemento que compõe a pertinência da sua obra e permitiu-lhe antever que o valor de ancianidade seria mais apreciado pelo homem contemporâneo do século XX.

Quanto aos valores de contemporaneidade, entre os quais estão o instrumental e o artístico, este último podendo ainda ser considerado como valor artístico relativo ou valor artístico de novidade, também são identificados com base nas percepções e desejos “das massas”. Para o valor de novidade, as marcas do tempo são indesejáveis. Ele é o contraponto do valor de ancianidade, o que gera fortes oposições e conflitos inclusive na forma de conservação, pois o que se espera dele é “a aparência externa de toda obra humana (nova) em estado de origem, quer dizer, a impressão de algo perfeitamente fechado a não afetado pelas destrutoras influências da natureza.” (RIEGL, 1987, p. 71. Tradução nossa)

Em vários momentos de sua obra, o autor tece considerações deixando transparecer a importância superior que para ele tem o valor de ancianidade, o qual, embora fosse visto como uma tendência para o século XX, ainda estava sujeito a resistências e oposições. “Será necessário ganhar para a causa do valor histórico camadas sociais bem mais extensas, antes que a grande massa esteja madura para o culto do valor de ancianidade”. (RIEGL apud FONSECA, 2005, p. 69)

A teoria dos valores de Alois Riegl trata a preservação como uma prática com finalidade social, sendo, na sua perspectiva, imprescindível estabelecer conexões com a sociedade não pela persuasão ideológica, mas pela difusão de saberes. Em momento algum, na sua teoria, é abordada a questão do valor nacional, além de não trabalhar com o conceito de patrimônio, o que evidencia esta sua postura humanista. “Retomando a dimensão formadora dos valores culturais no contexto de uma cultura humanística, Riegl e Argan de algum modo se identificam com a noção ruskiniana<sup>24</sup> de humanidade, e de uma demanda social fundada em valores éticos e estéticos para justificar a preservação de bens culturais.” (FONSECA, 2005, p. 70)

A teoria de Riegl constituiu-se num arcabouço que atravessou o século XX mantendo-se como uma das únicas referências, no campo da preservação cultural, para se pensar a questão dos valores, principal questão proposta no presente estudo. Algumas de suas previsões foram sendo confirmadas, como a ampliação do valor de novidade que, de fato, ganha força com a crescente mercantilização da cultura e o crescimento do turismo cultural. As mudanças

<sup>24</sup> John Ruskin, crítico de arte inglês, produziu uma teoria de conservação com um viés mais ético do que estético. Para ele a “glória de uma edificação não está em suas pedras, ou no ouro que possa conter. Sua glória está em sua idade”. Ruskin não considerava somente as obras monumentais como dignas de preservação, mas toda “manifestação do esforço humano” era por ele considerado. Entre ele e o francês Viollet-le-Duc, engenheiro preocupado com a questão formal da arquitetura, que preconizava restaurações objetivando o monumento ideal, de acordo com critérios técnicos, estilístico e pragmáticos, estabeleceram-se duas linhas de conservação conflitantes no XIX. (FONSECA. Op. cit. p. 63)

epistemológicas da história no início do XX, com a crítica à história factual positivista e a renovação historiográfica francesa, introduzindo novos temas de pesquisa, como a *história das mentalidades* e a *história dos vencidos*; novas problemáticas de análise e novos conceitos como o conceito *braudeliano* de longa duração foi também um dos componentes que ajudou a corroborar as previsões de Riegl a respeito da ampliação do valor de anciandade.

Assim vai desenhando-se, na segunda metade do século XX, um novo panorama que, conforme mencionado anteriormente, influenciou a ampliação do conceito de patrimônio cultural. A emergência de novos países, ex-colônias dos europeus no pós -1945, buscando reconstruir suas próprias culturas, acompanhada pelo surgimento de um novo componente, os direitos culturais<sup>25</sup>, ampliou a noção de patrimônio. Esse novo panorama econômico-político-social trouxe consigo variações nas interpretações, nos pressupostos e nas motivações que ancoram a atribuição de valores. Esse processo de reconfiguração do cenário internacional é acompanhado pela renovação nos saberes; nas ciências humanas os estudos etnográficos ampliam-se e a antropologia solidifica-se como uma disciplina, ganhando força e influência no campo da preservação. As lutas sociais e políticas de independência, democratização e respeito à diversidade dos povos são acompanhadas por lutas simbólicas, contexto em que o conceito de patrimônio amplia-se e consolida-se, então, como patrimônio cultural, surgindo novos pressupostos valorativos. Desse cenário internacional do pós-guerra, também marcado pela crítica ao eurocentrismo e pela emergência do relativismo, gesta-se um novo valor, o valor cultural que acentua a dimensão política da preservação.

---

<sup>25</sup> A noção de direitos culturais aparece pela primeira vez, em instância internacional, na Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU, em 1948.

## II b. A VALORAÇÃO NO NÍVEL NACIONAL

O conceito de patrimônio adotado pelo SPHAN e que permaneceu hegemônico até final da década de 1960, pautou-se nas concepções sobre arte, história, tradição e nação de um grupo de intelectuais modernistas que se imbuíram na “causa” da preservação a partir da década de 1930. Além da, já mencionada, forte presença de atores mineiros, Minas Gerais tornou-se um palco de interesse dos modernistas e preservacionistas não só mineiros, como também de outros estados que viam na cultura desse lugar a marca diferencial da *civilização brasileira*. O estilo barroco ganha a aura de autenticidade e pureza genuinamente brasileira. Mário de Andrade, que foi um dos modernistas mais envolvidos com a busca da identidade nacional; que, obcecado pela cultura brasileira empreendeu um trabalho de *viajante aprendiz* para observá-la, pesquisá-la e compreender o seu ritmo, considerava o barroco “uma verdadeira estética mestiça, singularmente brasileira” (VELOSO; MADEIRA, 1999, p. 120). Em 1933, portanto antes da criação do SPHAN, Ouro Preto é elevada, via decreto do governo federal, à categoria de *monumento nacional*.

O Barroco brasileiro é redescoberto. Arte da Contra-Reforma nos países católicos, o Barroco representa um momento privilegiado da história, por nele se conjugarem valores estéticos e políticos que ampliam o sentido da arte para uma dimensão coletiva e universal. De fato, a arte barroca marcou profundamente toda a América Latina, já apresentando, naquele momento da colonização, sinais de uma apropriação diferenciada dos cânones metropolitanos, o que tornou possível a criação de uma expressão estética latino-americana específica. (VELOSO; MADEIRA, 1999, p. 102)

Criado o SPHAN ocorre o recrutamento de um corpo técnico que é imbuído de autoridade, dentro do Ministério, para implementar seus projetos, permitindo que os critérios de preservação adotados fossem mais pautados na autoridade técnica dos agentes do que por estudos e pesquisas acessíveis ao público, postura esta fortemente defendido por Rodrigo Melo Franco de Andrade. O arquiteto Lúcio Costa torna-se a principal autoridade técnica, assumindo a chefia da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET), posição em que permanece até 1972, além de ter sido também membro do Conselho Consultivo. A organização do Arquivo e a Seção de História foram assumidas por Carlos Drummond de Andrade. Lúcio Costa tinha interesse não apenas técnico ou histórico, mas também plástico sobre os tipos da habitação popular, mesmo os mais primitivos, atestando o sentido abrangente que o SPHAN pretendia desenvolver. No entanto, os tombamentos foram executados dando prioridade aos remanescentes da arte

colonial brasileira. Além disso, era muito forte a presença da idéia de civilização dos países europeus entre a elite cultural que via no seguimento desses pressupostos uma maneira do Brasil integrar-se no concerto das nações desenvolvidas.

(...) a descoberta do barroco pelos modernistas e a prioridade aos monumentos e objetos de arte colonial na constituição do patrimônio naquele momento não se identificavam com o tom triunfalista da história oficial, embora significassem a concentração na verdecida luso-brasileira da cultura nacional. O conceito de civilização material, tal como o elaborou Afonso Arinos de Melo e Franco em uma série de conferências preparadas para os funcionários do SPHAN em 1941, possibilitava uma leitura dos bens e conjuntos tombados a partir de sua relação com o processo histórico de ocupação das diferentes regiões brasileiras. Desse ponto de vista - da civilização material que se desenvolveu no Brasil - Afonso Arinos considerava que a presença portuguesa predominava sobre as influências negra e indígena que praticamente não haviam deixado vestígios materiais significativos. (FONSECA, 2005, p. 107)

Os tombamentos foram executados preponderantemente pelo valor artístico, dentro de uma perspectiva de preservação predominantemente estética, tendo sido estabelecidos critérios para a análise desse valor. O mesmo não aconteceu com a atribuição de valor histórico que até a década de 1960 permaneceu sendo um valor de segundo plano.<sup>26</sup> Era muito pequeno o número de bens inscritos no Livro Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sendo que, em vários casos, esses livros acabaram servindo para inscrever os bens que não preenchiam os critérios necessários para serem inscritos no Livro de Belas Artes. O arquiteto urbanista, ex-presidente da Fundação Pró-Memória, Ítalo Campofiorito (apud FONSECA, 2005, p. 114) observa que os livros que deveriam ser um instrumento de classificação acabaram passando por um processo de hierarquização.

O fato é que, em função do perfil profissional preponderante no corpo técnico do SPHAN, em que predominavam os arquitetos, o critério de seleção de bens com base em sua representatividade histórica, considerada a partir de uma história da civilização material brasileira, ficou em segundo plano em face de critérios formais e a uma leitura ditada por uma determinada versão da história da arquitetura no Brasil - leitura produzida pelos arquitetos modernistas, que viam afinidades estruturais entre os princípios construtivos do período colonial e os da arquitetura modernista. (FONSECA, 2005, p. 110)

Se houve uma preocupação com estudos e análises estéticas, chegando a ser usada a expressão “*Academia SPHAN*” para referir a produção de conhecimento sobre a história da arte no Brasil, o mesmo não pode ser afirmado quanto aos estudos e pressupostos que ancoraram a atribuição do valor histórico. Fonseca aponta alguns aspectos que possibilitam o entendimento

---

<sup>26</sup> Até o final de 1969 foram tombados 803 bens, sendo 340 inscritos no Livro de Belas Artes (LBA) e 217 com duplas inscrições no Livro Histórico e de Belas Artes (LH/LBA). FONSECA: 2005,p. 113.

dessa prática que deu o *tom* do patrimônio cultural nacional. Entre eles e, antes de mais nada, o de que a criação de uma política oficial de preservação foi ancorada numa perspectiva predominantemente estética, o que fica evidente na composição do quadro técnico que foi imbuído de legitimidade e autonomia para classificar e escolher o que preservar. Mesmo a Seção de História foi coordenada por um reconhecido intelectual - Carlos Drummond de Andrade-, mas sem profundidade analítica nesse campo do saber, não havendo a conexão com as produções historiográficas locais e internacionais. Essa postura, característica da *fase heróica* da preservação no Brasil, quando a decisão quanto à seleção e atribuição de valores dos bens a serem tombados era praticamente exclusividade do seu corpo técnico, provocou certo isolamento da instituição, tanto dos projetos culturais mais abrangentes do governo federal, quanto da sociedade.

A partir dos anos 70 começa a ocorrer uma ampliação na conceituação do patrimônio e nas perspectivas de preservação. Novos atores, entre eles o diretor da (na época era uma secretaria) SPHAN, entre 1979 e 1983, Aloísio Magalhães, que procurou implementar uma nova política para o patrimônio cultural brasileiro, usando um viés mais antropológico e procurando dar visibilidade à diversidade cultural do Brasil que ele considerava como portadora de uma rica singularidade. A noção de bens culturais por ele adotada enfatizava uma referência ao passado, reinterpretada com olhos no futuro e estabelecendo vínculos com as populações locais do presente. Referindo-se a um encontro com o Diretor-Geral da UNESCO, em visita ao Brasil no ano de 1981, Magalhães menciona que a principal questão do diálogo foi sobre

(...) que é o bem cultural , como se caracteriza a soma, a variedade e diversidade de componentes de uma nação que poderiam ser tidos como bem cultural (...) o que se insere no domínio patrimonial, o que se insere no domínio daquelas coisas que deverão ficar retidas, guardadas e não só guardadas mas redevolvidas à comunidade, porque são elas os indicadores preciosos e únicos do perfil, da identidade de uma nação. (MAGALHÃES, 1985, p. 80)

Magalhães trabalhava com a perspectiva de que há diferenças na relação dos países ricos e velhos com seu patrimônio; dos países velhos e pobres; dos países novos e ricos; dos países novos e pobres, entre os quais se inclui o Brasil. Tal hipótese, por ele desenvolvida, é bastante elucidativa do perfil que procurou dar a sua gestão como diretor da SPHAN e da Fundação Pró/Memória.<sup>27</sup> Na saudação aos participantes do V Curso Interamericano sobre Política e Administração Cultural acontecido em Brasília em setembro de 1980, ele iniciava com

---

<sup>27</sup> Gestão interrompida num momento de auge por uma morte inesperada. Aloísio Magalhães foi um dos idealizadores e primeiro diretor do CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural, criado em 1975. Em 1979, quando foi nomeado diretor do IPHAN houve a fusão entre os dois órgãos, criando-se também a Fundação Nacional pró-Memória.

a afirmação: “A noção de bem cultural ainda continua muito tradicional e muito enraizada nos princípios clássicos. Na verdade, nós do Terceiro Mundo reivindicamos uma conceituação de bem cultural muito mais abrangente, muito mais ampla. (...)” (MAGALHÃES, 1985, p. 87)

Isso que ele reivindicava em 1980, é contemplado na Declaração do México de cinco anos depois, conforme já citado. Aloísio queria também promover uma apropriação dos bens culturais não só pela nação, mas pelos seus donos, seus usuários; que se estabelecesse uma relação direta entre preservacionistas e população, superando a forma centralizada e autoritária existente até então. Alguns autores apontam para o fato de que Aloísio Magalhães teve uma postura crítica à política tradicional do SPHAN, dos *tempos heróicos* de Rodrigo Melo Franco.

Na fase moderna, considerado o período que inicia nos anos 70 (FONSECA, 2005), as perspectivas históricas começaram a ganhar maior espaço nas análises valorativas dos bens culturais. O valor histórico dos bens passa a ser analisado não mais exclusivamente nos pressupostos da história factual, dos fatos memoráveis da história oficial do Brasil. Observa-se certa abertura para as novas tendências historiográficas, na medida em que começam a ser valorizados bens representativos da ocupação do território brasileiro, dos processos de desenvolvimento urbano, de grupos étnicos, da ciência e da tecnologia no Brasil.<sup>28</sup> Alguns bens, antes valorizados exclusivamente do ponto de vista artístico, passam a ser olhados também como documentos de uma determinada fase do desenvolvimento das cidades.

Tratava-se, como diz o arquiteto Luís Fernando N. Franco, da Sphan, de ler os ‘desertos’ deixados pela história factual. Entretanto, se essa mudança de perspectiva veio possibilitar a inclusão de novos tipos de bens no patrimônio cultural brasileiro falta ainda muito para cobrir as lacunas, mesmo em relação à história dos ‘grandes eventos’, deixadas pela orientação anterior (...) O dilema entre a ênfase na visibilidade do bem (...) e a consideração do valor do monumento enquanto documento, enquanto referência a significações históricas às vezes fluidas, sem precisão cronológica ou em função da carga afetiva que pressupõem as noções de identidade ou de qualidade de vida, constitui um problema levantado nesse período-problema que, como vem sendo apontado, assumiu uma dimensão não apenas conceitual como também política. (FONSECA, 2005, p. 195)

Essa abertura para as perspectivas históricas ampliadas permitiu também uma reavaliação nos pressupostos do valor artístico que, até então, era baseado nos cânones seguidos pelos arquitetos modernistas, os quais estabeleceram uma linha de análise sobre a

---

<sup>28</sup> Fonseca (2005) cita um exemplo em que essa abertura para as perspectivas históricas reverteu a decisão negativa sobre um tombamento: a Escola de Enfermagem Ana Néri, no RJ, que teve, em 1978, seu tombamento federal recusado pela falta de valor arquitetônico, recomendando-se o tombamento estadual. Em 1984, a questão volta à discussão e o diretor da 6ª DR solicita estudos de historiadores que começavam a fazer parte do quadro da DTC- Divisão de Tombamento e Conservação. A escola é, então, tombada e inscrita no LH pelo seu papel na história da ciência no Brasil.

história da arquitetura brasileira, excluindo alguns estilos, como o ecletismo, considerado por Lúcio Costa fora da “linha legítima da evolução arquitetônica”. (FONSECA, 2005, p.192)

Porém essa abertura não aconteceu de forma tranqüila. Novos atores que passavam a fazer parte do Conselho Consultivo e trabalhavam com a perspectiva da relatividade dos juízos de valor, enfrentaram fortes resistências e alguns processos foram bastante polêmicos, envolvendo tentativas de impugnações nas decisões tomadas. Fonseca cita o processo do conjunto arquitetônico da Avenida Rio Branco no RJ, no qual teria ficado evidente esse confronto entre diferentes formas de abordar a valoração dos imóveis que compunham o conjunto. A análise feita pela Divisão de Estudos e Tombamento, que teve a defesa de Lúcio Costa (já aposentado), foi contrária à preservação de todos os bens que estavam sendo requeridos, *considerando que faltava unidade ao conjunto*. Por outro lado o relator do processo, membro do Conselho Consultivo, defendia o tombamento do conjunto por seu *valor em termos da história da arte brasileira*. O arquiteto/ professor estava alinhado aos que reconheciam a relatividade dos juízos de valor contra princípios canônicos no ato de valoração que discriminasse estilos na história da arquitetura, trabalhando conectado com o valor histórico, na medida em que os estilos são por ele analisados à luz dos momentos históricos em que surgiram, como é o caso de ecletismo, considerado pelos modernistas como uma *anti-arquitetura*. Em resposta ao parecer da Chefe da Seção de Artes da Divisão de Estudos e Tombamento ele expressa sua abordagem na atribuição de valores aos bens culturais.

Compreendo o enfoque de dona Lígia, seja em relação ao conjunto de edifícios, seja em relação aos do Dérbi e Jóquei. Ela apreciou uns e outros a partir dos princípios que norteiam a Arquitetura e Urbanismo modernos, em que a unidade de estilo, volume e forma é consideração básica para a qualidade da obra. Mas o enfoque, igualmente moderno, para apreciação de obras do passado é diferente, repudiando sejam elas julgadas pela consciência estética dos nossos dias e sim a partir do pressuposto de que cada período da História da arte tem direito a ter seu próprio estilo e deva ser apreciado, em todos os seus aspectos, em função da cultura de que se nutre e das idéias estéticas por que se expressa. (FONSECA, 2005, p. 191)

Nesse sentido é possível observar as conexões dos pressupostos analíticos do relator do processo com a teoria dos valores de Alois Riegl, assim como com as perspectivas de Giulio Carlo Argan .

Para Argan, a crítica de arte se realiza na medida em que contextualiza e historiciza os fenômenos. É esse procedimento que, a seu ver, qualifica os juízos de valor. (...) Dentro de uma visão histórica mais ampla, portanto, certos traços estilísticos como o ornamento autônomo, a dissimulação de materiais, e a alusão a estilos pretéritos, que caracterizam o ecletismo, deixaram de ser interpretados como negativos. ( FONSECA, 2005, p. 193)

Com a entrada de novos atores tanto no corpo técnico como no Conselho Consultivo que amplia sua participação, a atribuição de valores se torna mais complexa, provocando reflexões pelos próprios agentes da instituição a respeito de seus pareceres técnicos e de suas análises valorativas. Os valores de nacionalidade e excepcionalidade, que até então haviam tido um forte peso nos processos de tombamento, também passam a ser questionados e vão perdendo importância. A diminuição na relevância do valor nacional acompanha, entre outros fatores, o declínio dos nacionalismos que foram um dos suportes que ancoraram o conceito de patrimônio a partir do século XIX e que também impulsionou as primeiras ações oficiais no Brasil. Além disso, com a descentralização das práticas preservacionistas e a abertura para a possibilidade de tombamentos estaduais, começou a ficar cada vez mais difusa a definição do que seja um bem de valor nacional.

Verifica-se, portanto, que a atribuição de valores em geral está também mais difusa, acompanhando as relativizações nos conceitos de arte, as renovações na produção historiográfica e a maior penetração dos estudos antropológicos. Deixa-se de considerar prioritariamente os traços canônicos, de genialidade ou de excepcionalidade, valores esses que vêm perdendo a importância se compararmos com a linha seguida pela preservação patrimonial nas primeiras décadas. O valor histórico também deixa de ser analisado do ponto de vista da história factual positivista há muito tempo já superada pela historiografia acadêmica, sendo os traços de outros aspectos dos processos histórico-sociais levados em conta na atribuição desse valor, como os grupos étnicos, associações comunitárias, práticas e movimentos sociais. Paralelamente a isso, ocorre a penetração cada vez mais forte dos pressupostos vinculados à memória coletiva, um conceito bastante amplo e que pode abarcar uma gama muito ampla de justificativas, assim como à noção de referencial identitário e aos direitos culturais. Os argumentos começam a referir-se a valor cultural que é amplo e de difícil definição precisa. Assim, o repertório de referências para a atribuição de valores é, como o próprio conceito de patrimônio cultural, mutável, não estando, atualmente, claramente estabelecidos os critérios para essa atribuição. Na medida em que as argumentações vão ampliando-se e novos atores interagem nas práticas de preservação, deixam de haver regras gerais fechadas.

## CAPÍTULO III - A Preservação no Rio Grande do Sul

Acompanhando, em linhas gerais, o itinerário das ações institucionais de preservação desde os primeiros encontros internacionais, passando pela inserção dos países latinos e do Brasil, a partir do que a crescente descentralização das práticas, chegamos ao objeto desse estudo que é a preservação do patrimônio cultural no Rio Grande do Sul. Trabalhando com o pressuposto de que as noções de valor se inserem num processo evolutivo, conforme a teoria dos valores de Alöis Riegl exposta no capítulo anterior, alcançamos o ponto de análise sobre os valores atribuídos ao patrimônio cultural, tombado no nível estadual entre 1980 e 2002.

Partindo, então, do geral rumo ao específico, seria incongruente tratar sobre a preservação local sem considerar a relação com as instâncias internacionais e nacionais, no sentido de elucidar as conexões, influências e reciprocidades, que, em alguns momentos de forma harmônica e em outros de forma conflitante, interagem. Por isso procuramos esboçar, no segundo item do capítulo anterior, as diretrizes seguidas pela instituição nacional - IPHAN, a partir do que passamos às diretrizes seguidas e práticas executadas pela instituição estadual - IPHAE.

### III a. A GENEALOGIA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PRESERVAÇÃO NO ESTADO

Foi durante o período dos *tempos heróicos* do SPHAN que, no Rio Grande do Sul, começou o movimento de preservação do patrimônio representativo para o Estado. No ano seguinte à criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Rio Grande do Sul teve seis bens tombados no nível nacional:

- Ruínas da Igreja de São Miguel das Missões;
- Igreja das Dores de Porto Alegre;
- Coleção do Museu Júlio de Castilhos;
- Igreja Matriz de São Pedro e Capela São Francisco em Rio Grande;
- Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição em Viamão;
- Acervo da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes de Santa Maria.

Estes tombamentos foram as primeiras ações concretas para a construção de uma memória oficial do Rio Grande do Sul<sup>29</sup>. Uma memória que pudesse ser evocada por elementos da cultura material, mais especificamente por obras arquitetônicas que ganhavam o status de documentos da história local. Entretanto, iniciativas anteriores, geradas sob a influência de um grupo de intelectuais gaúchos, especialmente do escritor Alcides Maya<sup>30</sup> ( 1877- 1944 ), são apontadas por alguns autores<sup>31</sup> como ações preservacionistas locais pioneiras, embora com menor visibilidade. A ação que ancora essa afirmação a respeito do pioneirismo do Estado em relação às realizações do Congresso Nacional, é a edição do Regulamento de Terras em 10 de agosto de 1922, em cujo artigo 24 consta a determinação para que “fossem mantidos no domínio público ou trazidas para este e devidamente conservados os lugares notabilizados por fatos assinalados da evolução do Estado“. Logo em seguida, as ruínas de São Miguel, os sítios de São João e São Lourenço tiveram suas posses tomadas pela Diretoria de Terras; quatro anos depois, em 1928, engenheiros da Secretaria de Obras do Estado, iniciaram intervenções físicas nas ruínas de São Miguel.<sup>32</sup>

Por tudo isso, podemos concluir: o Rio Grande madrugou no interesse da defesa do patrimônio cultural, legislou sobre a matéria, incorporou áreas depositárias de testemunho histórico, bem como iniciou trabalhos de consolidação das ruínas de São Miguel das Missões. (XAVIER, 1998, op. cit. )

O estabelecimento do Plano Diretor de Piratini na década de 1950 é outra ação tida como pioneira na política preservacionista do Estado. Piratini, a Capital Farroupilha que, até

---

<sup>29</sup> Referimos a memória representada pelo patrimônio cultural edificado. Já tinham sido executadas ações relativas a outras formas de memória. A Instalação do Museu do Estado, em 1903 e da Repartição do Arquivo Público, Estatística e Biblioteca em 1906 foram o primeiro passo dado pelo governo para a criação de uma estrutura institucional para a memória e cultura rio-grandense, o que se vincula aos projetos positivistas. Sobre isso ver NEDEL, Leticia Borges. Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinqüenta. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado em História Social ( Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Departamento de História), 1999.

<sup>30</sup> Um dos fundadores do IHGRGS. Exerceu grande influência na iniciação e carreira de Dante de Laytano. Um literato que, ao lado de Simões Lopes Neto e Darcy Azambuja, era por ele admirado. Primeiro gaúcho a entrar na Academia Brasileira de Letras.

<sup>31</sup> XAVIER, Paulo. *Raízes da Defesa do Patrimônio Cultural*. In: Revista do ICOMOS-Brasil – Aspectos Urbanos, Históricos e Legais da Preservação no Brasil. 1998. s/ paginação

<sup>32</sup> Intervenções continuadas pelo SPHAN após o tombamento em 1938, sob a coordenação do arquiteto Lúcio Costa, sendo os trabalhos de restauração confiados ao arquiteto Lucas Mayerhofer. Segundo Xavier op.cit. este arquiteto trabalhou com este objeto na sua tese o que conferiu-lhe a cátedra de Arquitetura analítica na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil em 1947. Xavier aponta para o fato de que Mayerhofer não mencionou claramente, em sua tese, os primeiros trabalhos de consolidação das ruínas realizados pelos gaúchos. Teria referido “incidentemente” em uma afirmação que comprovaria a intervenção realizada na década de 20: “Apenas, como há dez anos, as duas partes foram amarrada juntas com os trilhos e cabos de aço (...)” . p. 24 da tese citada pelo autor.

hoje, é um dos principais lugares representativos da Revolução Farroupilha possui, entre os 42 municípios com bens culturais tombados pelo Estado, o maior (depois de Porto Alegre) número deles: 14 imóveis distribuídos no Centro Histórico e uma ponte – a Ponte do Império.

Embora o tema da preservação cultural viesse envolvendo alguns atores desde a década de 1920, ações como a de Piratini eram o resultado de iniciativas pontuais, sob a égide do SPHAN que mantinha interlocutores locais: sucessivamente o escritor Augusto Meyer, o historiador Dante de Laytano e o arquiteto Júlio Curtis<sup>33</sup>.

Na década de 1960 algumas iniciativas vão abrindo caminhos para a organização de uma estrutura pública oficial. Em 1961, a Faculdade de Arquitetura da UFRGS promove o 1º Seminário de Defesa e Estudo do Patrimônio Cultural do RS; em 1964 é criada a Diretoria do

---

<sup>33</sup> Augusto Meyer foi Diretor do Instituto Nacional do Livro na gestão de Gustavo Capanema em frente ao Ministério de Educação e Saúde. Sobre o perfil de Dante de Laytano, ver NEDEL op. cit. que faz toda uma análise da sua atuação como diretor do Museu Júlio de Castilhos. Segundo ela, sua atuação começou a ganhar destaque na década de 1930 quando participou das comemorações do Centenário Farroupilha, foi admitido como primeiro oficial no MJC e como sócio efetivo do IHGRGS. Iniciou carreira universitária em 1944, sendo um dos fundadores das duas primeiras Faculdades de Filosofia do RS – PUC em 1940 e Universidade do Rio Grande do Sul (federalizada em 1952) em 1943. Em sua atuação mantinha contato e trocas com intelectuais de outros estados, entre os quais Gilberto Freyre e José Honório Rodrigues. Em 1940 trouxe para o III Congresso Histórico e Geográfico do IHGRGS, os seus 'grandes mestres' Gilberto Freyre e Câmara Cascudo. A convite de Eduardo Duarte, um dos sócios fundadores do IHGRGS, participou em 1932 do projeto nacional da Inspeção de Monumentos Nacionais, fazendo o levantamento dos monumentos da cidade de Rio Pardo. Dante de Laytano intermediava as solicitações de tombamento feitas pelos municípios. Era o canal de Rodrigo Melo no estado, tendo intermediado também o planejamento e execução de obras de restauração, o que lhe valeu o título, por ele requerido a Rodrigo, de representante do SPHAN no RS. Também foi por ele nomeado como representante do ICOM (International Council of Museums) filiado à UNESCO. O arquiteto Júlio N. B. Curtis tornou-se diretor quando foi criada a 10ª Diretoria Regional do IPHAN com sede em POA a qual vinculava-se SC, em 1970; em 1990 é desmembrada a 12ª Superintendência Regional, incluindo na sua jurisdição somente o RS.

Patrimônio Histórico e Artístico do Estado<sup>34</sup>; em 1968, o Conselho Estadual de Cultura- CEC<sup>35</sup>, composto por três comissões técnicas, sendo uma delas a de Ciências e Patrimônio Histórico e Artístico.

Verifica-se, portanto, que a questão do patrimônio cultural ganhava corpo nos poderes públicos estaduais. No ano seguinte ao Compromisso de Brasília que resultou do *1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais*, ocorrido na capital federal em abril de 1970, é decretada a criação de uma Comissão Especial para estudar o Patrimônio Cultural do RS. Parece evidente o vínculo entre as ações dos poderes executivo federal e

<sup>34</sup> DECRETO Nº 17.018, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1964. Cria na Divisão de Cultura da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

Art. 1º - Os serviços de defesa do patrimônio histórico e artístico do Estado passam a ser atribuídos à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico que ora se cria na Divisão de Cultura, da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura. Art. 2º - A diretoria terá por finalidade inventariar, tomba e conservar obras e documentos de valor histórico e artístico, monumentos, paisagens e locais dotados de particular beleza. Art. 3º - Compete-lhe promover: I - a catalogação sistemática e proteção dos arquivos estaduais, municipais, particulares ou eclesiais, cujos acervos interessem à história regional e à história da arte no Estado; II - medidas que tenham por objeto o enriquecimento do patrimônio histórico e artístico do Estado; III - a proteção dos bens tombados, bem como a sua fiscalização; IV - a coordenação e orientação das atividades dos museus estaduais que lhe fiquem subordinados, prestando assistência aos demais; V - o estímulo e a orientação da organização de museus de arte, história, etnografia, quer pela iniciativa particular, quer pela pública; VI - a realização de exposições temporárias de obras de valor histórico e artístico, assim como de publicações de quaisquer outros empreendimentos que visem difundir, desenvolver e apurar o conhecimento do patrimônio histórico e artístico do Estado. Art. 4º - A Diretoria compor-se-á de: I - Diretor; II - Serviço de Estudo e Tombamentos, compreendendo: secção de Arte; secção de História; III - Serviço de Conservação e Restauração, compreendendo, secção de Projetos e secção de Obras; IV - pessoal administrativo e técnicos suficiente para o atendimento de seus serviços. Art. 5º - A Diretoria organizará os serviços auxiliares para a execução de suas finalidades. Art. 6º - A Diretoria estabelecerá Distritos ou nomeará seus Delegados nos lugares em que tiver obra, monumento ou locais dotados de particular beleza tombados, para exercer a sua defesa e conservação. Art. 7º - Passam a integrar a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico os seguintes órgãos de execução da Divisão de Cultura, atualmente subordinados à Diretoria de Ciências: Museu "Júlio de Castilhos", Museu Histórico Farroupilha. Art. 8º - Dentro do prazo de sessenta dias, contados da data de publicação deste Decreto, a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura encaminhará o projeto de regimento interno do órgão ora criado. Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 15 de dezembro de 1964.

<sup>35</sup> Decreto Nº 19.211 de 06 de agosto de 1968, do governador Walter Peracchi Barcelos. Ao ser criado tinha prevista a *livre escolha e nomeação*, pelo Governador, de 12 membros, "*dentre personalidades eminentes da cultura rio-grandense e de reconhecida idoneidade*". Em 1973, o CEC é reorganizado, ficando uma câmara exclusiva ao patrimônio cultural - Câmara do Patrimônio Histórico e Cultural. No final da década de 1990, nova lei dispõe sobre a organização, funcionamento e atribuições do Conselho Estadual de Cultura, estabelece a composição por 18 conselheiros e respectivos suplentes, sendo um terço indicado pelo Governador do Estado e dois terços eleitos por entidades representativas de diversos segmentos culturais. Os do primeiro grupo com mandato de 4 anos, e os indicados pelo governador o mesmo tempo que o mandato governamental, podendo ser substituídos no decorrer do mesmo. A lei considera entidade cultural representativa pessoa jurídica, sem fins lucrativos, que possua sede e direção no Estado do Rio Grande do Sul, que represente sob a forma associativa 15 (quinze) ou mais pessoas físicas ou jurídicas com atividades em um dos seguintes segmentos: **I - ciências humanas; II - memória e patrimônio histórico, artístico e cultural; III - letras e comunicações; IV - artes plásticas, cinema e vídeo; V - música e artes cênicas; VI - folclore e tradição.** São órgãos do Conselho Estadual de Cultura o Pleno, a Câmara Diretiva e cinco Câmaras Técnicas: de Artes e Letras, de **Patrimônio Histórico e Artístico**, de Ciências e Humanidades, de Relações Institucionais e de Legislação e Normas, sendo cada uma delas composta por 3 (três) conselheiros titulares, um dos quais, escolhido entre eles, exercerá a coordenação.

estadual. O Compromisso de Brasília, assinado pelo Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, e participantes de cada estado, reconhecia a *inadiável necessidade* da participação dos Estados e Municípios e recomendava que fosse criado, onde ainda não houvesse, órgãos municipais e estaduais que se articulassem com a DPHAN (o Serviço tinha sido transformado em Departamento- ver nota 18/Cap. I) e com os Conselhos Estaduais de Cultura.<sup>36</sup> Um ano e alguns meses depois deste compromisso, em 07 de junho de 1971, por decreto do poder executivo, constituía-se a *Comissão Especial para realizar estudos sobre instituições culturais do Estado* .

CONSIDERANDO que cabe ao Estado proteger, incentivar e promover a preservação do patrimônio cultural em todos os seus desdobramentos e aspectos (...)

CONSIDERANDO que a presença e continuidade desses valores evitam a ruptura do desenvolvimento humano, a alienação da realidade circunstancial e perda da memória de seus antecedentes históricos; (...)

DECRETA:

Art. 1º fica constituída uma Comissão Especial com a incumbência de estudar e propor ao Chefe do Poder Executivo as providências necessárias para a reorganização administrativa, recuperação das instalações e atualização dos equipamentos, formas de prestação de serviço e de captação dos recursos financeiros necessários à manutenção das instituições integrantes do patrimônio cultural do Estado, precipuamente as seguintes:

- Teatro São Pedro
- Museu Júlio de Castilhos
- Biblioteca Pública
- Museu de Artes do Rio Grande do Sul
- Museu de Ciências Naturais
- Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre

O decreto previa que a comissão funcionasse como colaboradora do Departamento de Assuntos Culturais – DAC, da Secretaria de Educação e Cultura, sendo a comissão formada pelos secretários da Educação e Cultura, das Obras Públicas e Extraordinário para Assuntos de Turismo; representantes de nove instituições públicas e privadas, quais eram: Conselho Estadual de Cultura -CEC, Escola de Artes da UFRGS, Faculdade de Arquitetura da UFRGS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Conselho Regional de Biblioteconomia, Fundação Parque Histórico General Osório, Instituto Histórico e Geográfico do RS- IHGRS, Instituto dos Arquitetos do Brasil –IAB/Seção RS e Associação Rio-Grandense de Imprensa - ARI; mais cinco membros de livre escolha e designação do Governador . Dentre esses cinco membros, cabe destacar dois nomes

<sup>36</sup> O Compromisso de Brasília tem um Anexo elaborado por Lúcio Costa que menciona mais diretamente o problema , para ele bastante complexo, da recuperação e restauração de monumentos. Ele cita o exemplo das ruínas da igreja de São Miguel no RS e finaliza o texto de uma página afirmando “ (...) é pois chegado o momento de cada Estado criar o seu próprio serviço de proteção vinculado à universidade local, às municipalidades e à DPHAN, para que assim participe diretamente da obra penosa e benemérita de preservar os últimos testemunhos desse passado que é a raiz do somos e seremos. Lúcio Costa 1970” (IPHAN: 1995, 167)

que já vinham tendo uma marcante atuação no Estado: o historiador Paulo Xavier e o professor de arquitetura e pesquisador Francisco Riopardense de Macedo, ambos membros do IHGRS. O professor Francisco Riopardense de Macedo fôra um dos principais atores nas mencionadas ações em Piratini. É também importante destacar que o vínculo com o campo da História era estabelecido via o Instituto Histórico e Geográfico e não via a Universidade, como era o caso do campo das Artes e da Arquitetura, esta última também via associação dos profissionais, conferindo-lhe um peso maior na representação junto à comissão.

Em 1978 é editada uma legislação específica à execução de tombamentos no nível estadual<sup>37</sup>. Já aparece nesta lei, que até os dias de hoje dá suporte jurídico às ações de preservação, o conceito de patrimônio cultural, o que demonstra a conexão dos gestores locais com as convenções internacionais da UNESCO dentre as quais, conforme citado no capítulo I, aparece a definição de patrimônio cultural em documento da 17ª Sessão da Conferência Geral, em 1972. O Rio Grande do Sul passa a ser, então, um dos estados com uma legislação, um órgão ligado ao poder executivo e livros tombos próprios para preservação do patrimônio cultural. Dois anos depois de criada a legislação, é executado o primeiro tombamento estadual.

Em 1983, novamente por decreto<sup>38</sup>, é criado o *Sistema Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural*, vinculado à Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo e composto pelo secretário desta como presidente; o Chefe da Divisão do Patrimônio Histórico e Cultural - DPHIC como secretário-executivo, que na ocasião era Leandro da Silva Telles; o chefe do Departamento de Cultura; um representante do CEC; um procurador do Estado designado pelo procurador-geral; representantes das demais secretarias; até três membros de outras instituições públicas ou privadas nomeados pelo governador. Observa-se que todas as comissões e órgãos criados tinham uma cota de integrantes nomeados diretamente pelo governador. Dois anos

---

<sup>37</sup> Lei nº 7231, de 18 de dezembro de 1978:

*“Sinval Guazzelli, Governador do Estado do Rio Grande do Sul.*

*Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 66, item IV, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:*

*Art. 1º - Os bens, existentes no território estadual ou a ele trazidos, cuja preservação seja de interesse público, quer em razão de seu valor artístico, paisagístico, bibliográfico, documental, arqueológico, paleontológico, etnográfico ou ecológico, quer por sua vinculação a fatos históricos memoráveis, constituem, em seu conjunto, patrimônio cultural do Estado, e serão objeto de seu especial interesse e cuidadosa proteção (...)*

*Art. 2º- Aplicam-se, no que couber, aos bens integrantes do patrimônio cultural do Estado, as disposições do Decreto-Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937.*

*Art. 3º - O Poder Executivo:*

*instaurarão os órgãos necessários à execução dos serviços de que trata a presente Lei, estabelecendo-lhes a estrutura e atribuição e disciplinando-lhes o funcionamento (...)*”

<sup>38</sup> Decreto 31.049 de 21/01/1983. *“Art. 1º - as atividades referentes ao estudo, à pesquisa, à seleção, à divulgação e à preservação do patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul, de que trata a Lei nº 7.231, de 18 de dezembro de 1978, serão desenvolvidas sob a forma de sistema, organizado nos termos do Decreto nº 20.818, de 26 de dezembro de 1970, e denominado Sistema Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural.”*

depois da criação deste Sistema, outorga-se novo decreto para alterar alguns artigos devido a reformas administrativas na área da cultura, o que permite identificar a evolução que vai delineando-se até a criação da Secretaria de Cultura: o Sistema passou a situar-se na Secretaria de Educação e Cultura; menciona-se a existência de uma Subsecretaria de Cultura e Coordenadoria (até então era uma Divisão) do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado – CPHAE. Não é possível perceber como se estabeleceu a relação hierárquica e de atribuição de funções entre o Sistema e a Coordenadoria. Provavelmente não houvesse uma divisão de atribuições bem definida e sim uma sobreposição de articulações administrativas, tendo em vista que o diretor da CPHAE era o secretário-executivo do Sistema.

Observa-se no citado decreto que criou o Sistema uma referência ao conceito de patrimônio cultural bastante ampliada, abarcando inclusive os bens imateriais, que, conforme já citado, apareceriam na Constituição Federal de 1988. No terceiro artigo define-se o que é considerado como *bens do patrimônio cultural* onde tal afirmação é claramente observável.

- I- os acervos bibliográfico, documental, artístico, administrativo, jornalístico, notarial e eclesiástico, ligados significativamente à formação histórica, social, cultural e administrativa do Estado;
- II- os objetos culturais marcantes da vida pregressa da gente rio-grandense, de sua etnias, culturas e miscigenações e de seus costumes, trabalhos, artes, ferramentas, utensílios, indumentária e armamento;
- III- os bens representativos de atividades pioneiras no desenvolvimento do setor primário, secundário e terciário do Estado, e no de sua infra-estrutura material, social e administrativa;
- IV- as obras artísticas de autores rio-grandenses ou aqui produzidas, representativas das diversas fases artístico-culturais marcantes para o Estado;
- V- as manifestações folclóricas, em todos os seus aspectos;
- VI- as peças de valor paleontológico, arqueológico e antropológico;
- VII- as áreas de relevante significação histórica, arqueológica ou paleontológica;
- VIII- as reservas biológicas, os parques, as florestas naturais, a flora e a fauna nativas;
- IX- as construções urbanas, suburbanas e rurais, de expressivo significado histórico, arquitetônico ou técnico;
- X- os monumentos naturais, os sítios e as paisagens de feição notável, e que, por suas características, devam merecer resguardo por motivos preservacionistas, educacionais, científicos ou de lazer públicos.

Em 1990, a Lei 9.117 de 20 de julho, criava a Secretaria Estadual da Cultura –SEDAC com a *finalidade de estimular a cultura em suas múltiplas manifestações*. Dentre as competências a ela atribuídas, estava a gestão do patrimônio cultural:

Parágrafo único- São competências da Secretaria de Cultura, dentre outras:  
(...)

V – assegurar as condições e os meios necessários à proteção do patrimônio cultural, nos termos do art. 222 da Constituição do Estado;

VI – manter cadastro atualizado do patrimônio histórico e dos acervos culturais público e privado, fornecendo orientação técnica para os cadastros municipais; (...)

No mesmo ano uma portaria do executivo – 11/90 altera a denominação CPHAE para IPHAE. O órgão executor das ações de preservação patrimonial passa, então, de Coordenadoria para Instituto, assim permanecendo até os dias de hoje. Entre as competências e ações do Instituto estão: análise e instrução de processos de tombamento; análise e aprovação de intervenções em bens tombados e em seus entornos; fiscalização de obras em bens tombados; orientação às prefeituras municipais na elaboração e implementação de legislação para preservação do patrimônio cultural municipal; orientação técnica sobre procedimentos em bens culturais tombados ou não; orientação e educação patrimonial às comunidades; realização do inventário do patrimônio cultural dos municípios em convênio com prefeituras, IPHAN e universidades<sup>39</sup>.

### III b – AS INSCRIÇÕES NO LIVRO TOMBO HISTÓRICO ESTADUAL – OS VALORES ATRIBUÍDOS

Atualmente existem 94 bens, distribuídos em 42 municípios, tombados pelo IPHAE. Destes, 86 estão inscritos no Livro Tombo Histórico. Como no presente estudo, a opção é trabalhar com os bens inscritos no Tombo Histórico, passamos a discorrer sobre essas 86 inscrições de bens culturais que estão distribuídos em 38 municípios do Estado.

---

<sup>39</sup> Segundo informações levantadas junto à direção do Instituto ainda não foi publicado no diário Oficial do Estado o Regimento Interno do IPHAE e demais Instituições da Secretaria de Estado da Cultura. As propostas de regimento existentes devem ser revistas e atualizadas. Oficialmente, o IPHAE se reporta à legislação de criação da Secretaria de Estado da Cultura e suas competências. Sobre as atribuições também é com base em material elaborado no próprio Instituto, não oficial. No quadro geral dos estados, atualmente, a maioria deles tem legislação própria para a proteção de seus patrimônios culturais em níveis estaduais. Segundo o procurador geral do Paraná e membro do ICOMOS, Carlos Frederico Mares de Souza Filho *“Alguns criaram institutos ou serviços de proteção utilizando e aplicando diretamente o velho Decreto-Lei nº 25; outros preferiram legislar criando os livros do Tombo estaduais, sem alterar nem na essência nem na forma o velho Decreto Lei de Gustavo Capanema. Poucos inovaram.”* (MARES: 1999, 14)

Patrimônio Cultural  
Inscrito no Livro Tombo  
Histórico do IPHAE  
Tombamentos Estaduais



Número de Bens: 86  
Distribuição Geográfica: 38 municípios

Pautamo-nos na análise de cada processo de tombamento, seguindo a seqüência das inscrições, cuja primeira – Nº 01 do LH- foi feita em 01 setembro de 1980 e a última – Nº 86 do LH – no ano de 2001<sup>40</sup>.

A decisão sobre a inscrição, ou não, de um bem em um dos quatro livros é determinada pelos agentes autorizados a fazê-lo, conforme suas análises e pareceres técnicos a respeito dos valores do bem. Foi justamente nesses pareceres técnicos que, dentre os vários documentos contidos em cada processo administrativo, concentramos o nosso foco de análise, pois, a princípio, neles estão registrados os argumentos e as análises sobre os valores que justificam as decisões

Essa interpretação é progressivamente produzida, desde os trabalhos prévios de indicação, inventário, informação e pareceres técnicos. Em princípio, ela se fundamenta nas versões do que a instituição considera como valores culturais, e nas noções de valor nacional e de valor excepcional. Na prática, porém, influem sobre essa interpretação outros fatores, de ordem ideológica e política, tanto mais atuantes

<sup>40</sup> Inscrição incompleta com vários itens em branco e sem data. A Portaria do Sítio Ferroviário de Caxias do Sul foi assinada em 27 de setembro de 2001.

e explícitos quanto se diversificam os atores envolvidos nesse processo. (FONSECA, 2005, p.113 )

A forma de inscrição no Livro Tombo Histórico do IPHAE passou por algumas variações que aconteceram por ocasião de algumas trocas de direção do Instituto. Na forma original, que se manteve até a inscrição nº 22 – Prédio do MARGS, em 30/06/1983-, todas feitas no período em que o DPHIC/ CPHAE era coordenado por Leandro da Silva Telles, constavam os seguintes itens

Município

Número

Data

Imóvel

Data de Construção

Proprietário

Estilo do Prédio

Localização

Caráter do Tombamento

Observações

O primeiro tombamento – 01/09/1980- foi um dos casos em que não houve abertura de processo administrativo. A **Ponte 25 de Julho**, localizada no município de São Leopoldo foi diretamente inscrita no tomo, em caráter Compulsório/ de Ofício<sup>41</sup>.

Um ano depois era executado o segundo tombamento, 17/09/1981/ de Ofício - **Prédio da Antiga Provedoria da Real Fazenda**, o mais antigo de todos os bens tombados pelo Estado. Construído no final do século XVIII, junto à Praça da Matriz, passou por uma série de restaurações e reformas que provocaram grande descaracterização interna, sendo hoje ocupado pela Casa Civil. Embora não se tenha tido acesso à documentação (processo não localizado) é deduzível que o valor histórico tenha sido o argumento predominante, tendo em vista que foi um dos primeiros prédios construídos para abrigar órgão administrativo na Província de São Pedro.

---

<sup>41</sup> A lei federal - Decreto-Lei nº 25 de 30/11/37 - prevê três tipos de tombamento: - *Voluntário* nos casos em que for a pedido do proprietário; *Compulsório* nos casos em que o proprietário não aceitar a indicação e entrar com processo de impugnação; - *De Ofício* quando forem bens pertencentes à União, Estados e Municípios. “*Artigo 5º - O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício por ordem do Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários efeitos.*”

*Artigo 6º - O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.*

*Artigo 7º - Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.*

*Artigo 8º- Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.” (Decreto-Lei nº 25). A lei estadual não faz referência às formas de tombamento, sendo seguidas as normas da lei federal.*

A inscrição seguinte – **Prédio do Fórum da Cidade de Jaguarão**- ocorreu na mesma data, também em caráter de Ofício. O parecer do diretor Leandro da Silva Telles destaca o traçado neoclássico e considera o bem um “documento arquitetônico-histórico”, sendo “um estímulo às novas gerações para a conservação do passado”(Processo nº1435-SCDT/81 Fls. 02 e 03). Em seus pareceres, Telles não fazia referência a valor histórico e sim à historicidade do bem, usando, em vários deles, a expressão *comprovação da historicidade*.

No parecer sobre a **Feitoria Velha** – inscrita em 15/03/1982/ Voluntário, também denominada de Feitoria do Linho Cânhamo, Leandro Telles elenca razões *históricas, sociológicas, arquitetônicas e sentimentais* para justificar a preservação do imóvel. Quanto às “razões históricas: sede da Imperial Feitoria do Linho-Cânhamo; casa que abrigou a primeira leva de imigrantes alemães chegada no Passo de São Leopoldo, em 25/07/1824, tendo um especial significado para os descendentes de alemães no Estado do RS”; quanto às sociológicas, o prédio serviu de sede para a referida feitoria, podendo ser considerada uma das primeiras autarquias administrativas surgidas no RS “(...) portanto com objetivos sócio-econômicos”; quanto às *razões arquitetônicas* afirma que “o imóvel pode ser considerado um documento isolado do barroco colonial, luso-brasileiro “; quanto às sentimentais “(...) trata-se de exemplar da arquitetura luso-brasileira, que serviu para abrigar os primeiros elementos teutos aqui chegados para cultivar a terra, consubstanciando, destarte, um verdadeiro ‘ecumenismo’, uma ‘casa portuguesa’ servindo de moradia para o ádvana, que vinha para desbravar a terra (...)”(Processo nº 3058/81. Fls. 11-12). Em momento algum do parecer é referida a origem de uso e motivo de construção que foi a produção de linho com mão de obra escrava. Na origem do pedido por parte do presidente e diretor do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (instituição proprietária do imóvel) é feita uma menção muito superficial, de forma que o bem fixou a memória da imigração alemã naquele espaço, ficando quase imperceptível o seu uso original.

A Feitoria do Linho, estabelecida em Canguçu, Pelotas, por não dar os frutos desejados, foi transferida para a margem esquerda do Rio dos Sinos, 1788. Sua localização veio dar o nome a um lugar: Feitoria Velha. Provavelmente o trabalho escravo foi a causa do fracasso da Feitoria, chamada 'Imperial do Linho-Cânhamo', em seu novo lugar. Foi fechada em 31.3.1824 já ao tempo em que o Império gestionava na Alemanha a vinda de imigrantes para colonizar o sul do Brasil. (...) A 'Casa da Feitoria' é o ponto inicial de toda vibrante história da imigração alemã no Estado. (Processo nº 3058/81 Fl. 02)

Na mesma data foi inscrito, em caráter de Ofício, o **Antigo “Seminário Evangélico de Professores” atual “Casa do Estudante”**, também de propriedade do Museu Histórico

Visconde de São Leopoldo. Segundo caso de processo não localizado, impedindo o acesso ao parecer. Na inscrição do tombo a indicação de valor refere-se ao estilo neoclássico dos três prédios que compõem o bem.

As quatro próximas inscrições são de bens localizados em Porto Alegre, de propriedade do Estado, todos inscritos em 28 de julho de 1982, em caráter de Ofício: **Biblioteca Pública do RS; Antigo “Palácio do Governo”-denominado “Forte Apache”;** Prédio do **Museu de Comunicação Social “Hipólito José da Costa”;** Prédio do **Museu Júlio de Castilhos**. Todos os processos originaram-se do pedido do diretor do DPHIC - Leandro Telles<sup>42</sup>. Nos quatro casos, o parecer de Telles é estruturado em três itens: - historicidade do prédio; - valor arquitetônico; -bibliografia, com exceção do Forte Apache no qual não consta o valor arquitetônico. Os autores por ele citado são Fernando Corona, Arthur Ferreira Filho, Walter Spalding, Ari Martins e ele próprio.

Um mês depois – 24/08/1982 de Ofício- é inscrito o **Teatro Prezewodowski** de Itaqui, cuja iniciativa partiu do prefeito municipal que já houvera, dois anos antes, encaminhado dossiê sobre o teatro ao Capitão do Mar e Guerra para que gestionasse o tombamento junto à SPHAN (na época era uma Subsecretaria), de modo que a solicitação já chegara a ser encaminhada ao Diretor Geral da SPHAN, Aloísio Magalhães. Ao encaminhar o dossiê da prefeitura a Aloísio Magalhães, o Capitão Max Guedes acrescenta parecer próprio

Considerando o valor arquitetônico, artístico e cultural que tem o Teatro Prezewodowski de Itaqui, não só para o RS – especialmente para sua região de fronteira e, de igual modo para todo o país, conforme pode ser avaliado pela memória anexa (...) (Processo nº 01629/1982/SCDT. Fl. 53)

Ele também refere o nome do teatro como homenagem a *ilustre Oficial da Marinha*. Além disso, o bem já vinha tendo atenção no nível nacional e estadual há mais tempo, conforme demonstra o Decreto Legislativo nº 3927, de 1979, referente a Termos Aditivos ao convênio existente entre o MEC e o Estado/SEC para reforma do teatro. O parecer de Leandro Telles argumenta a favor do tombamento seguindo a mesma estrutura dos anteriores: historicidade e valor arquitetônico do imóvel. Fazendo menção ao detalhado dossiê já elaborado pela prefeitura que seria suficiente para demonstrar as *razões do tombamento*, afirma tratar-se “(...) de prédio integrado na história do município de Itaqui, além de lembrar a figura insigne do Tenente

---

<sup>42</sup> A necessidade de preservação do Museu Júlio de Castilhos e da Biblioteca Pública já fôra apontada no decreto de criação da Comissão Especial para estudos sobre o patrimônio cultural do Estado em 1971 – citado na página 06.

Estanislau Prezewodowski. Outrossim, destaca-se pelo seu estilo neoclássico, emprestando caráter ímpar à fisionomia urbana de Itaqui, conforme podemos observar pessoalmente (...)" (Processo nº 01629/1982/SCDT. Fl. 48)

No final do mesmo ano, é inscrito o **Prédio do Hotel Majestic** – 03/12/1982/ de Ofício- em cujo parecer Telles mantém as características dos anteriores, porém acrescentando um item sobre *razões de ordem administrativa*. A respeito da *historicidade* refere a autoria do projeto -Theodor Wiederspahn- e a construção pela equipe do engenheiro Rudolpho Ahrons. Salienta a relação com a história da cidade e do Estado

(...) pois várias personalidades ilustres ali residiram, como o ex-presidente João Goulart, o general José Antonio Flores da Cunha e várias outras pessoas que desempenharam atividades de importância na comunidade rio-grandense. Antes de ser desativado o hotel, era residência do poeta Mário Quintana. (Processo nº 02664/82. Fl. 02)

Sobre as razões de ordem administrativa refere a unanimidade do governador- Amaral de Souza e do Secretário de Cultura, Desporto e Turismo, em transformar o prédio numa *Casa de Cultura*, abrigar órgãos da Secretaria e servir como ponto de encontro entre artistas e intelectuais. Finaliza afirmando serem tais considerações suficientes para inscrever o imóvel no tomo a fim de que integre a memória do nosso Estado.

Na mesma data -03/12/1982 de Ofício- é inscrita a **Casa de Ramiro Barcellos**, localizada junto à Penitenciária Estadual do Jacuí, no município de Charqueadas. A Secretaria da Justiça, proprietária do imóvel, já havia comunicando sua vontade de disponibilizar o imóvel para uso da SCDT, o que, de fato, não se concretizou. Leandro Telles, de quem partiu a solicitação de tombamento, elaborou dois pareceres. O primeiro foi em agosto de 1980, em função de manifestação da Secretaria da Justiça, no qual ele argumenta que a conservação do bem se impunha por três motivos:

a) valor arquitetônico pelo fato de ser exemplar do barroco colonial luso-brasileiro, embora a fachada tenha sido deturpada pela presença da platibanda (...); b) pelo seu valor histórico por ter sido a residência do Senador Dr. Ramiro Fortes de Barcellos (...) embora não tenha sido comprovado ter ele escrito o poema 'Antonio Chimango' no prédio citado; c) pelo aspecto sociológico, de constituir um dos últimos exemplares da 'casa grande de estância' e, simultaneamente, 'sede administrativa e residencial da Charqueada Meridional (...)' (Processo nº 02.783-25.00-SCDT/82)

Os valores históricos e sociológicos por ele elencados demonstram uma concepção historiográfica bastante tradicional na medida em que o que coloca como sociológico envolve aspectos que a nova história colocaria como principais argumentos. No segundo parecer tece

considerações sobre a posição da Secretaria de Justiça e cita o artigo do “historiador, poeta e tradicionalista” Hugo Ramirez, publicado no Correio do Povo (sem menção a data/provavelmente meados de 1982) , sobre o abandono do *solar no qual viveu Ramiro Barcellos*. Segue discorrendo sobre *a historicidade e o valor arquitetônico do prédio*, aspectos que já houvera abordado no seu primeiro parecer e finaliza afirmando haver considerações suficientes para que o imóvel *integre a memória do nosso Estado*.

Dez dias depois – 13/12/1982- é inscrito o **Prédio da Prefeitura Municipal de Rio Grande** em caráter Voluntário, com solicitação do prefeito municipal ao diretor do Departamento de Cultura, na época Tarcísio Antonio Taborda, a qual justifica referindo o valor arquitetônico vinculado à história da cidade.

Possuindo, Rio Grande, alguns prédios de real valor arquitetônico, atestando sua condição de cidade das mais antigas do RS e que pretende conservar aquilo que de belo e valioso foi legado pelos seus avoengos habitantes (...) São, na realidade, magníficos exemplares da arquitetura sul rio-grandense, os quais se encontram intimamente ligados à história e desenvolvimento econômico-social da cidade (...).  
( Processo nº 02.956-25.00-SCDT/82. Fl. 3)

No mesmo expediente são solicitados os tombamentos também da Casa dos Azulejos, do Hotel Paris e do Quartel General, todos também tombados – respectivamente os N°s 17, 18 e 62. O material enviado pela prefeitura é acompanhado por um memorial descritivo do imóvel no qual são apontados valores arquitetônicos e paisagísticos

(...) Um dos exemplos mais puros do neoclássico da fase imperial de nossa história, e um dos raros exemplares que resta na cidade, forma junto com o antigo Quartel General, o Mercado Público e a Praça Xavier Ferreira, um conjunto urbano antigo e homogêneo em todo aquele espaço urbano (...).  
( Processo nº 02.956-25.00-SCDT/82. Fl. 5)

Em seu parecer, Leandro Telles, ratifica os argumentos que considerou suficientes para comprovar a “necessidade de tombamento do documento por razões históricas e arquitetônicas” (Processo nº 02.956-25.00-SCDT/82. Fl. 2) .

Segue o **Prédio da Prefeitura Municipal de Dom Pedrito** – inscrição em 20/01/1983/ de Ofício, cujo processo teve um desenrolar semelhante. A solicitação provavelmente tenha vindo da prefeitura, embora não fique claro na documentação do processo, e junto com ela foi encaminhada nota histórica e descritiva sobre o imóvel, referindo-se exclusivamente a dados da construção e anexando imagens. Em seu parecer, Leandro Telles é bastante lacônico: “(...) A

nota histórica e descritiva anexa poupa-nos maiores palavras ou mais longo enfoque sobre a razão do tombamento, de fundo histórico e, principalmente, arquitetônico (...)” (Processo nº 03076/ SCDT/1982. Fl. 2)

A **Igreja de São Domingos** – inscrição em 07/02/1983/ de Ofício, localizada no município de Torres, de propriedade da Mitra Diocesana de Caxias do Sul<sup>43</sup>, teve a solicitação também vinda da parte do prefeito municipal. O parecer de Leandro Telles introduz a argumentação salientando o valor histórico do imóvel pelo fato de que D.Pedro I teria ali pernoitado quando passou por Torres no ano de 1826. Segue com a historicidade dos prédios, referindo novamente a estadia de D. Pedro I, o provável início da construção em 1820, segundo a narrativa de Saint Hilaire, em “Viagem ao Rio Grande do Sul”, que também teria pernoitado no imóvel. É também citado texto de Walter Spalding sobre o município.

Na mesma data é inscrito o **Prédio da Antiga Escola Militar de Rio Pardo**, tombado em caráter de Ofício. O processo não foi localizado, sendo as únicas referências as que encontramos na Ata nº 108 – 11/08/1976 -da Câmara de Patrimônio Histórico do CEC. Neste documento é referida a solicitação do Instituto Nossa Senhora Auxiliadora de Rio Pardo para que fosse restaurado o prédio *onde funcionou a Primeira Escola Militar do Rio Grande do Sul*. Percebe-se, portanto, que já era uma reivindicação que existia junto à comunidade local. Na época foi emitido o Parecer nº 181 por Moacyr Domingues sugerindo que o processo retornasse à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Obras Públicas para onde a entidade requerente havia se dirigido inicialmente.

Segue a inscrição da **Casa dos Azulejos** – 11/02/1983, em Rio Grande, feita em caráter de Ofício. O principal valor atribuído foi o valor arquitetônico, por tratar-se de único sobrado ainda existente no Estado com toda fachada revestida de azulejos. Conforme salienta o sucinto parecer de Leandro Telles .

(...) Os dados fornecidos pelo arq. Renato Tadeu dos Santos são suficientes para se tomar a antiga sede da filial do Banco Inglês na cidade do Rio Grande. Em especial, deve-se enfatizar se tratar de raro prédio de azulejos, situado numa esquina, talvez, único no Rio Grande do Sul. Portanto, seu valor arquitetônico dita a necessidade do tombamento (...) (Processo nº 03208/SCDT/1982. Fl. 02)

---

<sup>43</sup> O bispo Dom Benedito Zorzi, em resposta à notificação do DPHIC, não se opôs ao tombamento da *histórica igreja de São Domingos*, mas fez ponderações sobre as dificuldades enfrentadas pelos proprietários para conservar e fazer reformas necessárias nos imóveis protegidos: “*desde que começou haver no Brasil tombamentos (...) A burocracia é tal e tanta que em vez de vir ao encontro da necessidade, atrapalha (...)*” - Processo nº 03163/SCDT-1982. Fl. 19

Logo em seguida – 04/03/1983, é inscrito o **Prédio do Hotel Paris**, também em Rio Grande e em caráter de Ofício, partindo da mesma solicitação do prefeito como os demais tombamentos já mencionados na cidade. Nesse caso houve tentativa de impugnação por parte do proprietário que argumentou sobre a descaracterização sofrida pelo imóvel, com acréscimo de novos elementos e retirada dos originais. Mesmo assim o imóvel é tombado pelo valor arquitetônico tendo tido parecer do Telles na mesma linha dos anteriores

(...) A nota histórica e descritiva anexa, elaborada pelo arq. Renato Tadeu dos Santos, dispensa maiores comentários sobre a necessidade do tombamento. Além do mais, a solicitação de tombamento parte do Prefeito de Rio Grande, considerando o prédio ligado à história e desenvolvimento econômico-social da cidade. (...) (Processo nº 03127/82. Fl. 2)

No caso dos **Prédios da Antiga Viação Férrea do Rio Grande do Sul** – 25/04/1983/caráter Voluntário, localizados em Montenegro, houve intensa mobilização do Movimento de Preservação do Patrimônio Cultural de Montenegro e Comissão Museu Histórico Municipal que vinha envolvendo a comunidade e a prefeitura já há algum tempo, tendo tido cobertura da imprensa local e estadual. As entidades que solicitam o tombamento enviam um extenso dossiê no qual elaboram argumentação destacando o papel das ferrovias e do Conjunto da Estação Montenegro como ponto de entroncamento.

(...) a Estação Montenegro assumiu o controle dos trens da região, sendo ponto de parada obrigatória e motivo de residência, na cidade, de numerosa classe ferroviária, que hoje integra a comunidade local. Através de Montenegro escoava-se também, a produção da ampla região colonial. O conjunto possui, portanto, grande valor histórico e cultural para o Estado. (Processo nº 00197/83. Fl. 02)

Destacam o espaço como referência para a comunidade que ali vivenciou *memoráveis acontecimentos na vida da cidade*, conferindo-lhe grande *valor histórico e afetivo para a comunidade local*. É também atribuído *grande valor paisagístico e grande potencial de uso como equipamento para a coletividade*, devido a sua localização central e sua configuração mesclando área livre e edificada. O material aponta a inconformidade da população, com a gradativa destruição do patrimônio ferroviário em Montenegro e a proposta de preservá-lo e reaproveitá-lo para Centro Comunitário. Destacou-se, nessa mobilização, o arquiteto Pedro Ernesto Bühler que na época desenvolvia estudos acadêmicos sobre o conjunto e enviou ofício ao diretor Leandro Telles, esclarecendo alguns aspectos.

(...) Como já é do seu conhecimento, a proteção de um monumento histórico, juntamente com seu entorno, é recomendada por encontros neste campo, já sendo aplicada com sucesso (...) Outrossim, com relação ao conjunto da antiga estação férrea de Montenegro, a importância da memória comunitária está mais vinculada ao

espaço urbanístico e paisagístico de todo o conjunto, do que propriamente à arquitetura dos prédios isolados. ( Processo nº 00197/83. Fl. 99)

Verifica-se o primeiro caso de articulação feita por um agente conectado com as tendências que a preservação vinha tomando no nível internacional, trabalhando numa perspectiva inovadora diante da tendência que era mantida pela DPHIC. O diretor, por sua vez, elabora um parecer que denota uma posição favorável em virtude do movimento local e não exatamente da sua perspectiva sobre a preservação.

(...) Com exceção da gare, os demais prédios não apresentam excepcional estilo. Entretanto, como bem acentua o alentado acervo de documentos enviados pela Prefeitura e Movimento, todos eles são necessários para aproveitamento como Centro Comunitário de Montenegro. Inclusive, o tombamento é condição para que a prefeitura receba recursos do Pró-Memória, do MEC, conforme se depreende do ofício do Diretor da 10ª D.R. do SPHAN. ( Processo nº 00197/83. Fl. 102)

O primeiro tombamento na região de imigração italiana foi o da **Casa Saretta** – 29/04/1983, em caráter Voluntário, localizada em Veranópolis. Esse bem suscitou polêmica devido à intenção do proprietário de executar o traslado do imóvel, o que de fato concretizou-se a despeito dos pareceres técnicos contrários. A origem do pedido veio do prefeito municipal, ainda em 1981, sugerindo a preservação de outros bens além desse e argumentando que “(...) tais edificações, entre outras, representam a história do Município e da Região Colonial Italiana para toda a comunidade. Outrossim, esta Municipalidade pretende transformar a Casa Saretta em Museu Histórico do Município.” (Processo nº 19102/SE/1983. Fl. 2)

O parecer de Telles é bastante sucinto, referindo a intenção do prefeito em transformar o imóvel em museu e afirmando ser *o valor arquitetônico* a principal razão do tombamento de *prédio em madeira, constituindo-se em expressivo documento dos primórdios da imigração peninsular em nosso Estado*. Numa das manifestações do prefeito junto à DPHIC, é salientada a necessidade de uma certa urgência no caso da Casa Saretta para que se resolvesse o problema do proprietário. Provavelmente já estivesse em negociação a venda do terreno e o traslado do imóvel que de fato é executado depois do tombamento<sup>44</sup>, sendo as principais tratativas a esse respeito feitas já com a nova direção do instituto – Moacyr Domingues e sob a orientação do assessor técnico, arquiteto Nestor Torelly. É, então, elaborado parecer técnico a respeito do traslado pelo arquiteto Maturino Luz, no qual manifesta, de forma veemente, posição contrária ao deslocamento do imóvel do seu local de origem. Segundo ele, esta ação

---

<sup>44</sup> Logo depois do Tombamento o imóvel foi comprado por Alzir Tedesco, cujo interesse era no terreno, pressionando o processo de traslado do imóvel. Adquirido pela Prefeitura, provavelmente em seguida, quando é feito o traslado. Em 1985, a casa foi transferida para a RS-T 470 km 109. Esq. Rua 24 de Maio.

provocaria a perda do *valor intrínseco*, do valor histórico e, dependendo da forma de execução da remoção, também do valor arquitetônico do bem, que deixaria de representar e desempenhar o papel que sempre possuiu no contexto urbano de Veranópolis.

(...) Tenho certeza absoluta que a remoção significará a perda definitiva da Casa Saretta que é hoje muito mais que um simples testemunho da colonização italiana do RS. A Casa Saretta é hoje patrimônio do povo rio-grandense o que por si só, argumenta em favor daqueles que lutam pela sua sobrevivência e desarma o espírito daqueles que pensam que o lucro e o progresso estão acima de qualquer coisa. Salvar a Casa Saretta é respeitar o nosso passado e legado de nossos avós. (Processo nº 19102/SE/1983. Fl. 58)

O tombamento da **Usina do Gasômetro** – inscrição em 31/05/1983 Voluntário- teve atores de instâncias superiores negociando diretamente com o governador Jair Soares, destacando-se a atuação do diretor da 10ª Diretoria Regional da SPHAN, Júlio N.B. de Curtis. Em ofício ao governador, Curtis expõe uma série de argumentos para solicitar o tombamento, fazendo referência à Carta de Veneza<sup>45</sup> e colocando como uma das atribuições do bem a de constituir-se num “documento da arquitetura industrial, documento de pedra e cal. (...) A antiga Usina do Gasômetro representa um precioso documento de arquitetura industrial, estreitamente ligada à vida de Porto Alegre e que, dentro dos critérios de preservação produzidos pela Carta de Veneza, deve ser perenizada.” (Processo nº 00532/SCP/1983 . Fl. 2)

O processo de tombamento acontecia paralelamente a projetos de criação de um Museu do Trabalho, aspecto também bastante salientado por Curtis. Diante dessas articulações, o parecer técnico de Leandro Telles pautou-se no despacho do *Sr. Governador* para que fosse tombado, fato que ele expressa como *razão maior* para a efetivação da ação. É bastante sucinto nas suas considerações, entre as quais um item sobre a historicidade do *documento*. “(...) prédio que abrigou por meio século usina geradora de força motriz para o desenvolvimento econômico e social da Capital do Estado”. (Processo nº 00532/SCP/1983 . Fl. 13)

Logo em seguida é inscrito o **Museu de Arte do Rio Grande do Sul (ex-delegacia fiscal)** - 30/06/1983, de Ofício. A origem do pedido não está clara, mas já havia interesse e ações desde a década anterior, época em que o governador Sinval Guazzelli gestionava o *Projeto Cultural nos prédios da Praça da Alfândega*. O parecer de Leandro Telles ressalta o estilo arquitetônico do bem; a autoria do arquiteto alemão, Adolfo Gundlach; a construção pelo

---

<sup>45</sup> Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, produzida no II Congresso internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos ocorrido em Veneza em maio de 1964. Nesse encontro foram reexaminados os princípios da já citada Carta de Atenas. A Carta de Veneza permanece sendo um dos principais documentos norteadores das ações de restauração.

engº Rudolpho Ahrons; a *bela composição* que forma com o prédio dos Correios e Telégrafos, que já era protegido pela SPHAN. Sua argumentação refere também o uso cultural que o prédio já tinha.

Um mês depois desta inscrição, a direção da DPHIC é substituída, assumindo o Cel. Moacyr Domingues, que já vinha há alguns anos atuando em outras instituições culturais: já fôra conselheiro do CEC e diretor do Arquivo Público. Haviam ocorrido, em março de 1983, mudanças administrativas na área da cultura que deixara de estar subordinada à Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, passando à Secretaria de Educação e Cultura. O novo diretor, Moacyr Domingues, solicita parecer da diretora do MARGS, Eveling Berg loschpe, para que seja enviado aos proprietários do imóvel – União, no sentido de obter a anuência para que, mediante nova portaria, fosse determinada sua inscrição no Livro Tombo. Não faz referência à inscrição e portaria já feitas, sendo editada nova portaria.

Ocorrida a troca da coordenação e a transformação da Divisão- DPHIC em Coordenadoria – CPHAE, que fica diretamente ligada à Subsecretaria de Cultura – subsecretário Joaquim Paulo de Almeida Amorim, esta passando a integrar a também recém criada Secretaria de Educação e Cultura - secretário Francisco de Paula Salzano Vieira da Cunha, são feitas alterações na forma de Inscrição no Tombo:

Processo de Tombamento nº:

Inscrição Nº:

Uso atual:

Uso original:

Natureza:

Caráter da Inscrição:

Estado:

Município:

Localidade:

Logradouro:

Proprietário

Endereço:

Estado de Conservação:

Características:

Histórico:

Observações:

*assinaturas*

Descrição: (no verso – várias em branco)

Leandro Telles permaneceu na direção da DPHIC do início, em 1980, até junho de 1983, com uma postura administrativa bastante centralizada. Ele próprio foi o autor dos pareceres dos

22 bens culturais inscritos em sua gestão. Nessa fase os processos também não foram encaminhados ao CEC para elaboração de parecer técnico pelos conselheiros da Câmara do Patrimônio. Em 1986 a Câmara Técnica do CEC - conselheiros Dante de Laytano, José Albano Wolkmer e Tarcísio Deretti- elabora um parecer único relativo a 12 bens que já haviam sido inscritos no Tombo<sup>46</sup>, sendo que alguns não tinham tido portaria do subsecretário. Para sanar tais lacunas, os conselheiros optaram por elaborar um único parecer para os 12 bens endossando a decisão anterior em preservá-los.<sup>47</sup>

Um ano após a troca de direção e da transformação da diretoria em coordenadoria, são inscritos sete bens na mesma data – 01/08/1984<sup>48</sup>: Casa e Museu Érico Veríssimo e Prefeitura Municipal, ambos em Cruz Alta; antiga Igreja Matriz de São Miguel, em Dois Irmãos; Prefeitura Municipal de Lageado; Ponte sobre o Rio Palmares; Ponte do Império e Teatro São Pedro.

Os dois tombamentos de Cruz Alta foram solicitados pelo prefeito municipal. Sua justificativa sobre a **Casa e Museu Érico Veríssimo**, além de referir as dificuldades financeiras e técnicas para manter o imóvel que era patrimônio municipal justifica a solicitação “(...) pelo alto valor histórico que representa para o mundo das letras e dos intelectuais, a casa, pertences e obra do renomado escritor cruzaltense, Érico Veríssimo(...)” ( Processo nº 03.956-19.00-SEC/84. FI.2)

Sobre a **Prefeitura Municipal** faz várias considerações, caracterizando-a como um dos mais belos prédios administrativos da região; refere a localização geográfica da cidade –*coração da região do Planalto médio*, capital nacional do trigo e outros atrativos turísticos, além do zelo em preservar os *prédios tradicionais e de real valor histórico e artístico do Estado*.

Sobre o primeiro bem de Cruz Alta, o parecer favorável do arquiteto Nestor Torelly não faz referência a valores, atendo-se aos aspectos jurídicos e a recomendações técnicas para manutenção do imóvel. No caso do prédio da prefeitura, Torelly destaca o aspecto arquitetônico do imóvel, *em estilo eclético, com valores formais importantes de preservar*. Refere a autoria do projeto - engenheiro Rudolpho Ahrons, que *deixou importante contribuição na arquitetura regional*.

---

<sup>46</sup> Fórum de Jaguarão, Casa da Feitoria Velha, Museu Júlio de Castilhos, Museu de Comunicação Social , Biblioteca Pública do Estado, Teatro Prezewodowski, Prefeitura Municipal de Dom Pedrito, Casa de Ramiro Barcelos, prédio do antigo Palácio do Governo, Prefeitura Municipal de Rio Grande, Hotel Paris e Casa dos Azulejos.

<sup>47</sup> Ata nº 193 da reunião da Câmara do Patrimônio Histórico do CEC, 03/09/1986.

<sup>48</sup> Todos com o item Caráter da Inscrição em branco. Também outros tombamentos na seqüência.

A **Antiga Igreja Matriz de São Miguel**, localizada em Dois Irmãos, teve envolvimento de várias lideranças, entidades e comunidade, com a anuência da Mitra Diocesana de Novo Hamburgo, proprietária do imóvel. O pedido, enviado à CPHAE, partiu da *Comunidade Doisirmoense* acompanhado de abaixo-assinado. Em seu parecer, o arquiteto Nestor Torelly anexa cópia de artigo escrito por Leandro Telles<sup>49</sup> sobre a Igreja Matriz de Dois Irmãos. Embora o artigo tenha sido escrito oito anos antes da abertura do processo, é acionado como referência e nele são citados os posicionamentos contrários do prefeito e dos arquitetos locais Dóris e Friedrich Muller, ao intuito do pároco, naquele momento, em demolir a *velha matriz* e ali fazer uma praça<sup>50</sup>. Justino Vier, prefeito citado no artigo de Telles, argumentava a favor da preservação da igreja

(...) ela é a história de Dois Irmãos, do seu padroeiro São Miguel, de mais de um século de vida da nossa gente. A igreja, as velhas casas de enxaimel que ainda existem, o moinho centenário que continua a moer milho e trigo à força de água, tudo o que é antigo e que preserva a herança cultural dos colonos é um valioso patrimônio. ( Processo nº 54469/SEC-1983. Fl 34)

Os também citados arquitetos referem as igrejas evangélica e católica, como marcas importantes da *silhueta da cidade de Dois Irmãos*. Telles finaliza o artigo citando o historiador Jacob Burckhardt, em sua obra “Reflexões sobre a história”.

E agora recordemos a magnitude de nosso compromisso para com o passado, considerando-se o passado como uma continuidade espiritual e parte integrante do nosso mais elevado legado cultural. Tudo o que ainda longinquamente possa servir para o seu conhecimento deve ser coligido sem poupar esforços nem sacrifícios, até podermos reconstituir em sua totalidade os panoramas espirituais de épocas passadas... Só abrem mão desta vantagem os bárbaros que nunca transcendem a própria esfera cultural limitada. ( Processo nº 54469/SEC-1983. Fl 34)

O parecerista salienta os aspectos arquitetônicos que constituiriam

(...) um exemplar típico da habilidade da mão de obra de colonização alemã (...) Aquele prédio obedecendo ao estilo neogótico muito usado nas igrejas construídas na zona de colonização alemã da época, se adapta ao contexto urbano ainda hoje como referencial da história daquela comunidade(...) ( Processo nº 54469/SEC-1983. Fl 32)

Finaliza seu parecer favorável ao tombamento pelas questões técnicas favoráveis e *principalmente pela manifestação da comunidade*. O bispado de Novo Hamburgo manifesta sua anuência à preservação do templo como “ patrimônio precioso legado à posteridade da cultura, da fé e da arte de nossos antepassados. A Igreja Católica, não obstante atitudes esporádicas

<sup>49</sup> Correio do Povo. 30/11/1975.

<sup>50</sup> IHSL: recebe a denúncia, mas não havia se posicionado até o momento.

de obscurantismo e até de vandalismo, tem uma tradição de cultivo, conservação e restauração das obras de arte, tanto cristãs como profanas.”( Processo nº 54469/SEC-1983. Fl 25)

O prédio onde funciona a **Prefeitura de Lajeado**<sup>51</sup> teve o tombamento solicitado pelo prefeito municipal\_Erni Ilmo Petry que encaminha, com demais documentos, um histórico do prédio. O texto, elaborado pelo Professor José Alfredo Schierholt, descreve minuciosamente a construção do prédio para Intendência Municipal, cuja iniciativa, desde a compra do terreno em 1895, até a execução da obra, inaugurada provavelmente em 1901, foi do Intendente Júlio May. É descrito seu perfil administrativo, caracterizando-o como prudente e austero com os gastos públicos, um dos motivos pelo qual não executou o primeiro projeto apresentado, bastante arrojado, optando por uma proposta mais modesta. O forte viés positivista da política local ficou marcado na pedra fundamental que segundo a ata de lançamento

(...) continha na parte oca e dentro de um vidro o seguinte: um retrato do primeiro homem produzido no Estado do Rio Grande do sul Dr. Júlio Prates de Castilhos, seu Primeiro Governador Republicano e construtor de sua terra natal; um retrato do General cidadão Dr. José Gomes Pinheiro Machado, cujo nome serve de garantia às atuais instituições; uma moeda de prata do primeiro cunho do Governado Republicano no valor de um mil réis; um exemplar do jornal denominado A Federação , nº 27, de 1º do mês corrente, aquele mesmo que foi o camartelo que mais derruiu o império bragantino, e que, na República tem sido o mais alevantado defensor da Lei e das liberdade públicas, desde Deodoro de Fonseca até o imarcescível Floriano Peixoto, cognominado "Marechal de Ferro"; desde o efeminado Prudente de Moraes até o atual presidente Dr. Manoel Ferraz de Campos Sales, que, melhor orientado, vai conduzindo a República ao porto de seus destinos; o referido Presidente do Conselho colocou no lugar designado pelo mestre de obra esta pedra (...) Este documento ainda se encontra nos alicerces e merece uma análise crítica, pelo seu cunho ideológico. ( Processo 45583-19.00 Fl. 07)

O parecer técnico é bastante sucinto, o que é uma característica presente em todos os pareceres do arquiteto Nestor Torelly. Inicia afirmando que se restringiria às *características estéticas* do imóvel pois o *histórico arquitetônico* do mesmo já constava no material anexado ao processo. É interessante observar que se refere ao histórico como *histórico arquitetônico*, o que não corresponde ao teor principal do texto, um texto que faz uma análise política da situação que motivou e marcou a construção. Caracteriza o imóvel como um exemplar da arquitetura neoclássica, dita de província, face ao período ( tardio) e à simplificação estilística com que foi concebido.(Processo 45583-19.00 Fl. 12) Finaliza, expressando ser a favor da preservação e apontando que várias comunidades ainda possuíam exemplos desta arquitetura, que sem dúvida

---

<sup>51</sup> Após o tombamento a obra foi restaurada e passou a sediar Casa de Cultura, segundo consta em relatório de vistoria técnica em 2002.

pelo testemunho que constituem de uma época, deverão ser preservados em nome da memória da uma cultura regional. ( Processo 45583-19.00 Fl. 12)

Seguem as inscrições de duas pontes: a **Ponte sobre Rio Palmares**, no município de Palmares e a **Ponte do Império**, no município de Piratini. Em ambos os casos, a solicitação partiu das prefeituras no ano anterior à inscrição, período de transição na coordenação da CPHAE. Palmares do Sul tinha recém se emancipado e, no material enviado, o prefeito argumenta haver, por parte do novo município, a preocupação em preservar e recuperar seu patrimônio histórico.

(...) Temos em nosso município um patrimônio histórico que, a nosso ver, não diz respeito somente à história desta região: diz respeito à própria história do RS. É a Ponte Velha, como carinhosamente a chamamos por aqui. E realmente, é mais velha que a memória de nosso próprios avós. Esta ponte, que passa sobre o Rio Palmares, é tão ou mais velha que a ponte dos Açorianos. Desde 1858 já há registros de sua existência (...) Dever ser do seu conhecimento que em nossa região temos a estrada mais velha do Rio Grande, a chamada 'estrada do inferno' ( atual BR 101), demarcada pelos primeiro lusitanos que penetraram no Estado, oriundos de Laguna. Pois esta ponte faz parte de tal estrada. É um marco da penetração portuguesa no RS (...) (Processo nº 54468/SEC.1983. Fl. 05)

No processo não consta parecer técnico, havendo somente um levantamento de dados sobre a construção, feito pela engenheira Rita Patussi; a portaria afirma seu valor histórico e arquitetônico.

Ao solicitar a preservação da **Ponte do Império**, o prefeito de Piratini ancora sua argumentação no *inegável valor histórico*; no fato de estar sendo cogitada a demolição da ponte e dos municípios de São Lourenço e Pedro Osório estarem reivindicando a doação do material<sup>52</sup>, o que a comunidade local, que a considerava pertencente ao Patrimônio Histórico de Piratini, não aceitava; na falta de recursos financeiros do município para preservá-la, o que representa um alto custo. Sobre a afirmação de que a ponte fazia parte do Patrimônio Histórico de Piratini, refere, embasado em documentação do arquivo local, que a sua construção era uma velha reivindicação de Piratini, anterior mesmo à Revolução Farroupilha, tendo sido construída entre os anos de 1869-1870, por Hygino Corrêa Durão, "a mando do nosso ilustre antepassado Dr. Joaquim Vieira da Cunha, em 26/06/1868, oportunidade em que assumiu a Presidência da Província". (Processo nº 11.997/SEC/1984 Fl. 07) O Coordenador da CPHAE, Moacyr Domingues,

---

<sup>52</sup> O prefeito anexa xérox da reportagem " Aos Poucos Alguém vai Roubando a Velha Ponte", da Folha da Manhã - 25/01/1977 e notícia sobre a declaração do DAER de não ser responsável pela manutenção da ponte e sim o próprio município, mas tendo em vista o alto custo, o indicado seria deixar sob a Divisão de Patrimônio Histórico e Cultural ( s/data).

elabora no mesmo ano da solicitação (1983), informação ao subsecretário, na qual menciona o intuito do prefeito de, não apenas tomar a ponte, mas transferir para o Estado os custos e responsabilidade de preservação. Coloca seu posicionamento não contrário ao tombamento, desde que seja feita vistoria e emitido parecer técnico quanto ao *valor estético e histórico da ponte*. Em sua avaliação, o arquiteto Nestor Torelly, após descrever aspectos gerais da obra, afirma ter constatado que ela não possuía valor arquitetônico, nem tampouco histórico, considerando ser o bem de *valor discutível*, além de estar em estado de abandono o que poderia provocar, no caso do tombamento sem ser antes recuperada, a crítica da opinião pública, aos promotores do ato. Mesmo assim a Ponte do Império é reconhecida, no ano seguinte, *como de interesse público por seu valor histórico*.

O **Teatro São Pedro** foi o segundo caso de tombamento sem que se seguisse a rotina administrativa de abertura de processo, por ser um bem de *notória valia* e já ter passado por obras de restauro<sup>53</sup>.

De agosto de 1984 há um salto nas inscrições para setembro de 1985, sendo inscritos naquele mês mais quatro bens: a Antiga Escola Estadual de Santa Tereza; a Casa de Pedra de Farroupilha; o Fórum e a Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção de Caçapava do Sul. Ocorre mais um salto para março de 1986, sendo inscrito o último bem na gestão de Moacyr Domingues - Remanescentes da Antiga Usina Termoeletrica de Arroio dos Ratos.

No processo de tombamento da **Antiga Escola Estadual de Santa Tereza** – inscrição em 25/09/1985- aparece novo parecerista – arquiteto Eduardo Martinez, que elabora pareceres amplos, usando uma linguagem mais conectada com as tendências gerais e fazendo análises do todo e não somente do bem em si. Sobre a escola salienta sua integração ao conjunto urbano, de pequena extensão e com *valores comuns da época* (construída em 1938). A eliminação de elementos desta *paisagem urbana*, sobretudo a escola que teria uma posição de destaque junto à praça, prejudicaria a referência da comunidade.

Entendemos que sua permanência seja indispensável como peça documental para a leitura da paisagem urbana. Sem ela, Santa Tereza perderia parte expressiva de sua memória (...) Entendemos, que sua importância histórica estaria a nível local por se

---

<sup>53</sup> O Coordenador do CPAE expede ofício, em 07/08/1984, congratulando Eva Sopher, presidente da Fundação TSP que fôra restaurado e reformado sob a orientação dela: "(...) Neste caso especial, não foi seguida a rotina habitual, de formação de um processo para estribar a decisão de tombamento, pois sendo um bem de notória valia, essa formalidade foi considerada dispensável (...)" O TSP foi também uma das *instituições culturais do Estado* indicadas, pelo decreto de 1971, para estudos, visando a sua preservação.

tratar de uma escola onde passaram os filhos ilustres da terra (...) (Processo nº 19963/SEC/1985. Fl. 16)

Nos processos da Casa de Pedra de Farroupilha e dos Remanescentes da Antiga Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos, houve atuação do IPHAN. A origem do pedido da **Casa de Pedra** – inscrição em 26/08/1985 (retrocede a data anterior) –veio do prefeito municipal que anexa, em sua solicitação, relatório de projeto de restauração elaborado pelo IPHAN e assinado pelo diretor Júlio Curtis. Nesse relatório o bem é referido como portador de valor cultural para o município e como “um dos exemplares mais representativos da arquitetura civil urbana da área de imigração italiana no Estado.” (Processo nº 47.006/SEC-1984. Fl. 03) O parecer técnico de Eduardo Martinez descreve os traços arquitetônicas e técnicas construtivas, apontando que o imóvel é imbuído das características da cultura de imigração italiana. Seguindo sua linha de argumentação que leva em conta o conjunto menciona as *condições ambientais existentes* e a localização da casa que forma conjunto com a Capela de São Vicentio, tendo o “mérito de estar localizada no sítio inicial do núcleo urbano da Farroupilha.” (Processo nº 47.006/SEC-1984. Fl. 14) Fecha seu parecer mencionando a disposição do poder público municipal em preservar e promover um uso sócio-cultural de interesse público de “mais um exemplar representativo deste mosaico de culturas que forma o patrimônio histórico e artístico do solo Rio-grandense. “(Processo nº 47.006/SEC-1984. Fl. 15) Nessa fase começam a constar os pareceres da Câmara do Patrimônio Histórico do CEC, na época composta pelos conselheiros Mário Gardelin, José Albano Wolkmer, Dante de Laytano e Hardy Elmiro Martin. No processo de Santa Teresa, o parecer é relatado pelo conselheiro Mário Gardelin que faz referência às posições do Martinez e do Curtis, seguindo, em linhas gerais, as mesmas argumentações e introduzindo considerações sobre o perfil econômico de Farroupilha, demonstrando ter levado também em conta a existência de condições por parte do proprietário (prefeitura) em manter o bem. Também menciona o projeto de uso para museu.

Os dois tombamentos de Caçapava do Sul- **Prédio do Fórum e Igreja Matriz Nossa Senhora de Assunção**, inscritos em 10 de setembro de 1985- tiveram a solicitação do prefeito municipal que encaminha um único ofício (papel timbrado da prefeitura com referência ao Sesquicentenário da Revolução Farroupilha – Caçapava – 2ª Capital ) ao subsecretário de Cultura Joaquim de Almeida Amorim ao qual anexa sucinto histórico e imagens dos imóveis. É aberto um único processo para os dois imóveis. No histórico do Fórum é referida a localização e a reforma por que o prédio passou por ocasião do centenário da Revolução Farroupilha e destacado o uso do prédio pelos revolucionários. “Velho edifício do reduto dos farroupilhas que

pela primeira vez viu drapejar o pavilhão tricolor dos republicanos de 35.” (Processo nº 21.308-19.00-SEC/85. FI.3)

O parecer do CEC é relatado pelo conselheiro Dante de Laytano que estrutura a argumentação, favorável ao tombamento dos dois bens, com base em seis considerações, apontando as referências bibliográficas de cada uma delas: 1ª - o testemunho de viajantes (cita vários), segundo “a notável” obra de Abbeilard Barreto, sobre a *importância histórica* de Caçapava; 2ª - o fato de Caçapava do Sul ter sido capital de República Rio-Grandense, onde se desenrolaram *atividades administrativas e políticas de mais alto nível*; 3ª – a Igreja Matriz ser *um dos templos histórico do RS*, referido por Conde D’Eu no seu livro *que se pode considerar entre os melhores de viagem ao RS*, no qual descreve a passagem de D.Pedro II pela cidade, ocasião em que *assistiu uma missa no templo em obras*; 4ª - como capital da República, Caçapava sediou a instalação, reunião e encerramento do Conselho dos Procuradores Gerais dos Municípios da República; - 5ª Caçapava sediou a impressora e a editora do jornal ‘O Povo’; 6ª - em Caçapava cantou-se pela primeira vez o Hino da República.<sup>54</sup> O parecer técnico foi de autoria da engenheira Rita Patussi, no qual esclarece que, embora reconheça outros valores, principalmente o *histórico*, seu parecer se limita aos aspectos arquitetônicos dos dois imóveis, finalizando com menção “à importância e influência da História, que se conserva e se faz viva na arquitetura através de suas características construtivas, principalmente a do período farroupilha, por ter sido palco de acontecimentos históricos relevantes.” (Processo nº 21.308-19.00-SEC/85. FI.22)

A solicitação de tombamento dos **Remanescentes da Antiga Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos** – inscrição em 10/03/1986, por parte da diretora do Museu do Carvão - Maria Luiza Chaves Barcellos, é por ela justificada “tendo em vista a implantação e continuidade do Museu Comunitário e o resgate da Memória do Carvão do Estado”. (Processo nº 44.005/SEC-1985. FI. 02) A documentação do processo indica que antes de reportar-se à CPHAE, a diretora do museu solicitou parecer do diretor da SPHAN, no qual Julio Curtis que já havia atuado no tombamento da Usina do Gasômetro emite posição favorável à preservação do bem “como testemunho da história industrial deste Estado.” (Processo nº 44.005/SEC-1985. FI. 05) O posicionamento da SPHAN foi considerado suficiente para justificar a preservação, tendo sido dispensado o parecer técnico da CPHAE. A Câmara do Patrimônio do CEC, também se posiciona favoravelmente diante das manifestações contidas no processo e *pelos valores que encerra e pelo significado de sua preservação para a história do Rio Grande do Sul*. No parecer

---

<sup>54</sup> Bibliografia Sul – Rio-Grandense. 2 vol. Cons. Federal de Cultura. 1975. / Caçapava, Capital Farroupilha, de Arnaldo Luiz Cassol e Nicolau da Silveira Abrão. Martins Livreiro, 1985. Viagem Militar ao Rio Grande do Sul (agosto a novembro de 1865). Fortunato Pimentel; Aspectos Gerais de Caçapava. POA. 1942

que é assinado pelos conselheiros José Albano Wolkmer, Dante de Laytano e Mário Gardelin são tecidas algumas considerações sobre o *vigor dos equipamentos industriais*, expresso na arquitetura do conjunto remanescente. A análise é um pouco aprofundada estabelecendo-se uma relação entre passado e projetos de futuro

(...)a participação da tecnologia estrangeira no processo de desenvolvimento nacional, deve necessariamente ser preservada, para que as novas gerações tenham condições de avaliar a história e possam fazer uma releitura das relações do passado com o presente, visando o estabelecimento dos princípios norteadores dos projetos de construção do futuro de nosso estado e do Brasil (...) (Processo nº 44005/SEC-1985. Fl. 16)

Em meados de 1986, a coordenação da CPHAE é substituída, sendo assumida pelo arquiteto Albano Wolkmer que passa a acumular a função com a de conselheiro do CEC (como Subsecretário de Cultura assume Luiz Antônio de Assis Brasil). A primeira inscrição de sua gestão- em 16/07/1986 foi da **Prefeitura de São José do Norte**. O pedido de tombamento partiu do gabinete do prefeito, embasado no argumento de que foi a primeira Intendência Municipal construída no Estado, em 1898, com projeto de arquiteto francês. O prédio estava desocupado desde o ano anterior por medida de segurança e o prefeito manifesta o intuito de, agilizando a liberação de recursos junto à Pró-Memória, restaurar o imóvel para voltar a abrigar setores da administração municipal, inclusive a biblioteca pública, o que, por sua vez, estimularia a recuperação de outros prédios antigos, para não se perder um dos “mais autênticos conjuntos arquitetônicos do Estado”. (Processo nº 21535-19.00/SEC 1986. Fl.03) Nesse sentido a argumentação ancora-se também nas ações que vinham sendo desenvolvidas em relação ao conjunto urbano. No ano anterior, 1985, fôra firmado termo de cooperação com a Fundação Pró-Memória para a execução do Plano de Proteção ao Centro Histórico, além do que estava em fase de aprovação legislação específica para a preservação patrimonial e a criação do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural. O parecer técnico da engenheira Rita Patussi descreve as condições e características do prédio a partir do que, apesar do mau estado do imóvel, se posiciona favoravelmente ao tombamento e à restauração do imóvel solicitados pela prefeitura “por sua participação como palco da História Rio-grandense, além de seus aspectos artísticos e arquitetônicos marcantes.” (Processo nº 21535-19.00/SEC 1986. Fl.46) A Câmara Técnica do CEC também emite parecer favorável à preservação do “inestimável bem de valor cultural para a comunidade rio-grandense” (Processo nº 21535-19.00/SEC 1986. Fl.31), referindo os elementos da arquitetura neoclássica que não poderiam ser perdidos e a sensibilidade do prefeito municipal em buscar a preservação para destinar seu uso a atividades públicas.

O tombamento da **Antiga Igreja Matriz de São Pedro** – 11/09/1986 no município de Ivoti teve envolvimento de vários atores e entidades. O pedido formal partiu da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, mas a iniciativa, provavelmente, tenha sido da comunidade que redigiu uma Carta Aberta aos poderes públicos municipais. O objetivo era alertá-los e solicitar providências no sentido de evitar que um “progresso intempestivo e sem planejamento” gerasse a descaracterização e desumanização de Ivoti, “tornando a cidade um lugar comum, iguais às tantas outras, onde foram jogadas fora as nossas tradições.” (Processo nº 52108/85. Fl. 20) O texto refere a arquitetura da cidade de colonização essencialmente alemã, como os “sinais característicos de uma época passada e que deve ser considerada histórica” (Processo nº 52108/85. Fl. 20); salienta a paisagem urbana, com a maior concentração de casas tipo enxaimel, localizadas no centro e a notícia da derrubada da Igreja, nele localizada, para construção de edifício. Como em outros casos, o SPHAN já vinha desenvolvendo trabalho de levantamento arquitetônico na cidade, ação reconhecida pelo coordenador da CPHAE<sup>55</sup>, que a inclui no encaminhamento do processo. O diretor da SPHAN - Júlio Curtis, diante dos projetos de demolição e construção de novos prédios altos na rua da igreja que ainda mantinha uma paisagem “tão evocativa de seus antepassados alemães, cuja cultura tanto contribuiu para a harmonia do multifacetado caleidoscópio que simboliza a identidade nacional”, manifestou de forma veemente sua reprovação a esses “ímpetos iconoclastas, para os quais o futuro só existe até a fronteira de suas vidas”. A demolição da igreja seria “um ato destruidor da memória (...) esta atitude iconoclasta condenaria ao desaparecimento um referencial importante do repertório simbólico de Ivoti”<sup>56</sup>. (Processo nº 52108/85. Fl. 33) O assunto foi tendo crescente repercussão, observando-se novos atores envolvendo-se no processo. Sendo consultada pela CPHAE, a Câmara de Vereadores, comunica a decisão de não se posicionar antes da manifestação da comunidade católica; num intervalo de poucos dias é veiculada notícia sobre ação da promotoria para evitar a demolição<sup>57</sup>. Em nova sessão da Câmara, houve a participação do diretor da CPHAE Moacyr Domingues e do Júlio Curtis para discutir a questão da preservação em Ivoti. O Bispo D. Sinésio Bohn, da Diocese de Novo Hamburgo, em resposta ao ofício da CPHAE solicitando sua colaboração para que fosse impedida a demolição da Igreja, comunica que empenharia sua autoridade para impedir a demolição de “uma das poucas relíquias da fé, cultura

---

<sup>55</sup> No momento de abertura do processo o coordenador era Moacyr Domingues; no momento da portaria e inscrição já o Albano Wolkmer

<sup>56</sup> “Ivoti no Limiar do Lugar-Comum” publicado na Z.H. de 12/11/1985, menos de um mês após a redação da Carta Aberta -19/10. Anexada ao processo nº 52108/85. Fl. 33

<sup>57</sup> Zero Hora, 02/12/1985 . Reportagem anexada ao processo nº 52108/85. Fl. 38

e vida de nossos antepassados naquela região”. (Processo nº 52108/85. Fl. 36) Em sua resposta expressa seu compromisso não só com a história, mas também com sua consciência. “É uma boa oportunidade de a Igreja Católica dar exemplo de desprendimento pecuniário em favor do bem maior da cultura e da arte. Pois como já disse o nosso Mestre: ‘Não só de pão vive o homem’” (Processo nº 52108/85. Fl. 36)

O parecer técnico da CPHAE – engenheira Rita Patussi- ateu-se às condições de conservação da igreja. Foi executado imediatamente após o pedido inicial, assim como todas as ações relatadas aconteceram entre outubro e dezembro de 1985. No início do ano seguinte (02/86) a Câmara Técnica do CEC, emite seu parecer, relatado pelo conselheiro Albano Wolkmer, favorável com base nas ações da 10ª DR da SPHAN, da CPHAE e de seu coordenador junto às autoridades municipais, dando um adequado andamento ao processo. É destacada a já mencionada manifestação do Bispo D. Sinésio Bohn e o envolvimento da comunidade local.

A consciência pela preservação dos bens e valores culturais, não só tem ampliado seu espectro, como adquirido inusitado incremento, alcançando os mais distantes sítios, numa demonstração de que as comunidades locais, integradas ao esforço coletivo pela perenização da memória nacional, tem dedicado patriótico esforço para ligar o passado com o presente, para traçar planos de ação para a construção do futuro de nossa nacionalidade. ( Processo 52108/85 Fl. 43 )

Dois meses depois (04/86), por iniciativa do Bispo Dom Sinésio, é criada a Comissão Pró-Restauração da ex-Igreja Matriz da Paróquia de São Pedro, sendo ele seu presidente de honra e formada por autoridades civis e eclesiásticas, a comunidade católica e arquitetos locais, com o apoio de autoridades políticas e de membros da comunidade residentes na Alemanha. Na ata da reunião são relatadas ações já executadas, entre as quais o encaminhamento da questão ao Ministério da Cultura solicitando verba para restauração do bem e o envio de dossiê, por arquiteta residente na República Federal da Alemanha, para uma campanha de arrecadação de fundos. Por fim houve também a interseção de um deputado da cidade que solicitou ao secretário a agilização do processo, sendo a igreja então tombada pelo seu *valor histórico e arquitetônico*<sup>58</sup>.

No caso da **Caixa d'Água de Dom Pedrito** – 11/09/1986 (mesma data do anterior) -a iniciativa parte de produtores culturais locais, mais especificamente do museólogo responsável

---

<sup>58</sup> - Ofício do deputado Nestor Schneider ao Secretário, em 18/06/1986, solicitando a agilização do processo de tombamento: “(...) A Igreja São Pedro é parte viva e integrante do Rio Grande, em especial no que se refere à imigração alemã no Vale dos Sinos (...)”.

pelo Museu Paulo Firpo, com o apoio do poder executivo municipal e do diretor da CORSAN, proprietária do bem. Elabora-se o projeto de “Tombamento da Caixa d’Água de Dom Pedrito”, no qual constam, como principais argumentações, ser a caixa d’água uma referência na história do município; um marco para a comunidade, na medida em que sua construção confundiu-se com a história do saneamento da cidade; representar *uma revolução na história da arquitetura* pelo fato de conter elementos do modernismo numa época (inaugurada em 1935) ainda marcada pela estética neoclássica do final do XIX. No ano anterior ao projeto de tombamento foi comemorado o cinquentenário do bem com palestra sobre a história do saneamento na cidade e elaborado um belo texto pela CORSAN. Os pareceres técnicos restringem-se a endossar a argumentação contida no projeto enviado. Rita Patussi menciona o arrojo arquitetônico do imóvel e a câmara técnica do CEC, o seu valor artístico, que é o que consta na portaria. Nesse processo aparece o primeiro parecer de historiador, no caso a historiadora Eni Barbosa, que se restringe a também endossar o parecer arquitetônico e encaminhar o processo para o departamento jurídico proceder ao ato tombamento.

A solicitação de tombamento do **Palácio Piratini -02/12/1986-** partiu do arquiteto Charles René Hugaud que se apresenta como tendo tido o “privilégio” de dirigir todas as obras executadas no Palácio desde o mandato do governador Peracchi até sua aposentadoria em 1983, ano em que também teria concluído a obra de “reabilitação” do prédio da Real Fazenda, para a instalação da biblioteca, por determinação do Governador Amaral de Souza.

Sua história está intimamente ligada à história rio-grandense tendo, de suas salas, até a presente data, vinte Presidentes, Interventores e Governadores dirigindo o destino do Estado(...) Seu acervo consta de belos quadros e obras de estatuária, valiosos tapetes, finos cristais e porcelana, bons móveis e luminárias, preciosos gobelins ressaltando-se, no entanto, o valor inestimável de sua biblioteca e coleção de autógrafos, tida como a mais completa do País(...) (Processo nº 42043/SEC/1986. Fl. 03)

Cita a construção do Galpão Gaúcho no jardim posterior, no governo do Cel. Euclides Triches, sob orientação do poeta e tradicionalista Glaucus Saraiva. Sua proposta é acompanhada por texto do historiador e jornalista Arthur Ferreira Filho, e Levantamento Histórico do Palácio de autoria da arquiteta Lea Maria Bastos de Oliveira. Entre seus argumentos, considera importante o tombamento no mesmo dia da instalação do Sistema Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, que de fato aconteceu em 02/12/1986<sup>59</sup>. O tombamento do

<sup>59</sup> Este sistema já fôra criado em 1983 – ver p.39. Foi alterado em 1985, sendo em novembro de 1986 nomeados os seus 18 conselheiros pelo Governador Jair Soares. Eram eles representantes das seguintes entidades: Secretarias para Assuntos Extraordinários da Grande Porto Alegre, da Justiça, da Administração, do Planejamento, da Educação e Cultura, da Energia e Comunicações, da Indústria e Comércio, da Fazenda, dos Transportes, da Saúde,

Palácio Piratini inclui o acervo histórico, artístico e documental, não constando parecer técnico da CPHAE, nem referência clara a valores na documentação e na portaria. A câmara técnica do CEC aprova o pedido por unanimidade, sem detalhar.

O tombamento da **Associação Comercial e Industrial de Taquara** – 21/11/1986 é o primeiro cujo processo envolveu pedido de impugnação por parte do proprietário - Associação Comercial e Industrial- que não foi aceito devido a parecer contrário do CEC. A solicitação de tombamento veio de próprios da cidade endossados por autoridades externas: Júlio Curtis, Leandro Telles, na época presidente do Movimento de Defesa do Acervo Cultural Gaúcho, professores e alunos da faculdade Ritter dos Reis e outros. O parecer técnico é do arquiteto Cid Coroilo de Almeida (não fica claro se fazia parte do quadro), no qual aparece pela primeira vez o arrolamento de valores, alguns deles até então não mencionados, com justificativa sobre cada um deles. Dessa forma os valores por ele atribuídos ao prédio foram: arquitetônico, tradicional e/ou evocativo, de antigüidade, ambiental, de conservação, de raridade formal e de risco. Sobre o valor tradicional e/ou evocativo refere-se à memória coletiva (expressão que também aparece pela primeira vez); sobre o de antigüidade afirma que se compreende o período entre a 1ª Guerra e a Revolução de 1930 como baliza capaz de conferir antigüidade às edificações. Entre os argumentos contidos no pedido de impugnação dos proprietários que já teriam aprovado na prefeitura a demolição do imóvel e construção de um novo prédio, está o de que entre os cinco integrantes da Comissão Pró-Memória de Taquara que entraram na justiça embargando a demolição, só um é residente em Taquara. Argumentam que o movimento preservacionista seria um *entrave ao progresso da cidade* e que o debate deveria ser aberto aos cidadãos, moradores locais. O pedido de impugnação recebe o apoio de várias entidades ligadas à indústria e ao comércio, além do Rotary Club.

Na região de imigração italiana já houvera os tombamentos da Casa Saretta, em Veranópolis da Casa de Pedra de Farroupilha e da Escola Estadual de Santa Tereza. Na mesma data - 23/12/1986 são inscritos mais dois bens: o Hospital Carbone em Caxias do Sul e o Casarão dos Veroneses em Otávio Rocha, distrito de Flores da Cunha.

A preservação do **Hospital Carbone** foi solicitada pelo prefeito municipal mas provavelmente já houvera iniciativas e ações anteriores principalmente do IAB - Instituto dos

---

do Trabalho, da Segurança, a Procuradoria Geral do Estado, o Conselho Estadual de Cultura, o presidente da Rede Brasil Sul, jornalista Jayme Sirotsky e os professores Isolda Holmer Paes e Dante de Laytano.

Arquitetos do Brasil que teria liderado, segundo o que consta no item observações do tomo, a campanha de preservação do prédio e a proposta de utilização para o Museu e Arquivo Municipal. Após a abertura do processo, que tramitou durante mais de dois anos, partes do imóvel foram sendo doadas, pelos vários proprietários, à prefeitura que, ao ser executado o tombamento, detinha 95% da área. O parecer técnico foi de autoria do arquiteto Cid Coroilo de Almeida que menciona e analisa o “farto material” anexado ao processo e aponta para dois aspectos: para o *prédio em si*, seu aspecto físico, sua conservação e estilo, além de

(...) um segundo aspecto, sobejamente comprovado pelo material em exame, ratifica o fato de que o estudo dos prédios com valor histórico, arquitetônico ou paisagístico, não pode se prender apenas a uma visão direta, mas sim visualizar um contexto mais amplo, com suas atividades nele desenvolvidas, enfim considerando a existência de todo o entorno urbano-social. A cidade de Caxias se fez presente, reivindicou e conseguiu manter uma parcela daquilo que sua comunidade considera parte substantiva de sua História (...) ( Processo nº 27552/84 SEC. Fl. 5)

O parecer da câmara técnica do CEC, relatado pelo conselheiro Mário Gardelin, faz referência à *longa batalha* da prefeitura para aquisição do prédio e ao seu histórico de ter sido uma importante casa comercial

Basta aduzir que o prédio em questão foi ‘Negócio de Vicente Rovea’, na antiga ‘Conselheiro Dantas’ e local de comércio para os serranos, isto é, os que residiam nos Campos de Cima da Serra. Testemunha, portanto, um momento particularmente importante da história e integração de Caxias na comunidade rio-grandense(...) (Processo nº 27552/84 SEC . Fl. 31)

No processo do **Casarão dos Veronese** houve um envolvimento de professores e alunos da Universidade de Caxias do Sul que estavam desenvolvendo o projeto ECIRS – Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas do Nordeste e da Associação Amigos de Otávio Rocha de onde partiu a solicitação de tombamento. A justificativa do pedido inicia com o argumento de que o “Casarão dos Veronese se constitui num dos mais importantes exemplares da arquitetura em pedras da área de colonização italiana no RS” (Processo nº 34010-19.00/SEC/ 1986. Fl.04) A equipe do Projeto ECIRS vinha desenvolvendo ações que envolviam a comunidade, realizando encontros e entrevistas, inclusive com a moradora e proprietária, a respeito do histórico, da preservação e das possibilidades e projetos de uso do imóvel. Este é o segundo caso com parecer técnico elaborado pela historiadora Eni Barbosa. Para ancorar sua posição favorável, ela refere alguns aspectos construtivos e faz um sucinto histórico, mencionando o fato de ter sido “a primeira fábrica de pólvora da região de colonização italiana, tendo sido o início da indústria Veronese, atualmente sediada em Caxias do Sul.” (Processo nº 34010-19.00/SEC/ 1986.

Fl.73) O parecer da Câmara do Patrimônio Histórico do CEC, teve Dante de Laytano como relator. Ele faz menção à devida instrução do processo e aos *excelentes* estudos arquitetônicos e ações já realizadas. Sobre o aspecto histórico se atem à família de Felice Veronese “*uma das mais fascinantes histórias dos colonizadores italianos e a presença do Casarão dos Veronese no respaldo da manutenção da memória histórica.*” (Processo nº 34010-19.00/SEC/ 1986. Fl.81) Cita a *inteligente pesquisa* de Nelly Veronese Mascia ( escritora, provavelmente da família, que publicou artigos e poemas no Jornal Pioneiro de Caxias do Sul) e o *historiador* local, Floriano Molon.

Após a inscrição do Casarão dos Veronese- Nº41 em 23/12/1986- há uma interrupção de seis anos nas inscrições do Tombo Histórico - Nº 42 em 21/12/1992. Nesse período houve abertura de processos e edição de portarias, porém as inscrições não foram feitas, de modo que todos os bens que tiveram suas portarias assinadas entre os anos de 1987 e 1990 - Nº 42 a Nº 68 foram inscritos nas datas de 21/12/1992 e 23/12/1992, quando ocorre uma nova mudança na forma de registro:

Processo Tombamento Nº  
Portaria Nº

Inscrição Nº

Designação:

Natureza:

Caráter da Inscrição:

Município:

Localidade:

Logradouro:

Proprietário:

Endereço:

Matrícula:

Características:

Observações:

Data

*assinaturas*

As inscrições de Nº 42 a Nº 56 são todas dos bens culturais do **Centro Histórico de Piratini**, município do interior com maior número de bens tombados. Foi aberto um único processo, para os 14 bens, no final de 1984; as portarias foram editadas em de novembro de 1986 e as inscrições feitas em dezembro de 1992.

Ações de preservação em Piratini, conforme mencionado no início deste capítulo, já vinham acontecendo desde a década de 1950, estando algumas delas relatadas nas atas da Câmara do Patrimônio Histórico do CEC, como é o caso da visita do conselheiro Guilherme

Shultz Filho ao Museu Histórico Farroupilha, em meados de 1971. O conselheiro relata que o museu estava bem cuidado, mas com acervo pobre, predominando objetos que pertenceram ao Comendador Gomes de Freitas, diante do que propõe que seja lá centralizado o acervo referente ao movimento revolucionário encontrado em outras instituições. Em sessão no final de 1984, o conselheiro Albano Wolkmer manifesta-se sobre o tombamento do Centro Histórico de Piratini, ato que poderia ser o marco inicial das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Logo em seguida é dada ênfase na elaboração urgente dos *pareceres técnico-jurídicos* a respeito do tombamento de Piratini que deveria ocorrer no início de 1985, ocasião em que o Governo do Estado seria instalado no município. Diante dessa proposta, várias ações foram rapidamente executadas para agilizar o andamento do processo. Em um encontro que os conselheiros participaram junto com membros da comunidade de Piratini envolvidos no processo, o conselheiro Hardy Martin questiona sobre a receptividade da comunidade ao tombamento proposto, sendo informado de que não havia um posicionamento concreto, mas que, tendo em vista a escassez de ofertas de trabalho, os tombamentos poderiam incrementar a oferta se fossem criados pontos turísticos. Sobre a forma de executar a preservação, o conselheiro Albano Wolkmer expressou seu posicionamento de que fosse tombado todo o conjunto do Centro Histórico, propondo que a área delimitada fosse reduzida para que o conjunto ganhasse em expressão.<sup>60</sup>

A iniciativa, naquele momento, vinculava-se a marcar, com o tombamento, o ano das comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, o que é manifestado antes da abertura do processo (outubro de 1984) pelo conselheiro Albano Wolkmer, conforme exposto nas citadas atas. Dois meses depois é aberto o processo com o ofício do prefeito municipal ao subsecretário de cultura, Joaquim Paulo de Almeida Amorim no qual expressa a intenção de não só reforçar a Lei Municipal de Preservação, mas também *perpetuar as decisões referentes às Comemorações do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, em janeiro próximo, quando da ocasião teremos a satisfação de receber em nossa cidade o Exmo. Sr. Jair Soares, Gov. do Estado*. Imediatamente após a abertura do processo, é elaborado o parecer técnico pelo arquiteto Eduardo Martinez que inicia destacando o valor histórico do sítio. “ (...) Considerando os fatos históricos que cercam este núcleo urbano já asseguraríamos manifestas posições favoráveis, o que nos dá alento em alinhar nossas razões técnicas e outras não menos importantes. ” (Processo nº 52.055. SEC.1984. FI. 06) A partir disso refere as ações já executadas em Piratini desde a década de 1950 e passa, então, para a análise do processo *sob mais de um*

---

<sup>60</sup> Informações desse parágrafo contidas nas Atas da Câmara do Patrimônio Histórico nºs 55, 165, 166, 169 e 171, de 02/08/1971, 10/10/1984, 17/10/1984, 07/11/1984 e 05/12/1984 respectivamente.

*enfoque*, partindo da *configuração urbanística*, passando pelos *aspectos arquitetônicos* e finalizando por *peculiaridades paisagísticas*. Sobre a configuração urbanística destaca o traçado resultante do entroncamento de três estradas convergentes, tendo Piratini surgido como um entreposto comercial; a adaptação deste traçado às configurações naturais do terreno acidentado, sendo os casarios instalados nas partes mais elevadas, sobretudo os prédios ligados aos *poderes constituídos*. Sobre a análise arquitetônica refere alguns elementos específicos, detalhes técnico-construtivos dos imóveis, citando alguns que, mesmo não estando tombados, eram significativos. Numa perspectiva do todo aponta que não se trata de um conjunto estilisticamente homogêneo, estando entremeadas construções com características coloniais, neoclássicas e ecléticas. O Centro Histórico de Piratini é, portanto, formado por peças arquitetônicas construídas em diferentes épocas e diferentes estilos, o que, para Martinez, não lhe tira a importância. Finaliza seu parecer mencionando a atuação do prof<sup>o</sup> Francisco Riopardense de Macedo ao formular o Plano Diretor de Piratini e os elogios à arquitetura de Piratini, tecidos pelo sociólogo Gilberto Freyre quando esteve visitando o Estado. Posiciona-se favoravelmente ao tombamento *deste Patrimônio Ambiental e Urbano, por considerarmos de valor artístico e histórico*. Encerra com um parágrafo sobre o fato de Piratini ter sido “o palco de nosso fato histórico mais relevante de 150 anos atrás, não será agora que este mesmo Rio Grande, orgulhoso de seus feitos, deixará de envidar os maiores esforços a fim de manter vivos estes testemunhos materiais.” (Processo nº 52005-19.00 SEC/84. Fl. 11)

O processo tramita com extrema rapidez, sendo em janeiro de 1985, nos dias em que o governador instala seu governo na cidade dando início às comemorações oficiais do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, assinado Decreto declarando como de “interesse público para fins de inscrição no patrimônio cultural do Estado, construções de expressivo significado histórico existentes no município de Piratini.” A partir deste ato o processo ficou paralisado até junho do ano seguinte<sup>61</sup>, sendo as portarias assinadas em novembro de 1986 e as inscrições feitas em dezembro de 1992. Dessa forma o processo tramitou sob três coordenações: Moacyr Domingues, Albano Wolkmer e Suzete Frigeri da Costa.

Na seqüência está inscrito- 21/12/1992 o **Casarão Verde**, localizado no município de Nova Prata. Como vinha acontecendo em muitos casos, a solicitação partiu do prefeito municipal e da secretária municipal de educação que, em ofício à CPHAE, justificam o pedido argumentando sobre o projeto de uso do imóvel - sediar o Museu Municipal- e sobre “a grande

<sup>61</sup> Em março de 1985 é acusado, pelo Coordenador Moacyr Domingues, o desaparecimento de parte das fotografias e fichas cadastrais que faziam parte do processo, que fôra por ele encaminhado a outros órgãos administrativos do Estado, retornando sem o referido material.

importância para este Município, haja vista seu alto valor histórico por ter sido construído pelos colonizadores italianos, na época da criação de Nova Prata.” Finalizam o ofício solicitando *especial atenção* para concretização do tombamento “fato que contribuiria, sobremaneira, para a preservação deste pedaço, ainda vivo, de nossa história.” (Processo nº 3251-19.00 SEC. 1987. Fl 06) Junto com o ofício é encaminhado material elaborado pela equipe do museu e cópia de artigo sobre o imóvel, publicado em jornal local. O parecer técnico, elaborado pela engenheira Rita Patussi centra-se nas características físicas do prédio e no projeto de uso da prefeitura. Conclui sugerindo que, *dado o valor histórico que o imóvel tem para o município*, fossem executados projetos de readequação do espaço antes da instalação do museu. Não emite posicionamento sobre o tombamento do imóvel. A Câmara do Patrimônio Histórico do CEC (relator conselheiro Dante de Laytano) emite um parecer relativo a três processos analisados ( este, do Banco Meridional e da Praça da Alfândega ) posicionando-se “pela aprovação dos mesmos, diante dos pareceres técnicos favoráveis, que foram parte da instrução.” (Processo nº 3251-19.00 SEC. 1987. s/n)

Nos casos do Banco Meridional e da Praça da Alfândega, o processo foi aberto por decisão unânime de Sistema Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, tendo um trâmite de menos de um mês até a assinatura das portarias. No **Banco Meridional**<sup>62</sup> houve apenas parecer da Câmara do Patrimônio do CEC (acima citado); na **Praça da Alfândega**<sup>63</sup> o parecerista foi o arquiteto Eduardo Martinez que elabora um extenso parecer com várias digressões sobre as ocupações dos espaços e as cidades que ele conceitua como uma *natureza artificial / segunda natureza*, criada pelo homem

Os belos arranjos conquistados pela segunda natureza, merecem ser preservados, primeiro, porque estabelecem o referencial com o passado, segundo, porque são pré-existências que fornecem conhecimentos para novos avanços e, terceiro, porque não seria justo destruir o belo que não custa nada . ( Processo nº 10.382-19.00-SEC/1987. Fl. 06)

Entra no caso específico da Praça da Alfândega definindo a área urbana como *Centro Cultural da Alfândega* e discorrendo sobre *aspectos históricos, artísticos, culturais, sócio-culturais, acontecimentos, valorizações visando o bem social* que justificariam a sua preservação. Segue com a história da ocupação da área, construções (inclusive as mais recentes que descaracterizam o espaço - GBOEX, Caixa Econômica Federal e Banrisul), usos e

---

<sup>62</sup> Atualmente ocupado pelo Banco Santander que transformou a maior parte do espaço em um centro cultural - Santander Cultural.

<sup>63</sup> Área composta pelo polígono Praça Senador Florêncio (Praça da Alfândega), Largo dos Medeiros, Prédio da Antriga Alfândega, Prédio da Antiga Secretaria de Obras Públicas, Prédio da Secretaria da Fazenda.

significados dados pelos seus freqüentadores ao longo do tempo. Faz referência ao arquiteto Theodor Wiedesphan “que põe sua marca neste conjunto de obras a partir de 1909, com o magnífico exemplar dos Correios e Telégrafos”. ( Processo nº 10.382-19.00-SEC/1987. s/n) .Nas últimas folhas desenvolve o item *tombamento e revitalização*, abordando os benefícios que o primeiro poderia trazer, dando a possibilidade de transformar o espaço num *conjunto gerador de vida*, como nos *velhos tempos* descritos.

Sobre a cidade de Jaguarão onde existem quatro bens tombados Enfermaria Militar, Mercado Público, Teatro Politeama Esperança e Prédio do Fórum<sup>64</sup>, os processos do **Mercado Público** e da **Enfermaria Militar** ocorreram concomitantemente, apresentando estruturas semelhantes e os mesmos pareceristas. Em ambos a solicitação de tombamento partiu de prefeitura municipal, na mesma data; em ambos houve a execução do expediente do Ato Declaratório<sup>65</sup>, um mês depois de aberto o processo. As portarias foram expedidas nos dias 05 e 06 de julho de 1990 (o Teatro Politeama Esperança teve o processo aberto mais tarde, porém a portaria também é do dia 05/07/1990). Provavelmente estes três tombamentos, embora as solicitações tenham partido do vice-prefeito, tenham tido sua origem no Projeto JAGUAR da UFPel.

Tanto na Enfermaria Militar como no Mercado Público houve um primeiro parecer técnico, em 1987, do arquiteto Eduardo Martinez; os processos ficam paralisados até 1990, quando são retomados, sendo feitos novos pareceres pela engenheira Rita Patussi (naquele momento era coordenadora interina da CPHAE, que não era mais vinculado à subsecretaria e sim ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural – CODEC, cujo secretário executivo era Carlos Jorge Appel). Os pareceres de Eduardo Martinez mantêm a característica de análises mais aprofundadas se comparadas com os dos outros pareceristas, considerando o bem não somente em si, mas a sua inserção urbanística e sociológica. Sobre a Enfermaria Militar constrói sua argumentação sobre três aspectos: o histórico, o arquitetônico e sobre o *sítio onde está localizada*. Sobre o histórico, reporta-se à origem da cidade de Jaguarão considerando

---

<sup>64</sup> O Fórum – Nº 03 é da primeira leva que não houve pareceres, inscrito em 17/09/1981, portaria da mesma data não publicada. Novo processo em 1986, e publicação da portaria que ratificou a anterior em 23/12/1986 – Portaria 20/86.

<sup>65</sup> Ato Declaratório nº04/86, do diretor Albano Wolkmer, em 05/11/1986, com validade de 180 dias e designando o arquiteto Eduardo Martinez e o arqueólogo Fernando La Sálvia para fazerem os laudos técnicos. Segundo processo – ver da inscrição Nº 41- em que consta o expediente de Ato Declaratório.

(...) o fato histórico principal vinculado à existência da Enfermaria, pois, a partir de um acampamento militar, a Guarda do Cerrito, em 1802, iniciou-se a fixação do povoado, cujo cerne era o agrupamento de soldados, que ali foram colocados estrategicamente com a finalidade de uma definição de fronteiras entre o Brasil e o Uruguai. Diria mais do que uma cidade surgia, consolidava-se mais um trecho do território nacional. Assim, vejo a importância histórica dessa Guarda, que além de sentinela avançada, garantiu a definição de uma fronteira pouco respeitada, que além de nacional era a própria definição do RS. A existência dessa Guarda, que permaneceu localizada na região, cria a necessidade de uma infra-estrutura hospitalar, a fronteira nada pacífica. A construção não aconteceu de imediato, somente em 1883 foi inaugurada, embora a finalidade se mantivesse muito assemelhada à inicial, como alteração esta a abrangência, atenderia, também Arroio Grande e Bagé. A população militar, primeira e vital para a existência do povoado, enquanto a paz não se consolidava, teve o privilégio de possuir um hospital próprio. Nessas idéias alinhadas, espero ter transmitido a importância desse testemunho material, cuja permanência será imprescindível para o balizamento da história de Jaguarão (...) (Processo nº 47.068-19.00-SEC/86. Fl. 38)

A respeito do Mercado Público, *peça arquitetônica relevante para esta cidade*, o parecer também é estruturado em três linhas de análise: histórica, arquitetônica e sócio-econômico-cultural. Sobre a histórica, parte da premissa de que *a Revolução Farroupilha seria o fato histórico determinante de sua importância a nível estadual*. Nessa linha de análise refere as pesquisas do professor Günter Weimer sobre as obras públicas que se iniciam na década de 1850

(...) Anteriormente nada se realiza, tanto assim que a inconformidade com o descaso do governo imperial gerou a Redentora e as obras públicas desabrocharam em nosso solo após aquele marco histórico. Vieram na intenção demonstrativa de que efetivamente o Rio Grande do Sul se integrava ao Brasil, portanto, merecedor de obras básicas de há muito pedidas por sua população. Desta forma, também, se estabilizavam estas terras litigiosas de fronteiras, fortalecendo o domínio territorial brasileiro. Observe-se que entre os três mercados construídos na mesma época, dois estavam na fronteira, Jaguarão e Bagé, por outro lado, é interessante perceber que os centros desenvolvidos se localizavam na região sul, onde a conexão econômico-cultural era Montevideu e Buenos Aires, o que também preocupava a Coroa. Através destas considerações penso ter estabelecido o valor histórico do Mercado de Jaguarão, vinculando sua existência à estrutura efetiva de nosso Estado no período Imperial. É fundamentalmente, de interesse histórico, por representar um dos primeiros marcos configuradores do RS pós-revolucionário. (Processo nº 47.069-19.00-SEC/86. Fl.38)

Em seguida analisa o aspecto arquitetônico da obra, expressando um conceito abrangente da arquitetura, vista, por ele, como “o resultado da produção edificada de uma sociedade, onde estão presentes as aspirações, as idealizações, as necessidades utilitárias, enfim, as condições sócio-econômico-culturais desta. (...)” (Processo nº 47.069-19.00-SEC/86. Fl.42)

Segue nessa análise do bem como um fato social, considerando, portanto, necessário que o tombamento desencadeasse um processo de reutilização e reintegração às novas configurações e necessidades sociais, só assim “cumprindo um conceito atual de preservação

(...) Não está em nossas cogitações a idéia de simples preservação da coisa em si, sem novamente relacioná-la com a comunidade atual, a fim de que possa usufruí-la como um bem que a todos pertence.” (Processo nº 47.069-19.00-SEC/86. Fl.44) Finaliza seu parecer favorável à preservação do bem cultural “(...) pois, quem respeita o passado pode entender melhor o seu presente e fazer avanços conscientes, contribuindo para o equilíbrio psicossomático de uma população que percebe com clareza seus atos.” (Processo nº 47.069-19.00-SEC/86. Fl.44)

Os pareceres de Rita Patussi, sobre esses dois bens, referem os anteriores e, restringindo-se a descrições arquitetônicas, de estado de conservação e intervenções descaracterizadoras, são bem sucintos. Sobre o **Teatro Politeama Esperança** faz referência a Jaguarão como município vinculado à ocupação e defesa do território nacional, com influência hispânica, e à ligação entre as capitais Rio de Janeiro e Montevidéu, contribuindo no nível sócio-econômico e cultural da região e fazendo com que o município se tornasse um pólo de diversas atividades. Segue sucinta descrição do prédio que estava desativado não fazendo referência a valores. A única menção a valores nesse caso é a que consta no item características do Livro Tombo, onde o Teatro Politeama Esperança é considerado “significativo para a história e cultura local e um forte referencial urbano e afetivo. “

Em Rio Grande, o **Antigo Quartel General do 6º GAC**<sup>66</sup> - 21/12/1992 de Ofício- teve processo aberto em 1990, porém já houvera, desde a década de 70, ações entre a prefeitura municipal e o Ministério do Exército, no sentido de tomba o imóvel pelo IPHAN. A documentação aponta a disposição existente por parte do Exército em colaborar na preservação “dos valores morais, culturais e artísticos da nobre São Pedro do Rio Grande, berço das dignas tradições do povo Gaúcho.” (Processo nº 006440804-CODEC 90.5 Fl. 50) A preservação da *memória nacional* era um aspecto que fazia parte das diretrizes internas do ministério, o que é bastante visível no Boletim do Ministério do Exército, anexado ao processo, onde consta um item sobre a Conservação da Memória Nacional e Ordens, no qual é determinado que se tomassem as medidas necessárias com vistas ao tombamento de imóveis de valor histórico, entre os quais foram arrolados, em Rio Grande, o Quartel do 6º GAC e o Edifício da Praça - antigo QG do Comando da Guarnição e Fronteira de Rio Grande.<sup>67</sup> Em 1989 o Prefeito Municipal inicia

<sup>66</sup> GAC: Grupo de Artilharia de Campanha. No entorno localizam-se 3 bens tombados: Prefeitura (pelo Estado); Igreja São Pedro - Capela São Francisco e Prédio da Alfândega (pela União)

<sup>67</sup> Boletim Especial N 01º do Ministério do Exército-Comando da 3ª Região Militar-Quartel em POA, de 09 de janeiro de 1978. Na 3ª Parte – Assuntos Gerais e Administrativos há os itens *Conservação da Memória Nacional* (considerações importantes sobre a história, os historiadores, etc.) e “Ordens às OM do II Ex a- 3ª RM e 5ª RM (1) Através da Sec Sv Patrimônio, no qual são arrolados, para conservação, imóveis em Rio Grande, Porto Alegre, São Gabriel, Paranaguá, Ilha de Santa Catarina e São Francisco do Sul.

tratativas com o Comandante da 3ª Região Militar do Sul para que o imóvel fosse doado ao município que pretendia implantar um Centro Administrativo aglutinando os dois prédios (o do QG e da Prefeitura) assumindo o compromisso de restaurar e conservar o prédio para que fossem *mantidas acesas as chamas da grandiosidade do Exército nacional*. O processo de tombamento é aberto no ano seguinte, sendo um dos primeiros documentos anexados, um telegrama urgente (s/ data) solicitando a agilização da decisão para manutenção do imóvel, colocando a preocupação da comunidade com a demolição do prédio situado no “quadrilátero histórico da 1ª Cidade do Estado do RS” e informando que o processo já fôra entregue ao Ministro da Educação- Alberto Chiarelli e ao Ministro do Exército<sup>68</sup>.

Depois de aberto o processo para o tombamento estadual, o trâmite foi bastante rápido, tendo havido negociações entre o secretário do CODEC- Conselho de Desenvolvimento Cultural, Carlos Appel e o General do Exército do Comando Militar do Sul. No material enviado pela prefeitura estão incluídos extensas descrições e detalhamentos sobre o bem. O histórico da construção retrocede desde o projeto de construção no *período Monárquico*, alguns anos antes de *estabelecer-se a beligerância entre o Brasil e Paraguai*. Quanto ao estilo “(...) obedecia as linhas neo-clássicas<sup>69</sup> que, adotadas nos países europeus, entravam em voga no Brasil, cujas metrópoles passavam a ostentar edifícios palacianos, de vistosa decoração, junto às singelas fachadas coloniais.” ( Processo nº 00644.08.04-CODEC- 90.5. Fl.14) É mencionado um *acontecimento marcante*, do qual o prédio foi *palco*: a reunião, ocorrida no dia 17 agosto de 1906, em que foram acertados os termos do contrato para a abertura da barra do Rio Grande, com a participação, entre outros, do Vice-Presidente da República- Dr. Afonso Penna, do Governador do Estado – Antonio Augusto Borges de Medeiros e do representante de engenheiro norte-americano, com o qual seria contratada a obra. Entre o material enviado, há também um laudo técnico, no qual é recomendada atenção especial ao revestimento, no segundo pavimento do imóvel, em *escaiola de belo aspecto decorativo e valor histórico*. O parecer técnico da engenheira Rita Patussi é estruturado em quatro itens: histórico, ambiência, edificação e conclusão. No primeiro item traça um sucinto histórico da origem político militar de Rio Grande e da construção de “um edifício para o Comando da Guarnição, próximo à Casa de Câmara em meados do XIX que além de sua

---

<sup>68</sup> As entidades remetentes foram Centro de Industriais da Cidade de Rio Grande, Câmara de Comércio da Cidade, CDL, Assoc. das Micro, Pequenas e Médias Empresas, Depto. dos Jovens Empresários, Centro de Navegação Rio-Grandense.

<sup>69</sup> Na Descrição do Prédio, também enviada pela Prefeitura e sem autoria, a tipologia do prédio é considerada de estilo eclético que teria sido muito difundido na região sul do estado, principalmente Pelotas e Rio Grande. O texto faz uma sucinta análise do surgimento desse estilo na segunda metade do século XIX na França, sendo que no Brasil “O ecletismo representava o progresso que a filosofia positivista propunha e o apego às tradições das instituições”.

história enquanto sede do Comando do Exército, sempre esteve ligado à trajetória do Município.” ( Processo nº 00644.08.04-CODEC- 90.5. Fl.1) Sobre a ambiência, destaca a localização em área central privilegiada, tendo uma relação harmônica com o prédio da Prefeitura, resultando “num forte referencial urbano, equilibrando-se volumetricamente com o prédio da Alfândega” ( Processo nº 00644.08.04-CODEC- 90.5. Fl.2); sobre a edificação, refere a predominância do estilo eclético, a permanência de suas características construtivas e tipológicas mais significativas mesmo com algumas alterações que foram executadas e diagnostica a urgente necessidade de intervenção devido ao precário estado de conservação. Conclui favoravelmente à preservação do bem como “patrimônio cultural, por seu valor histórico, de referencial urbano e de conjunto.” (Processo nº 00644.08.04-CODEC- 90.5. Fl.2)

As **Edificações Centenárias do HPSP – Hospital Psiquiátrico São Pedro** tiveram o seu tombamento – inscrição em 21/12/1992, de Ofício - impulsionado por uma proposta elaborada sob a coordenação do arquiteto Júlio Curtis, no ano de 1989<sup>70</sup>, encaminhada ao CODEC pelo Secretário Estadual da Saúde e Meio Ambiente. O encaminhamento feito pelo secretário solicitava urgência na apreciação da proposta para candidatarem-se ao pedido de recursos para execução de obras de restauração em proveito do hospital. O conteúdo da proposta, fundamentada nos aspectos arquitetônicos e, sobretudo, sociológicos, usa uma linguagem conectada com as últimas diretrizes de preservação da UNESCO e do IPHAN.

Apesar de a visão elitista e míope em relação ao preservacionismo perpassar amplas camadas da população brasileira; apesar mesmo de certos dirigentes – como recente Prefeito populista desta cidade, entender em apagadas as ‘memórias dolorosas e trágicas’ com a destruição dos edifícios que lhes serviram de palco, a UNSECO e a SPHAN, buscando mostrar a História na plenitude de sua transparência, institucionalizaram a proteção dos campos de concentração e de senzalas, respectivamente.

E o espaço construído do Hospital São Pedro registra, através dos sucessivos remanejamentos de suas instalações - para atender à modernização do tratamento-, a evolução que se processou no respeito à dignidade humana (...) Mas não apenas como interesse sociológico deve o Hospital ser preservado. Não apenas por se constituir em baliza das preocupações com a saúde mental de nossa comunidade. Também os valores culturais, que nem o tempo, nem a ignorância conseguiram destruir, merecem continuar como testemunho da maneira de a sociedade apropriar-se de seus espaços para viver, da tecnologia disponível para criá-los, assim como de seu nível estético já atingido. (Processo nº 00.644-08.04-CODE/90.5. Fl. 3)

O histórico do bem, composto por várias edificações, referido como “monumento arquitetônico”, “documento sociológico” e “maior área edificada de interesse social que o século

---

<sup>70</sup> Demais membros da equipe: Carlos Max Moreira Maia, Izabel Cristina Graziotin, Maria Eliana Vieira Santos, não mencionada a profissão/ formação deles .

XIX legou à Província” (Processo nº 00.644-08.04-CODE/90.5. Fl. 3), descreve os aspectos físicos em conexão com os projetos de uso, as adaptações às mudanças nas formas de tratamento e ao crescimento do número de doentes internados, chegando a uma superpopulação e à degradação do espaço e do seu uso<sup>71</sup>. Entre as justificativas da proposta de tombamento constam também a *exemplar e irrecusável intenção* do governo estadual em preservá-lo na medida em que não sucumbiu às investidas da *especulação imobiliária* e, com a determinação da direção do Hospital, optou por investir no projeto de restauração; a possibilidades de conseguir recursos, através da Lei Sarney ou junto à Fundação Nacional Pró-Memória que seriam abertas com o tombamento. O parecer técnico da engenheira e coordenadora da CPHAE, Rita Patussi, endossa a proposta e salienta serem essas edificações representativas de uma parte *marginalizada da história do RS*. Consta no processo um histórico da construção da historiógrafa e arquivista Eni Barbosa, o qual se resume à descrição da documentação sobre a construção em si.

**O Sítio Histórico Museu da Brigada Militar** – 21/12/1992, de Ofício- teve seu tombamento solicitado pelo Comandante Geral da corporação que, em ofício (19/09/1990) ao secretário Carlos Appel, manifesta a intenção de que o tombamento ocorresse “em grande cerimônia no próximo dia 20 de novembro, data em que o prédio estará completando 90 anos de inauguração e comemorações dos 154 anos da BM” ( Processo nº 01450-08.04 CODEC 90.7. Fl. s/nº). De fato o processo tramitou em menos de dois meses, sendo a portaria assinada em 10/11/1990 e os pareceres técnicos da *conservadora de bens móveis da CPHAE, professora* Mariza Simon dos Santos e da engenheira Rita Patussi, executados quase nas vésperas, 30/10 e 07/11 respectivamente. Mariza Simon dos Santos faz um breve histórico da Brigada Militar, desde a criação da Guarda Cívica, posteriormente transformada em BM por Júlio de Castilhos e constituindo-se numa força poderosa e decisiva nos períodos revolucionários de 1893, 1923, 24, 25, 26 e 30. Daí entra na análise do prédio, descrevendo detalhes decorativos das fachadas e aberturas, caracterizando-o como barroco português. Refere a criação do Museu da BM com a transferência da parte do acervo em depósito no Museu Júlio de Castilhos, salientando alguns documentos e coleção completa da Revista do Globo (1929-1967) que seria uma das únicas existentes no estado. Finaliza com parecer favorável ao tombamento do prédio da Linha de Tiro, onde está instalado o Museu da BM que “se configura como um sítio histórico de valor cultural” ( Processo nº 01450-08.04 CODEC 90.7. Fl. s/nº). Pela primeira vez há referência a este valor que é por ela atribuído nos demais pareceres de sua autoria que se seguem. Ela também recomenda o resguardo do acervo do museu principalmente as “coleções documentais que constituem um

---

<sup>71</sup> É citado o livro de Jacinto Godoy “ Psiquiatria no Rio Grande do Sul” como uma das fontes de consulta.

acervo que deverá ser preservado para fins de estudo e pesquisa da história da Corporação” (Processo nº 01450-08.04 CODEC 90.7. Fl. s/nº). Seu posicionamento favorável ao tombamento parece estar mais voltado ao uso do prédio pelo Museu e seu acervo do que ao sítio e ao imóvel. Rita Patussi é bastante sucinta. Refere a instalação da Linha de Tiro em 1910 e a localização em, na época, área rural, denominada “Chácara das Bananeiras”; o uso original em uma parte e o uso pelo museu em outra; o bom estado de conservação e as alterações executadas que seriam reversíveis.

O **Sítio Histórico Museu do Trem** – 21/12/1992 , de Ofício - teve seu tombamento solicitado via ofício da prefeitura municipal de São Leopoldo ao secretário Carlos Appel, assinado pelo vice-prefeito, pelo presidente da Câmara de Vereadores, pela presidenta do CPHAP/ SL (não especificado o significado da sigla), pelo presidente do Museu Histórico Visconde de S. Leopoldo e pelo presidente do Instituto Histórico de São Leopoldo<sup>72</sup>. Colocando-se como representantes da comunidade, reivindicam a manutenção e conservação do museu, sediado na antiga estação de passageiros, que estava sendo desativado pela RFFSA o “que chocou a comunidade leopoldense por representar um atentado à cultura não só da História da Viação Férrea como da história da própria cidade” (Processo nº 01.170-08.04-CODEC/90.6. Fl. 03). Solicitam também o tombamento da estação e do acervo do museu após fazerem considerações sobre a história da ferrovia e a preservação, restauro e instalação do Centro de Preservação da História da Ferrovia no Rio Grande do Sul<sup>73</sup>, junto ao museu. O parecer técnico, de autoria de Mariza Simon dos Santos, inicia discorrendo sobre a história das ferrovias no RS, mencionando, na seqüência, *condicionantes históricos* que imprimem ao espaço arquitetônico e ao acervo do museu um *valor histórico-cultural*. Refere a primeira linha ferroviária, ligando a capital a São Leopoldo e, ao lado da de Porto Alegre, ser a primeira estação de passageiros, hoje museu; as características arquitetônicas do prédio pré-fabricado na Inglaterra; o revestimento com zinco nas paredes externas para proteção das flechas incendiárias dos índios da região; o papel sócio-econômico da ferrovia e sua “importância histórica” já reconhecida com a restauração do prédio e a inauguração do museu, inserido no projeto Centro de Preservação da História da Ferrovia no RS. Aponta que a estação de passageiros de São Leopoldo foi “testemunho de diferentes episódios da história rio-grandense, entre eles a movimentação das tropas estaduais contra o movimento dos MUCKERS na região e as comemorações do Centenário da Colonização Alemã” (Processo nº 01.170-08.04-CODEC/90.6. Fl. 18). Mariza também salienta o perfil do museu e seu

<sup>72</sup> Mesmos atores e entidades que estiveram envolvidos nos primeiros tombamentos da cidade.

<sup>73</sup> Ação desenvolvida no ano de 1985 como parte do Programa de Preservação das Ferrovias – PRESERFE , desenvolvido pelo Setor Geral de Preservação do Patrimônio Histórico Ferroviário da RFFSA. Foram criados vários centros no país.

acervo que estaria exposto com critérios museológicos e “conceitualmente representativo da dinâmica da implantação do complexo ferroviário no Estado” (Processo nº 01.170-08.04-CODEC/90.6. Fl. 21). Finaliza seu parecer favorável à preservação do Museu do Trem em reconhecimento ao seu “valor histórico-cultural”

O espaço se caracteriza como sítio histórico, já que nele se deram relações sócio-econômico-culturais, integrantes da história da colonização alemã no RS, inserido na estrutura da consolidação político-econômica do Estado rio-grandense. Da mesma forma, a preservação deste sítio histórico é de significativa importância para a memória gaúcha, pois integra o conjunto dos diferenciados patrimônios ferroviários existentes no estado, além de representativo da comunidade sãoleopoldense. Somos pelo tombamento do sítio histórico ‘Museu do Trem’ que compreende a antiga estação ferroviária, os acervos em exposição e os diferentes elementos que compõem e integram o entrono da edificação, constituindo um conjunto homogêneo e marco referencial na paisagem urbana da cidade. (Processo nº 01.170-08.04-CODEC/90.6. Fl. 22)

O **Castelinho de Erechim** – 21/12/1992, de Ofício - foi tombado com dois processos paralelos: o primeiro na Secretaria de Agricultura, no qual se percebe que a principal reivindicação era a cedência do imóvel daquela secretaria para a prefeitura, o que gerou uma série de negociações envolvendo políticos de partidos opostos. Num primeiro momento a Secretaria da Agricultura manifestou argumentos contrários, a partir do que começaram negociações até que o município, através da Secretária Municipal de Educação e do presidente da executiva do PMDB em Erechim, solicitou a intermediação do Secretário da Cultura (já havia sido criada a Secretaria de Cultura) Carlos Appel na revisão do processo que tramitava na Secretaria da Agricultura. *Apelavam* para que encaminhasse *urgentemente a solução do problema* através do tombamento do imóvel (telegrama em 15/01/1991 – portaria de tombamento em 07/03/1991). O vice-prefeito, em manifestação ao secretário Appel, afirma sua certeza de que, com o tombamento, conseguiriam um aliado junto ao governador para a cessão de uso do imóvel. De fato, quatro dias após a assinatura da portaria, o governador Sinal Guazzelli assina o Termo de Cessão de Uso do Bem Público. Não houve pareceres técnicos nesse processo. A diretora do já IPHAE, Rita Patussi, encaminha o assunto com posição favorável, tendo em vista as tratativas que já haviam acontecido. No processo constam várias descrições e argumentos sobre o *valor histórico* do imóvel que foram gerados no processo que tramitou na Secretaria da Agricultura e nele anexados. Nesses documentos, os argumentos estão voltados para a cessão de uso do imóvel que acabou gerando o pedido de tombamento. Percebe-se uma disputa pela manutenção da posse de um bem que para ambos, município e Divisão de Terras Públicas do Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria de Agricultura, era bastante representativo. Nesse caso, o que estava em jogo não era o risco de

perda, mas a posse e o uso. Em Informação da Secretaria da Agricultura –s/autoria- é expressa, de forma veemente, a posição contrária à cessão do imóvel.

Se para o prefeito municipal de Erechim, o Castelinho é símbolo da colonização do município, para nós da Secretaria da Agricultura e Abastecimento deverá ser considerado como marco da colonização e migração do nordeste do RS, porque há 73 anos Severiano de Almeida, 1º Chefe da Comissão de Terras, nele instalou a sede onde permanece até os dias de hoje, conservando-se todo o acervo referente aos trabalhos desenvolvidos desde aquela época, é por esta razão que tenho a certeza de que todos os chefes e funcionários que por ele passaram, seriam unânimes em afirmar e exigir que o Escritório de Terras Públicas nele deva permanecer não permitindo que se efetue a troca proposta, meios para carear recursos para conservação do prédio existem (...) (Processo nº 228-11.00-SEDAC/91.4. Fl. 33)

Vany Adele Petry da Silva, do Escritório de Terras Públicas de Erechim, elabora o documento “Situação do Prédio onde Funciona o Escritório de Terras”, também referindo-o como primeira repartição pública de Erechim, onde iniciou a colonização oficial na região do médio e alto Uruguai. “O casarão conhecido como Castelinho localizado na área central da cidade de Erechim se constitui num importante testemunho da política imigratória implementada no governo Borges de Medeiros (...) é a história de Erechim e da região.” (Processo nº 228-11.00-SEDAC/91.4. Fl. 36)

A questão ganha bastante repercussão na imprensa local e várias intermediações políticas. Artigos escritos no jornal Diário da Manhã<sup>74</sup> falam em *queda de braço política* ( o prefeito era do PFL e governador do PMDB). É noticiada a intervenção do deputado Dexheimer junto ao executivo estadual; vereadora do PMDB envia correspondência ao Secretário Carlos Appel, este por sua vez, encaminha a solicitação da vereadora ao Secretário da Agricultura – Marcos Palombini, que, meses depois (16/01/1991) retorna ao secretário Appel, solicitando seja estudada a viabilidade de efetuar o tombamento do imóvel *no sentido de preservar o espaço histórico da colonização de terras na região*.

A solicitação para o **Arquivo Público** – 21/12/1992, de Ofício- partiu do diretor da instituição como parte de um plano de reorganização técnica, informatização e reativação de laboratórios para qualificar o espaço. Em reportagem veiculada, ainda em 1989, o diretor afirmou “este vai ser o ano do Arquivo Público” fazendo referência inclusive a previsões orçamentárias para executar os projetos. Chama a atenção no seu ofício, solicitando o tombamento, o argumento de que o “pedido firma-se tendo em vista ser o único arquivo de meu conhecimento, tanto das Américas como na Europa, com uma edificação específica para a guarda de

---

<sup>74</sup> José Adelar Ody escreve artigos em abril de 1990.

documentos.” ( Processo nº 00035-12.03.91.5. Fl. 01) Ao ofício anexa uma vasta documentação desde o Decreto de Criação e Regulamento do Arquivo Público de RS, Estatística e Biblioteca, no ano de 1906 por Borges de Medeiros, passando pela construção, ampliação e usos do imóvel; pela descrição de períodos de estagnação, cujo principal problema foi a interrupção no fluxo de recolhimento dos documentos público oficiais, não seguindo o regulamento da criação que determinava a centralização da documentação pública no Arquivo. A parecerista Mariza Simon dos Santos inicia mencionando a iniciativa do governador Borges de Medeiros em organizar e reunir *em um determinado espaço público* a diversa documentação gerada nos municípios gaúchos e segue discorrendo sobre o regulamento e funcionamento do arquivo e a construção do prédio para abrigá-lo. A partir dessas descrições vai estruturando sua argumentação favorável ao tombamento do “patrimônio arquitetônico que abriga o Arquivo Público pelo seu valor histórico-cultural” (Processo nº 00035-12.03.91.5. Fl. 201), dando ênfase à ação do governo de Borges de Medeiros “para a guarda e preservação do patrimônio documental rio-grandense expressa na filosofia preservacionista, já existente no início deste século, que determinou a guarda e conservação dos documentos públicos em um determinado espaço” ( Processo nº 00035-12.03.91.5. Fl. 202) . Também destaca a localização do bem, inserido no espaço urbano do Centro Cultural da Capital, citando os prédios do entorno, todos, com exceção do Solar dos Câmara ( tombado pelo IPHAN) já tombados pelo Estado.

A **Casa do Senador Alberto Pasqualini** – 21/12/1992 – Voluntário-, no município de Ivorá teve solicitação de tombamento por parte do prefeito, sendo um dos eventos programados para a Primeira Semana Cultural de Ivorá ( 22 a 28 de setembro 1991), que estava sendo organizada pela Comissão Pró-Resgate da Memória do Senador Alberto Pasqualini<sup>75</sup>. O projeto desenvolvido por esta comissão previa uma série de ações, como a desapropriação e restauração da casa a fim de sediar futuro museu, a urbanização da Praça Central de Ivorá, a pavimentação asfáltica da Rodovia Alberto Pasqualini e a construção do Memorial Alberto Pasqualini (com a transferência do acervo patrimonial que estava no Rio de Janeiro), com o objetivo de consolidar a marca do município de Ivorá *como berço histórico do célebre pensador Alberto Pasqualini*. A proposta da comissão era de uma *ação cultural com envolvimento comunitário* não só do município de Ivorá, mas também de toda sociedade gaúcha, *face à expressão e projeção das idéias do homenageado*. O parecer técnico da Mariza Simon dos

---

<sup>75</sup> Entidades apoiadoras o governo do estado, a Assembléia Legislativa, a Secretaria Estadual da Cultura, a UFSM, Inst. de Sociologia e Política da UFSM, Instituto Estadual do Livro, Refinaria Alberto Pasqualini, Rede Brasil Sul de Comunicações, Jornal A Razão, Meios de Comunicação da região, Comunidade Ivorense.

Santos inicia com uma citação de Gramsci<sup>76</sup> sobre os intelectuais e afirma: “Alberto Pasqualini apresenta um perfil de intelectual comprometido com o enfoque social” (Processo nº 00906-11.00 SEDAC 91.2 Fl. 29). Refere-o como um pensador político, cujas idéias deram “origem aos princípios do trabalhismo, estruturando o Partido Trabalhista Brasileiro, embasando ainda hoje as teses de diversos partidos do Estado” (Processo nº 00906-11.00 SEDAC 91.2 Fl. 30). Segue com uma pequena digressão sobre memória e justificando seu parecer favorável ao tombamento

Perder a memória significa esquecer o passado e desconhecer a si mesmo, a sua história. O movimento do tempo e a sucessão de conhecimentos alimentam a memória, que se manterá através de elementos simbólicos e/ou materializados. Dessa forma a manutenção de prédios, ruas, monumentos, peças e objetos, os suportes da memória, serão a condição de preservação da nossa cultura. Nesse sentido o ato de tombamento da casa onde nasceu e morou Alberto Pasqualini tem um duplo objetivo: preservar o espaço material constituído em documento histórico e a simbologia que o identifica homem público rio-grandense. O poder público de Ivorá (antigo Núcleo Norte da IV Colônia) se preocupou em preservar agora e para o futuro um dos suportes da memória de Pasqualini (...) Com essa fundamentação o tombamento dessa casa se justifica: - pelo significado do pensamento político-filosófico de Alberto Pasqualini e sua contribuição teórica na história da cultura política de nosso Estado; - por se tratar de um exemplar arquitetônico, remanescente do século passado – 1896 – representativo dos primórdios da colonização italiana na região, construído em pedra de arenito; - pelo projeto de desapropriação e preservação, através de um trabalho de restauração apoiado em critérios técnico-científicos, a fim de sediar o futuro Museu Alberto Pasqualini. Somos pelo tombamento desse bem de valor histórico-cultural. (Processo nº 00.906-11.00-SEDAC/91.2. Fl. 29)

Após essa inscrição - Nº 68 em 21/12/1992 há um novo salto até a próxima – Nº 69 em 16/08/1994. Nesse meio tempo houve novas mudanças na direção do Instituto conforme observado em documentos assinados por Eduardo Martinez e Mariza Simon dos Santos como diretores interinos. Também há nova alteração na forma de registro no Livro Tombo, sendo excluído o item LOCALIDADE e incluídos os itens DATA DE TOMBAMENTO (se refere à data da Portaria que não é a mesma da Inscrição) ; ENDEREÇO DO PROPRIETÁRIO; HISTÓRICO.

No município de Santa Cruz do Sul foram abertos três processos de tombamento, relativos a quatro bens, sendo somente dois efetivados praticamente na mesma data –o Banco Pelotense em 10 e o Prédio do Fórum em 12 de março de 1991, ambos, em caráter de Ofício, só inscritos em 16 de agosto de 1994. A demanda partiu da Associação Pró-Cultura de Santa Cruz do Sul que vinha desenvolvendo ações junto à comunidade. No caso do **Banco Pelotense** é

---

<sup>76</sup> “Todos os homens são intelectuais(...); mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.” ( Gramsci,1982). Fl. 29 do Processo nº 00906-11.00/91.2 . Secretaria da Cultura  
Referências bibliográficas citadas no material da Comissão: DUTRA, Milton. O Trabalhismo de Pasqualini. POA: Ed. Intermédio. 1968. Diác. BELLINASSO, Severino. Ivorá- Cem Anos de História – 1883-1983. Ed. Pallotti. 1984. PASQUALINI, Alberto. Bases e Sugestões para uma Política Social . Olímpica Editora. RJ. 1958.

exposta a necessidade de ampliação do espaço da associação sugerindo que o prédio, então usado pela Secretaria da Fazenda, fosse destinado a sediá-la, em contrapartida comprometer-se-iam em conservá-lo e possibilitar o usufruto da população. O Departamento de Preservação do Patrimônio Histórico-Artístico da Associação era ocupado pelo arquiteto Ronaldo Wink que elaborou o texto sobre o histórico do Banco Pelotense. Também compõe o processo partes do dossiê “Memórias de Santa Cruz do Sul” que consiste num inventário do patrimônio arquitetônico da colonização alemã ainda existente na cidade, fruto do Convênio de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha, envolvendo a Prefeitura Municipal e a Fundação Pró-Memória (Diretor da 10ª DR era o arquiteto Luiz Antônio Volcato Custódio). A equipe técnica era formada por dois arquitetos Udo Baumann – Consultor da R.F.da Alemanha e Maria Cristina Hofer e, como colaboradores, o Prof. Hardy Martin (ex-conselheiro do CEC) e Roberto Steinhaus, do Museu e Arquivo Histórico do Colégio Mauá, o Pe. João Walter Giehl, da comunidade católica e o prof. Günter Weimer. No caso do Banco Pelotense a parecerista foi Mariza Simon; no do Fórum não houve parecer técnico, porém ambos foram descritos e valorados pelo citado arquiteto do Depto. de Preservação da Associação PRÒ-CULTURA. Sobre o Banco Pelotense destaca a localização em “um dos pontos mais nobres da cidade de Santa Cruz do Sul, conferindo à majestosa edificação, além do valor arquitetônico, importância histórica e urbanística.” Segue referindo ser obra de arquiteto desconhecido, porém “lembrando muito o estilo de Theo Wiederspahn, notório arquiteto alemão que modificou a paisagem de Porto Alegre nos anos 20 e 30” (Processo nº 00.061-11.00/91.6 . Fl. 05). Sobre o estilo

De características ecléticas é um dos mais belos representantes do historicismo tardio, não somente a nível de Santa Cruz, mas também de todo o estado. Seu estilo arquitetônico tão em voga no início do século, estava em perfeita sintonia com os mais belos prédios construídos nos grandes centros, não somente no Brasil como em todo mundo. (...) O prédio foi, recentemente, declarado de inestimável valor arquitetônico e artístico em trabalho de pesquisa e documentação realizado pela Fundação Pró-Memória (...) Portanto, para a cidade de Santa Cruz do Sul, a preservação do prédio do antigo Banrisul torna-se de vital importância, tanto por suas incomuns características arquitetônicas, como pelo seu valor histórico e afetivo para seus habitantes (...) A sua preservação reflete um apreço inestimável por parte dos órgãos competentes, à memória e à tradição, que têm no antigo prédio, um testemunho vivo da pujança econômica, cultural e social, que sempre caracterizou a cidade e cujos marcos, temos o compromisso de legar às gerações futuras. (Processo nº 00.061-11.00/91.6 . Fl. 05)

No parecer técnico de Mariza Simon dos Santos o prédio é caracterizado como neoclássico. Ela também faz associação com as obras de Theo Wiederspahn e segue sua argumentação deslocando o foco para a história econômica do Estado ao referir o perfil do Banco Pelotense que foi “uma das casas bancárias de maior projeção no mundo financeiro rio-

grandense” (Processo nº 00.061-11.00/91.6 Fl. 12), tendo sido encampado pelo Banrisul. A partir disso fundamenta seu parecer em 5 pontos: - as características arquitetônicas que lembram a arquitetura de Theo W.; - exemplar arquitetônico dos anos 20, “tornando-se um referencial construtivo da época, integrante da memória coletiva dos moradores”; exemplar único do Banco Pelotense, ainda existente (afirmação equivocada pois ainda existe o de Pelotas e talvez outros); a decoração da fachada descrevendo alguns pontos e voltando a afirmar o estilo neoclássico; a decoração interna. Manifesta posição favorável ao tombamento do bem pelo seu “valor artístico-cultural” (Processo nº 00.061-11.00/91.6 Fl. 14).

Sobre o **Fórum**, o arquiteto da Associação PRÓ-Cultura traça o histórico da construção e dos usos e descreve as características físicas, o estado de conservação e as alterações executadas ao longo dos anos. Justifica o tombamento pelo fato do prédio ter sido construído especialmente para alojar uma das primeiras escolas da cidade. Observa que, embora não seja o mais antigo, é o “mais bonito prédio escolar da cidade até hoje. Seu valor arquitetônico é notável, caracterizando bem o ecletismo que dominou a construção de prédios públicos no início do século, em todo o estado do RS.” ( Processo nº 00223-11.00/ SEDAC 91.0. Fl. 05)

O **Forte Zeca Netto** – 16/08/1994 de Ofício- também tem sua solicitação advinda do prefeito e secretário municipal de cultura de Camaquã que, em ofício à secretária estadual de cultura Mila Cauduro<sup>77</sup> justificam o pedido de tombamento do forte “dado a importância e riqueza histórica e cultural não só para o município de Camaquã, onde situa-se, mas para a região.” (Processo nº 00346-11.00 – SEDAC 92.9. Fl. 03) Informam a intenção de restaurar o imóvel e transferir para lá a secretaria municipal de cultura e alguns de seus órgãos – Museu e Biblioteca. Em seu parecer, Mariza Simon dos Santos discorre sobre a biografia de José Antonio Netto – o Zeca Netto, “homem de posições fortes e destemido”. Narra seus posicionamentos políticos e atuações marcantes nas Revoluções de 1893 (ao lado de Júlio de Castilhos) e 1923 (nesta rompido com o PRR e aliado a Assis Brasil); seu exílio no Uruguai após a Revolução de 1930 e sua volta como prefeito de Camaquã, nomeado pelo interventor Flores da Cunha; a saída da vida pública com o Estado Novo e o falecimento em 1948. Sobre o Forte destaca o motivo de Zeca Netto ter construído sua residência, em 1904, dessa forma

---

<sup>77</sup> Ofício enviado em março de 1992 já tendo havido nova mudança de secretariado e direção do Instituto, sobre a qual não há documentos assinados nesse processo. Como estamos seguindo a sequência de inscrição que a partir de um determinado momento não mais seguiu a sequência de abertura dos processos, em outros bens subsequentes podem constar referências ao secretário anterior.

(...) Temeroso de represálias, após a Revolução de 93, projetou uma estrutura sólida, com possibilidades de defender seus moradores. Em intervalos regulares ficaram as ameias, para a posição dos atiradores, e a fortificação foi erguida em uma área estratégica no alto da colina, onde era possível divisar todo o horizonte. (Processo nº 00346-11.00 – SEDAC 92.9. Fl. 22)

Justifica sua posição favorável ao tombamento do Forte Zeca Netto pelo seu “valor histórico-cultural”, atribuído pela longa trajetória de Zeca Netto no “processo político rio-grandense” e pelo Forte, único no Estado, ter tornado-se “representativo do pensamento e ação de determinados grupos em um dado momento histórico.” (Processo nº 00346-11.00 – SEDAC 92.2. Fl. 23)

**O Prédio da Vila Freire** – 16/08/1994 de Ofício - no município de Cerrito<sup>78</sup> foi tombado, ao que tudo indica, em desacordo com as orientações e pareceres técnicos do IPHAE. A então diretora, Rita Patussi, tão logo tomou conhecimento do pedido, oficiou sua manifestação contrária ao tombamento antes que se executasse o inventário do patrimônio cultural do município. Informa ter sido, para isso, firmado um termo de cooperação técnica entre a prefeitura e o IPHAE, tendo-se iniciado a atividade em março de 1990, porém não tendo sido dada continuidade. Também aponta a inexistência de material para subsidiar estudo e parecer técnico sobre a relevância do imóvel, o que foi enviado alguns meses depois, com um sucinto histórico do povoado de Cerrito Velho e do prédio referido como um dos “marcos que registram até hoje a história daquele povoado (...) serviu fundamentalmente como 1º Cartório de notas instalado no ano de 1848, onde encontramos registros de escrituras de compra e venda de escravos, matrículas de estrangeiros, cartas de alforria e outros.” (Processo nº 00948-11.00/ SEDAC 91.5. Fl. 07) Teria também sediado a subdelegacia – são citados nomes de subdelegados e juizes; moradores antigos contavam que o prédio teria abrigado D. Pedro I em sua passagem pela região. Logo após a abertura do processo (janeiro de 1991) houve troca de governo, sendo o secretário Carlos Appel e a coordenadora Rita Patussi substituídos por Mila Cauduro e Roberto Py Gomes da Silveira, respectivamente. O parecer técnico é, então, elaborado pelo arquiteto Ângelo Paludo, que, nesse caso, elabora dois pareceres: o primeiro em 09/09/1991 e o segundo em 27/04/1992. Percebe-se nesses dois documentos uma mudança de tom do primeiro para o segundo, provavelmente como forma de adaptação à demanda vinda do prefeito de Pedro Osório e à orientação do novo diretor. No primeiro parecer, que é extremamente sucinto, o arquiteto refere a total descaracterização do prédio ocasionada pela obra de restauração executada sem orientação técnica. Entretanto finaliza afirmando o destaque do imóvel “na paisagem da vila pela sua arquitetura e sua história no contexto regional do Município, que há

<sup>78</sup> Município emancipado de Pedro Osório após o tombamento.

163 anos faz parte da memória de seus cidadãos” (Processo nº 00948-11.00/ SEDAC 91.5. Fl. 10). No segundo parecer afirma posição favorável ao tombamento pois, conforme os dados enviados, as vistorias e os pareceres do Instituto.

Entendemos ser de importância histórico-regional, trata-se de um exemplar da arquitetura colonial, com características singulares. O prédio construído em 1828, portanto com 163 anos, foi recentemente restaurado (contradiz pareceres das vistorias) pela Prefeitura Municipal de Pedro Osório, numa ação louvável, própria de quem se preocupa com seus valores e sua história e nelas investe. (Processo nº 00948-11.00/ SEDAC 91.5. Fl. 13).

O tombamento do **restante da Área que pertenceu à antiga Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos – Poço 1** – 16/08/1994 Voluntário e de Ofício - foi muito vinculado à atuação da engenheira Rita Patussi que cursou o VI CECRE – Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Centros Históricos, junto à UFBA, para o qual desenvolveu o projeto de restauro para a Usina - já tombada em 1986. O relatório do projeto foi elaborado no início de 1989, ano em que também foram editadas leis municipais de proteção, sendo o processo de tombamento aberto no final do ano seguinte por solicitação da própria Rita Patussi já na condição de diretora do IPHAE. Sua solicitação é justificada pelo fato de já ter sido tombada uma parcela da área original, a respeito do que argumenta: “Um bem cultural não pode ser partido, pois a memória que representa é indivisível, somente com a preservação do todo teremos um registro fidedigno” ( Processo nº 01697-08.04-CODEC/90.0 . Fl. 02)

Constam, no processo, partes do trabalho produzido no referido curso, entre elas a proposta de intervenção para a instalação física do Museu do Carvão no prédio da Usina<sup>79</sup>. Nas considerações preliminares da proposta refere, entre outros aspectos, a insuficiência da pesquisa histórica, sugerindo um trabalho de história oral. Afirma que a mineração e funcionamento da termoelétrica são “processos complexos e neste caso tem o agravante de serem históricos, quer econômico-técnico-científico, quer sócio-culturalmente”. Nesse sentido coloca a necessidade de trabalhar com uma equipe multidisciplinar para o “conhecimento do objeto de estudo, que por isso já é Histórico e Museológico”. No item sobre a proposta museológica, considera a área como o “registro físico, memória formal edificada, de todo o processo técnico-científico-produtivo, onde vivia uma sociedade mineira, cheia de peculiaridades.” (Processo nº 01697-08.04-CODEC/90.0. Fl. 13).

---

<sup>79</sup> Relatório nº 02/89 –CPHAE (janeiro de 1989) – Sobre a área da antiga Usina Termoelétrica de Arroio dos ratos – Poço 1, de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul, tombada e destinada ao Museu do Carvão.

O processo ficou paralisado por um tempo, sendo retomado em 1993 (não mais na sua gestão), provavelmente por pressão do diretor do Museu do Carvão<sup>80</sup> e do prefeito de Arroio dos Ratos. É, então, elaborado o parecer técnico pela arquiteta Miriam Sartori que segue a linha de argumentação de Rita Patussi, iniciando com referência ao tombamento anterior que teria protegido apenas

uma parte deste complexo industrial que testemunha a transformação do carvão mineral em energia elétrica, representando o pioneirismo na extração do minério e desenvolvimento científico, técnico e econômico da época, da região e do Estado. (...) As leis municipais reforçam a importância desse Bem Cultural, pois é testemunho da própria criação, desenvolvimento e existência do Município, e o gesto, o hábito, a maneira de ser dessa comunidade mineira se constitui em patrimônio cultural. (Processo nº 01697-08.04-CODEC/90.0. Fl. 92)

Finaliza expressando sua posição favorável ao tombamento da área, reforçando os argumentos de que um bem cultural não pode ser fracionado e a representatividade da mesma como testemunho de “significativa parcela da história industrial do Estado do Rio Grande do Sul, reunindo, dessa forma, um conjunto de valores.” (Processo nº 01697-08.04-CODEC/90.0. Fl. 95)

Na cidade de São Borja efetivaram-se dois tombamentos concomitantemente – Museu Getúlio Vargas e Casa do Ex-Presidente João Goulart -, com processos estruturados da mesma forma, abertos na mesma data assim como as portarias e inscrições no tomo. No caso do **Museu Getúlio Vargas** -16/08/1994 Voluntário e de Ofício - não fica claro de onde partiu a iniciativa. A solicitação de abertura do processo por parte da diretora do IPHAE- historiadora Suzete Frigeri - ocorreu em junho de 1993; no mês anterior a arquiteta Juliana Erpen e a historiadora Rejane Penna (segunda historiadora que aparece atuando no quadro funcional do Instituto) tinham visitado o município, realizando a primeira ação do “Projeto São Borja - Proposta de Trabalho” com o objetivo de tombas as casas de Getúlio Vargas e João Goulart e declarar São Borja como “Cidade Patrimônio Histórico do RS” . O projeto havia sido elaborado por elas, porém não é mencionado se foi uma iniciativa interna do Instituto ou uma demanda externa. Na folha 30 do processo está anexado um documento produzido dois anos antes da abertura do mesmo: relatório de visita técnica a São Borja, em 04 de julho de 1991, da então diretora interina Mariza Simon dos Santos. Segundo o relatório, a visita foi feita com o objetivo de conhecer e informar sobre o patrimônio cultural do Município: Museu Getúlio Vargas, Granja São Vicente e acervos, Imagens Missionárias roubadas. Nele é sucintamente descrita a situação de abandono do museu. Já naquele momento propôs-se que o imóvel fosse tombado. Cabe

---

<sup>80</sup> Não é mais Luiza Chaves Barcelos ; é Fábio Coutinho.

destacar que o imóvel, de propriedade dos sucessores de Getúlio Vargas, tivera parte doada por um deles, Lutero Vargas, à prefeitura.<sup>81</sup> O parecer técnico foi elaborado em junho de 1993, portanto imediatamente após a abertura do processo, pelas autoras do referido projeto, sendo dividido em dois itens: arquitetônico e histórico. No primeiro, a parecerista esclarece que “para comprovar sua importância histórico-cultural, seriam atribuídos valores que quantificam sua representatividade e respaldam o Ato de Tombamento.” (Processo nº 1706-11.00/93-0 Fl. 32) Assim atribui, com análises muito breves, os seguintes valores: 1- arquitetônico: “(...) fachada de característica eclética, estabelecida por mescla de elementos de diversos estilos. Destaca-se na paisagem urbana como um remanescente da arquitetura do início do século”; 2- tradicional e/ou evocativo: “integrante da memória coletiva dos São-Borjenses, tanto no seu uso original (casa onde morou o ex- Pres. Getúlio Vargas), como na utilização atual muito significativo, pois marca o período de formação intelectual e política de um são-borjense que se tornou Presidente da República” (Processo nº 1706-11.00/93-0 Fl. 33); 3- de risco de desaparecimento: interior muito deteriorado, sem conservação. Em Descrição do Imóvel, elaborada posteriormente ao parecer (24/08/93), a arquiteta descreve detalhes da construção que estaria em estado de depreciação e totalmente descaracterizada em algumas partes internas. O segundo item do parecer, ou seja, o histórico, é focado na “figura do Presidente Vargas”, colocada como fundamental para a análise da “história recente brasileira”, estabelecendo uma ligação entre o nacional e o regional.

Em termos republicanos, foi o indivíduo que durante o mais longo período governou o Brasil, liderando a complexa tarefa de aprofundar o processo de substituição de importações, inevitável em qualquer dinâmica de modernização. Em São Borja, Vargas nasceu, recebendo da terra e da comunidade, durante o tempo de infância, juventude e jovem adulto, a formação e influência que o transformara em líder nacional. (Processo nº 1706-11.00/93-0 Fl. 34)

Quanto à casa, construída para moradia ao casar-se, tendo o terreno sido doado por seu pai, destaca que no período em que nela morou Vargas já tinha uma intensa vida política. Eleito deputado da Assembléia Estadual permanecia poucos meses na capital, exclusivamente para analisar o orçamento que Borges enviava à Assembléia, passando o restante do tempo em São Borja, “advogando e participando da política local. Argumenta que, mesmo tendo deixado de residir em São Borja, em 1923, quando foi eleito Deputado Federal, “as ligações de Vargas com a casa em que formou sua família não romperam-se(...) mesmo na campanha para a Presidência do Estado, no final dos anos vinte, São Borja e a casa foram o ponto final de todas

<sup>81</sup> Lei Municipal nº 1390/86, de 16 julho de 1986. “Autoriza o Executivo Municipal a receber, por doação, do Dr. Lutero Vargas, o prédio (5/8) e respectivo terreno onde se encontra instalado o Museu Getúlio Vargas.(...) Art. 2º fica ao encargo do município conservar o bem doado não podendo alterar a fachada do prédio e destiná-lo exclusivamente para sede do Museu G.Vargas.Parágrafo Único: Ao doador fica reservado o direito de fiscalização sobre o acervo não podendo ser retirado do local qualquer objeto pertencente ao mesmo (...)”

as campanhas.” (Processo nº 1706-11.00/93-0 Fl. 35) Descreve o acervo do museu como valioso, embora mal conservado, citando alguns documentos existentes e finaliza com considerações gerais sobre a importância e potencial das memórias preservadas.

Através do estudo e reflexão proporcionados pela preservação, exposição e operacionalidade do acervo, a memória pode transformar fatos em valores e em funções, passando a ser vista como um direito e constituindo-se em dimensão fundamental da cidadania. Cabe aos órgãos públicos valorizar, chamar a atenção, descobrir e proteger resquícios da nossa história, propiciando a que seja colocada à disposição da comunidade, parte de seu passado. Resgatam-se assim referências fundamentais do local, que no caso da residência de Getúlio Vargas, permite uma importante ligação entre história regional e história nacional. <sup>82</sup>(Processo nº 1706-11.00-SEDAC/93.0 )

Quanto à **Casa do Ex-Presidente João Goulart** – 16/08/1994 Voluntário -, como no caso do Museu Getúlio Vargas, não fica claro de onde partiu a solicitação do tombamento estadual. O imóvel já tinha proteção municipal, desde 22 de março de 1991, quando, via decreto, haviam sido protegidos nove bens, entre os quais este e prédio na Granja São Vicente, onde João Goulart também teria vivido. Nesse processo também há parecer arquitetônico e histórico, das mesmas autoras, porém feitos separadamente e em diferentes datas. O arquitetônico inicia exatamente igual ao anterior, a partir do que arrola valores sucintamente analisados. Nesse caso, além dos valores arquitetônico, tradicional e/ou evocativo, de risco de desaparecimento, é também atribuído o valor de “acessibilidade com vistas à reciclagem”, devido à inserção urbana da casa de uma forma que a torna acessível e integrada ao sistema viário, vinculando-se aos equipamentos urbanos, além do que é salientado que a casa apresenta área e distribuição de espaço que permitem implantação de órgão Público ou atividades culturais. Quanto ao valor tradicional ou evocativo deve-se ao fato da construção ser

portadora de referência à memória e à ação de um são borjense que foi Presidente da República. A existência de um monumento que reporta os contemporâneos de Jango àquela época, faz o espírito recordar, representando essencialmente os aspectos políticos e culturais para o aprendizado das novas gerações. Possui condições de permanência na memória coletiva. (Processo nº 01705-11.00-SEDAC/93.7 . Fl. 56)

Sobre o valor de risco desaparecimento, vincula-se ao fato de o imóvel já ter sido colocado à venda e ser bastante valorizado devido ao regime urbanístico da área.

---

<sup>82</sup> Bibliografia citada: PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. Getúlio Vargas, Meu Pai; FARIA, Antonio Augusto. Getúlio Vargas e Sua Época.; VARGAS, Loiro. Getúlio Vargas: A Revolução Inacabada. GOMES, Ângela de Castro. A Invenção do Trabalhismo. MAGALHÃES, R. Getúlio. O Julgamento da História. VERGARA, Luiz. Fui Secretário de Getúlio Vargas. PINHEIRO, Paulo Sergio. Violência no Estado e Classes Populares. O'DONNELL, Fernando O.M. Pontos Obscuros da Biografia Getuliana . Artigo no Jornal Folha de São Borja.

O parecer histórico também segue uma estrutura semelhante, embora seja mais extenso e tenha análises mais amplas que o anterior. Inicia com um panorama do contexto político em que João Goulart iniciou sua trajetória política. Refere a profunda influência de Vargas na visão política de Jango, cujas razões são várias e “remontam às amizades familiares. (...) O amadurecimento das idéias políticas de Jango, provavelmente, foi fruto das observações e convívio com os políticos que freqüentavam a casa da Av. Presidente Vargas, mandada construir em 1927 pelo patriarca, Vicente Goulart”. (Processo nº01705-11.00-SEDAC/93.7. Fl. 49-50) Cita Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura e Osvaldo Aranha como freqüentadores assíduos da casa. Segue discorrendo sobre a trajetória e atuação política de João Goulart até tornar-se presidente e sofrer o golpe militar de 1964. Desenvolve algumas análises sobre o seu governo e conclui

A partir de um estudo da atuação de Jango, pode-se verificar a emergência, no interior do Estado, de um Executivo que distinguiu-se, fundamentalmente, pelo seu projeto de realizar um amplo programa de reformas. É inegável a importância política do Presidente João Goulart no processo histórico brasileiro, principalmente a tentativa de humanizar o modelo capitalista brasileiro, tornando-o menos concentrador e mais democrático, na verdadeira acepção da palavra. Jango morreu no exílio. Nunca mais voltaria a São Borja. Dele, restam-nos como lembrança poucos locais. É importante que ainda possamos contemplar a casa em que passou parte de sua vida e que lhe foi legada como herança por sua mãe, dona Vicentina. A residência permanece como testemunha de uma época vital à compreensão de nossa história e sua preservação não faz-se necessária apenas no sentido de cultivar mitos e personalidades, mas como ponto de partida para a reflexão sobre a inserção de líderes políticos como João Goulart na complexa dinâmica social brasileira. Um outro fator, e é difícil fugir a essa reflexão, é a importância desse local como fonte de resgate de nossa tão esquecida história. Hoje, até parte da juventude de S. Borja tem dificuldades de situar historicamente um dos mais ilustres homens daquela cidade, cuja vivência acabou influenciando não apenas a região sul, mas a nação inteira.<sup>83</sup> (Processo nº01705-11.00-SEDAC/93.7. Fl. 52-53)

Seguem na gestão da secretária Mila Cauduro e dos diretores Roberto Py Gomes e Suzete Frigeri mais dois tombamentos, na cidade de Caçapava do Sul - **Casa Uihôa Cintra ou Casa de Reunião dos Farrapos** – 16/08/1994 Voluntário- e **Casa onde nasceu o Dr. Antônio Borges de Medeiros** – 26/08/1994 Compulsório-. Foi aberto um único processo, em agosto de 1991, para ambos, respondendo à demanda do prefeito municipal que enviou ao governador Alceu Colares solicitando que os tombamentos integrassem a programação da Semana Farroupilha, ocasião em que o Governo do Estado seria instalado na “2ª Capital Farroupilha”. De imediato a secretária Mila Cauduro edita portarias de “Ato de Tombamento – Abertura”<sup>84</sup>, que

<sup>83</sup> Bibliografia Citada: GOMES, Ângela de Castro. A Invenção do Trabalhismo. Folha de São Borja especial. 05.12.1992. PINHEIRO Neto, João. Jango, Um Depoimento Pessoal. TOLEDO, Caio Navarro. O Governo Goulart e o Golpe de 64.

<sup>84</sup> Portaria 17/91 “Ato de Tombamento - Abertura: (...) considerando os fatos históricos que elevaram a cidade de Caçapava do Sul à condição de Capital Farroupilha no período de fevereiro de 1839 até 22 março de 1840;

são publicas no Diário Oficial, ação, até então, inédita. A partir disso o processo fica paralisado por quase um ano. É retomado com o envio das referidas portarias para os proprietários tomarem conhecimento e providenciarem as averbações. Porém o processo vinha sendo conduzido de forma irregular: não houvera pareceres técnicos; não houve comprovação de recebimento das notificações pelos proprietários e não tinham sido emitidas as portarias de homologação do Ato de Tombamento. Diante disso a diretora Suzete Frigeri reporta-se à Assessoria Jurídica que, em resposta, ressalta que os tombamentos só poderiam ser efetivados depois de sanadas as irregularidades do processo. A partir disso são, então, elaborados os pareceres técnicos dos dois bens.<sup>85</sup> A arquiteta Juliana Erpen elabora os dois pareceres com uma argumentação semelhante. Em cada um deles, após descrever as características do imóvel e localizar o período de construção ( Casa da Reunião dos Farrapos entre 1800-1850; Casa onde nasceu Borges de Medeiros, em torno de 1840), finaliza sobre a Casa da Reunião dos Farrapos: “Esta casa é um dos únicos exemplares, dentro do município de Caçapava do Sul, em estilo Colonial Português .” (Processo nº 00.927-11.00-SEDAC/91.9. FI 39); sobre a casa onde nasceu Borges de Medeiros : “É uma típica casa de origem portuguesa e um dos poucos exemplares, dentro do município, que apresenta telhado em quatro águas com beiral”. (Processo nº 00.927-11.00-SEDAC/91.9. FI. 31) Nos dois pareceres refere que essas informações basearam-se no inventário do patrimônio cultural do município, realizado, em 1987, pelo IPHAN (na época IBPC) e IPHAE ( referido só em um parecer; no outro refere somente o IBPC como executor do inventário).

---

considerando os termos do Projeto de Preservação das Cidades Históricas Farroupilhas; considerando a instalação do Governo do Estado nesta cidade, como forma de homenagear seus diletos filhos, RESOLVE proceder a abertura do ato de tombamento do prédio (...) Antiga Residência de Ulhôa Cintra, onde (...) passa a considerar o referido prédio como objeto de reserva para fins de tombamento (...).Portaria com o mesmo teor, mesma data de assinatura e publicação no D.O. relativa à Casa de Borges de Medeiros.

<sup>85</sup> Na seqüência documental constam dois ofícios que tratam sobre um pedido de impugnação, feito em setembro de 1991, pela proprietária da casa onde nasceu Borges de Medeiros, a Paróquia de Nossa Senhora da Assunção. Os dois documentos não tinham sido, até então, anexados ao processo. Em ofício enviado ao diretor do IPHAE, Eduardo Martinez, os proprietários arrolaram cinco razões para justificar o pedido de impugnação: 1ª – “não queremos aqui nos alongar em discutir o seu pouco valor histórico (...);” 2ª -falta de conservação do prédio muito velho “sendo quase impossível a restauração”; 3ª- condições de “absoluta precariedade” e o fato de servir como residência de padres e escritórios de uma paróquia grande; 4ª- planos de construir novo prédio no local; 5ª – a Paróquia não dispor de outro terreno para a construção planejada. O diretor Eduardo Martinez, responde cada um dos pontos levantados: “(...) 1º - o **valor histórico** do prédio está na vinculação à importância do vulto histórico ali nascido, Borges de Medeiros; 2º- o **valor de antigüidade** também contribui para a valorização, embora não constitua o mais importante; 3º- esse prédio, devido à época de sua construção, possui uma técnica construtiva característica com qualidades de grande solidez que permitirão um projeto de restauração com resultados perfeitamente satisfatórios para o uso a que se destina, moradia e escritório de trabalho. Portanto, Senhor Pároco, não vemos uma argumentação, dentro de uma perspectiva preservacionista de valores culturais que nos faça retroagir em nossa idéia de considerar esse patrimônio cultural, como desnecessário ao acervo de bens de interesse público do Estado do RS.”

A historiógrafa Rejane Penna elabora os dois pareceres, seguindo a linha dos anteriores, ou seja, vinculando a historicidade do bem aos contextos políticos em que estavam inseridos para tornarem-se referenciais. Sobre a Casa Ulhôa Cintra ou Casa de Reunião dos Farrapos, já na introdução, salienta que a justificativa do tombamento é mais embasada na “natureza histórica” do bem do que nos aspectos arquitetônicos. Sua argumentação inicia com uma análise geral da Revolução Farroupilha – “acontecimento de importância em nível nacional, à medida que foi a mais longa e séria forma de resistência regional ao centralismo imperial.” (Processo nº 00927-11.00/SEDAC 91-9 Fl. 41) A partir do geral faz uma breve referência à 1ª capital republicana – Piratini entrando, então, em Caçapava – 2ª capital, a partir de 24/02/1838, escolhida por motivos estratégicos. “De Caçapava, mais precisamente na atual Rua 7 de Setembro com Borges de Medeiros, na casa de José Pinheiro de Ulhôa Cintra os revoltosos administravam a resistência.” (Processo nº 00.927-11.00-SEDAC/91.9. Fl. 43) Dá uma sucinta biografia de Cintra, um mineiro “considerado um dos membros mais intelectualizados da Revolução.” Refere o projeto, frustrado pelo avanço das tropas imperiais que sitiaram a cidade em março de 1840, de reunir em Caçapava a 1ª Assembléia Constituinte; segue percorrendo sobre o movimento até ir delineando-se o “gradativo esgotamento e isolamento dos Farrapos” e finaliza

Desta maneira através de uma pequena casa em uma cidade do interior, a história regional integrou-se à História Nacional no episódio Farroupilha. A memória deste acontecimento pode e deve ser resgatada, a partir inclusive de uma materialidade, com a reflexão que pode proporcionar a lembrança e preservação dos locais onde há tantos anos atrás, reuniram-se e deliberaram homens que transformaram-se em mitos e símbolos do não conformismo. A importância da casa situada (...), deve-se ao fato de ter sido palco fundamental como sede do Governo Republicano e local onde elaborou-se o famoso jornal ‘O Povo’. O enriquecimento que a preservação de locais que testemunharam fatos tão importantes pode proporcionar ao estudo da nossa História, dificilmente pode ser medido, porque o projeto de uma nação que sirva à coletividade, só pode ser elaborado e efetivado por sujeitos com consciência de sua própria História.<sup>86</sup> (Processo nº 00.927-11.00-SEDAC/91.9 Fl. 44)

Sobre a Casa onde nasceu Borges de Medeiros, o parecer inicia com uma breve referência à prática historiográfica afirmando a superação da narrativa baseada em

(...) mitos e heróis, figuras que se sobrepujam às influências da sociedade, para em gestos personalistas, alterar os rumos e direcionar acontecimentos. As revisões históricas procuraram situar as figuras que destacaram-se em determinados contextos, dentro de suas origens locais, na maneira como sua região foi inserida na

---

<sup>86</sup> Bibliografia citada: Boletim Informativo dos Municípios; CASSAL, Arnaldo Luiz. Caçapava – Capital Farroupilha; \_\_\_\_\_ . História Administrativa, Legislativa e Política de Caçapava do Sul (1831-1988); ABRÃO, Nicolau. História do Município de Caçapava do Sul; ARRARIPE, Tristão de Alencar. Guerra Civil no Rio Grande do Sul; AHRS. Os 14 Municípios Farroupilhas-Atos de Criação; ----- . Fontes da Revol. Farroupilha- Falas e Relatórios dos Presidente da Província.II Vol.1985; ----- .Levantamento de Fontes sobre a Rev. Farroupilha.1985.

Nação, posição na hierarquia social e demais elementos que compõem a multiplicidade de influências que moldam um ser humano. Reconhecendo o enriquecimento à compreensão da trajetória histórica que tal revisão proporcionou, não podemos esquecer ou diminuir a importância que certos indivíduos, em circunstâncias específicas tiveram dentro do processo histórico. Dotados de características pessoais invulgares, integram-se no jogo das forças políticas e sociais de uma maneira que influencia profundamente o rumo dos acontecimentos. (...) Podem ser criticados ou endeusados, despertam os mais diversos sentimentos – menos a indiferença – à medida que jamais são mediocres. Dentro dessa linha enquadra-se um personagem nascido em 19.11.1864 em uma casa de Caçapava do Sul. (Processo nº 00.927-11.00-SEDAC/91.9. Fl. 32)

A partir dessa introdução segue discorrendo sobre a biografia de Borges de Medeiros; a política e a economia do RS na República Velha; a atuação dele na presidência do Estado; seus projetos e realizações; a oposição liderada por Assis Brasil e o declínio de sua “influência como líder político.” Caracteriza-o como um homem público de carisma

Após Júlio de Castilhos, continua o ciclo de lideranças carismáticas, de homens públicos que confundiam sua trajetória individual à consecução de um projeto político de construção do Estado. (...) Na análise da figura de Borges de Medeiros, homem e jeito confundem-se, mas até para seus detratores, o reconhecimento de seu potencial transformador é inegável (...) De Caçapava do Sul, podemos ainda contemplar a casa de onde saiu essa figura política de fundamental importância na compreensão de nossa história. A referida casa ao longo do tempo sofreu algumas alterações externas, mas é reconhecida por todos os biógrafos de Borges de Medeiros como a residência em que nasceu. (...) Preservar essa casa é uma importante oportunidade de, a partir de uma materialidade, resgatar os acontecimentos e discutir as consequências da influência desta figura que modelou parte de nosso perfil atual.<sup>87</sup> (Processo nº 00.927-11.00-SEDAC/91.9. Fl. 34-37)

**O Prédio Força e Luz – 26/08/1994** de Ofício- de Porto Alegre teve seu processo aberto em abril de 1992, porém as tratativas entre IPHAE, CEEE (processo administrativo de onde partiu a solicitação de tombamento) e Secretaria de Minas, Energia e Comunicação vinha acontecendo desde 1989, ano em que a diretoria da CEEE aprovava o tombamento parcial do prédio, ou seja, da fachada. A forma de preservação adotada foi contestada por Rita Patussi que, em Informação ao secretário Appel, argumenta sobre a inconveniência, inclusive legal do tombamento parcial, manifestando parecer favorável ao tombamento de “toda a unidade”. Entre os argumentos da CEEE para solicitar o pedido de tombamento parcial está o de que o interior do edifício já teria sofrido uma série de alterações inclusive antes da instalação da CEERG, motivo pelo qual o “valor arquitetônico e histórico” concentrava-se na fachada que permanecera inalterada. Além disso, argumentam “que é fundamental que exista liberdade de adaptação do

<sup>87</sup> Bibliografia Citada: PESAVENTO, Sandra J. República Velha Gaúcha; \_\_\_\_\_ História do Rio Grande do Sul; ALMEIDA, João Pio de. Borges de Medeiros. Subsídios para o estudo de sua vida e de sua obra; LESSA, Barbosa. Borges de Medeiros (Coleção “Esses Gaúchos”)

interior do edifício para o bom funcionamento das atividades ali desenvolvidas.” (Processo 00480-1100/92-8. Fl. 46) O imóvel já era arrolado por lei municipal – nº 5260 (s/data) e também vinha sendo objeto de ações do Museu da Eletricidade do RS – MERGS, vinculado à Assessoria de Comunicação da CEEE, que elaborou minucioso estudo histórico, baseado em fontes primárias, sobre o espaço em que estava inserido - antigo Beco do Barriga, a construção do prédio, seus usos e adaptações. Após a manifestação da engenheira Rita, o processo ficou paralisado por mais de um ano, quando recomeçam as tratativas e, depois de passado outro ano, a Diretoria de CEEE acaba aprovando, em 09/04/1992, o tombamento total do bem. Procede-se, então, a elaboração do parecer técnico, cujo autor foi o arquiteto Ângelo Paludo e no qual inicia referindo que o imóvel faz parte do rol de edificações listadas pelo município como de interesse de preservação pelo seu valor histórico e cultural. Segue um sucinto histórico da construção e usos do prédio, justificando que não se estenderia, devido ao extenso material elaborado pelo MERGS. Passa à valoração do imóvel.

Para justificar sua representatividade histórico-cultural, relacionamos alguns aspectos quantificados por valores que justificariam a intervenção com o tombamento e nos parecem mais assimiláveis: 1- Valor Arquitetônico: de características ecléticas, o prédio apresenta sua fachada de caráter monumental, uma grande variedade de elementos decorativos, destacando-se na paisagem urbana como um remanescente da arquitetura do início do século. 2- Valor Tradicional e/ou Evocativo: entende-se ser este prédio integrante da memória coletiva dos porto-alegrenses, tanto no seu uso original como um Cassino (que funcionou durante um ano apenas) assim como na utilização pela CEERG, porém mais significativamente como sendo o ‘prédio da Força e Luz’, que marcaria o período de desenvolvimento econômico da cidade e a mudança de costumes do viver, com a introdução de aparelhos eletrodomésticos. 3- Valor Ambiental: a Rua dos Andradas, no trecho entre a Praça da Alfândega e a Av. Borges de Medeiros, poderíamos citar como sendo uma área que sofreu grandes transformações na sua tipologia, ficando somente alguns remanescentes da arquitetura do início do século, dentre os quais o prédio da Força e Luz. Sendo assim a sua permanência, assegurada através do tombamento, ficará garantida como um elemento marcante na poética Rua da Praia. 4- Valor de Acessibilidade com Vistas a Reciclagem: define-se assim tanto a facilidade de conexão da edificação com o sistema viário principal quanto sua capacidade de integração com os equipamentos de lazer e cultura da cidade. Enquadra-se perfeitamente o edifício no pólo cultural da cidade e seu uso adequado, visto que já existe em funcionamento o ‘Museu de Eletricidade’ com vistas a ampliação para um Centro Cultural da CEEE. 5- Valor de Raridade Formal: a edificação é qualificada como de raridade formal por apresentar em sua fachada formas valorizadas de recorrência eclética. Com base nos valores acima descritos e fundamentados na documentação a nós encaminhada, cabe a este Instituto, estimular e valorizar o patrimônio cultural, legado de nossos antepassados, para as gerações futuras. (Processo 00480-1100/92-8. Fl. 80-81 )

Os cinco valores do parecer, já constavam no Dossiê elaborado pelo MERGS anexado ao processo e haviam sido atribuídos ainda pelo PROPLAN quando listou o bem como de interesse de preservação.<sup>88</sup>

A **Casa de Gomes Jardim** – 30/11/1994 Voluntário- , em Guaíba, teve seu pedido de tombamento feito pelos proprietários, ação registrada no item Observações do Tombo: “A solicitação de tombamento partiu dos próprios proprietários, iniciativa que merece destaque pela consciência que um bem excede em importância os limites de sua materialidade.”

Na proposta, encaminhada pelos proprietários do imóvel à secretária Mila Cauduro, referem que o prédio tinha sido moradia de José Gomes de Vasconcellos Jardim, *1º Presidente da República Rio-grandense*, e solicitam urgência *com vistas a resguardar este importante patrimônio cultural de nossa cidade*. Extenso material é anexado à solicitação: textos por eles escritos, plantas, escrituras, Hino de Guaíba, Manifestação dos Amigos do Meio Ambiente (envolvidos na preservação do cipreste existente no sítio), trechos de livros, reportagens e artigos de jornais antigos e recentes. Entre estes últimos consta um de autoria do antigo diretor Leandro da Silva Telles, publicado no ano de 1972<sup>89</sup>. Neste artigo, Telles menciona uma série de dados históricos; a herma de Gomes Jardim, ali falecido em 1854, de autoria do escultor Luiz Sanguin; o fato de Gomes Jardim ter construído um hospital, não muito distante da casa, onde exercia a medicina, tendo tratado muitos revolucionários, entre eles, Bento Gonçalves, ali falecido em 18 de julho de 1847, *vítima de violenta pleurisia*; a destruição do hospital, só restando dele uma parede, além de outros bens deste período e local que desapareceram. Encerra o artigo conclamando o prefeito e o Estado a preservarem a Casa de Gomes Jardim. No material enviado também consta a transcrição de fontes primárias, pesquisadas no Museu Hipólito José da Costa e Arquivo Histórico do RS, sobre a Revolução Farroupilha, a atuação de Gomes Jardim e a inserção do local no movimento. O parecer técnico foi elaborado pela historiógrafa Rejane Penna e pela arquiteta Miriam Sartori, e CEC. O parecer do IPHAE é extenso, se comparado com a média dos demais. Contém nove páginas, sendo estruturado nos itens Descrição, Localização, Proprietários, Valor Histórico (o mais extenso), Valor Arquitetônico, Valor de Referencial Urbano/ Valor Evocativo, Valor de Raridade Funcional, Valor de Risco de

---

<sup>88</sup> “Valores Dados ao Prédio pelo Relatório do PROPLAN. ‘A hierarquia dos valores computados para o estabelecimento de um critério capaz de ajuizar a ordem em que merecem proteção as edificações listadas como dignas de preservação sintetiza-se em número que passa a ser definido como Grau de Prioridade. Este Grau, indicador referencial para a intervenção do poder público sobre o que se pretende proteger, é obtida pela somatória de valores que vão abaixo descritos.’ ( In: Paisagem Urbana- Relatório do PROPLAN – Reavaliação do Plano Diretor de POA, Área VII – Lazer e Cultura. s/data).

<sup>89</sup> – “Três Páginas Vivas da História em Guaíba”, Correio do Povo . Caderno de Domingo. 24/09/1972.

Desaparecimento e Conclusão. Na Descrição é apontada a incerteza quanto à data de construção do imóvel, porém a certeza de que o “líder farrapo ali residia na época da revolução”. A idéia sobre como era a fachada original da residência, “de arquitetura tipicamente ‘colonial do tipo casa grande de estância’”, estaria embasada em pinturas a óleo do acervo do Museu Júlio de Castilhos. Sucessivas reformas teriam descaracterizado bastante o imóvel. O item Valor Histórico inicia referindo ser a “casa onde morou o primeiro presidente da República Rio-Grandense”, seguindo com considerações gerais sobre o Império e as relações com a Província na 1ª metade do século XIX. É traçada, sucintamente, a biografia do revolucionário, cuja mãe era filha de Jerônimo de Ornelas Meneses e Vasconcellos, sendo este matriz do parentesco de Gomes Jardim com Bento Gonçalves e Onofre Pires. É referida a sua vontade de ser médico, os impedimentos para cursar a universidade, optando em permanecer na Província cuidando da “fortuna da família” e exercendo práticas médicas, químicas, produzindo remédios – cita Walter Spalding, segundo o qual não exercia a medicina como “um charlatão ou simples curandeiro”. Ao casar-se fixou residência na fazenda de Pedras Brancas, onde havia criação de gado, olaria e charqueada. Ali construiu um hospital, o que colaborou para transformar “a pacata região num povoado”. O local é considerado como um ponto de encontro de políticos e dos revolucionários, havendo muitas referências ao *legendário cipreste* à sombra do qual muitos dos rumos da revolução teriam sido discutidos.<sup>90</sup> Segue discorrendo sobre a atuação de Gomes Jardim na Revolução Farroupilha, como 1º Presidente da República Rio-Grandense, devido ao impedimento de Bento Gonçalves que havia sido o eleito. Sua dedicação teria feito com que acumulasse prejuízos nos negócios da fazenda, voltando, após acabado o conflito, a exercer a medicina e *morrendo tranqüilo em Pedras Brancas*. Cita trecho da obra de Assis Brasil que melhor teria resumido a vida de Gomes Jardim: “(...) não levou em conta o peso dos anos nem os cuidados de uma grande fortuna, para arrogar-se à defesa de seus ideais e que no cumprimento dessa missão tudo perdeu, menos a honra, que transmitiu intacta à família empobrecida.” (Processo nº 1583-11.00-SEDAC/93.0. Fl. 84)

O parecer segue com a descrição dos demais valores atribuídos ao bem e finaliza

Justifica-se o tombamento da moradia de José Gomes de Vasconcellos Jardim pela sua importante participação nos rumos da Revolução Farroupilha, como primeiro legislador, organizador e presidente da República Rio-Grandense. A antiga residência tornou-se testemunho a ser preservado para as gerações futuras do

---

<sup>90</sup> É referido o fato do terreno em que “se achava a famosa ‘árvore da revolução’” teria sido posto à venda em “hasta pública” para pagamento de uma dívida (não refere quem eram os proprietários de então – novembro de 1920), tendo sido comprado e cercado pelo município como forma de homenagear “essa significativa figura histórica”, sendo também destinado orçamento para construção de um “monumento para guardar os restos mortais de Gomes Jardim.”

pensamento e ação de determinados grupos em um certo período histórico (...) Dessa forma, somos favoráveis ao tombamento da Casa de Gomes Jardim, considerando seu valor histórico-cultural-arquitetônico, de referencial urbano, evocativo e de risco de desaparecimento.<sup>91</sup> (Processo nº 1583-11.00-SEDAC/93.0. Fl. 86)

O parecer da câmara técnica do CEC é relatado pelo conselheiro Günter Weimer que inicia com referências a Gomes Jardim como estancieiro, médico prático e político; ao processo estar bem documentado com fontes primárias e secundárias; ao parecer favorável do IPHAE com definição do entorno para proteção física e paisagística do bem, a ser integrado no plano diretor de Guaíba. Segue com o item *Apreciação do Mérito* afirmando tratar-se “de uma antiga casa de fazenda em cuja sesmaria eram exercidas atividades suplementares à criação de gado como a produção de charque e de tijolos, além de constituir um centro de atendimento médico”. (Processo nº 1583-11.00- SEDAC/93.0. s/n) Menciona a ocupação do Estado como “única fronteira aberta do país, virtualmente, até a proclamação de República” e segue discorrendo sobre este aspecto, destacando a importância da localização das fazendas como estratégia militar.

Dentro deste panorama, a implantação da casa de fazenda de Gomes Jardim foi objeto de meticulosa escolha e se constitui num sítio privilegiado quanto a seu valor paisagístico que pode se comparado com o do morro da Santa Tereza, em Porto Alegre. Diferencia-se deste, porém, por estar localizado próximo ao centro comercial e da vida social da cidade. Felizmente, suas condições exponenciais como valor ambiental foram preservadas mesmo com a ocupação da cidade das encostas do morro, o que se constitui num atestado de alto grau de sensibilidade da população local quanto à valorização do meio ambiente. Pode-se dizer até que a forma como foi feita a ocupação das encostas do morro veio a reiterar seu antigo valor de mirante natural (...) Esta qualidade do local em que se encontra localizado o imóvel, sobretudo rara nas cidades rio-grandenses, confere-lhe uma personalidade ímpar, não apenas pelos valores antes apontados, mas também pelo grande potencial turístico que encerra, não só pela sua localização dentro da região metropolitana de Porto Alegre, mas também por sua situação privilegiada dentro das vias de acesso ao Prata. (Processo nº 1583-11.00-SEDAC/93.0. s/n)

Refere uma forte tendência de incremento turístico com o Mercosul, sugerindo a tomada de providências para incluir o sítio nos locais *dignos de serem visitados*. Na seqüência menciona a ameaça de desaparecimento do *sítio* pela construção de um prédio de seis andares, o que também prejudicaria a “vida do cipreste centenário existente diante do prédio, (...) constituir-se-á numa excrescência plástica”. Weimer fecha seu parecer com oito considerações: - iniciativa *louvável* dos proprietários; - grande valor histórico do bem; - privilegiada situação urbana e

---

<sup>91</sup> Bibliografia citada: SPALDING, Walter. *Uma biografia frustrada*. Revista IHGRS. III Trimestre, ano XV. ; PORTO ALEGRE, Achylles. *Homens do Passado*; SOUZA DOCA, E. F. *História do RS.*; CIBILIS, Luis Alberto. *Tapes, Camaquã, Guaíba e Barra do Ribeiro* ; ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra Civil no RS*; RUSSOMANO, Vitor. *História Constitucional do RS – 1835-1930.* ; *O Cidadão Domingos José de Almeida e seus compatriotas* ; FILHO, Arthur Ferreira. *História Geral do RS.* FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos*; Revista do Arquivo Público do RS. 1921. nº2. LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense.*

ambiental do imóvel; - potencial turístico pelo seu significado; - reformas que descaracterizaram a forma original; - empreendimentos imobiliários ameaçando a permanência do bem; - parecer técnico do IPHAE ; - proposta de definição do entorno.

Que sejam tomadas iniciativas legais urgentes visando a inscrição do bem no Livro do Tombo, que as mesmas venham a ser acompanhadas das devidas medidas visando sua restauração em sua forma original de Casa de Fazenda, em conformidade com a documentação original que acompanha o processo, e que a proposta de preservação do entorno apresentada pelo IPHAE seja incorporada ao processo e oficializado pelo Plano Diretor de Guaíba.<sup>92</sup> (Processo nº 1583-11.00-SEDAC/93.0. s/n)

Na seqüência das inscrições está a **Igreja do Galo de São Gabriel** – 28/12/1994 sem especificação do caráter -, cujo processo de tombamento não foi localizado, porém teve-se acesso ao parecer do CEC<sup>93</sup>. No item Observações do Livro Tombo consta: “A solicitação de tombamento partiu do Conselho Estadual de Cultura, conforme Parecer Nº 15/94 CEC, de 26/10/1994 do Conselheiro Relator Günter Weimer e aprovado unanimemente em sessão plenária de 26/10/1994 Ata nº 47”.

Iniciativas anteriores para a proteção do bem são mencionadas no citado parecer: da Associação Cultural Alcides Maya; do fazendeiro, tradicionalista e poeta local Rolino Leonardo Vieira; da municipalidade que editara lei municipal de proteção<sup>94</sup>. Por outro lado, a própria Paróquia Arcanjo São Gabriel vinha abandonando o imóvel e executando ações de demolição, tendo sido autuada pela promotoria. Além disso um vereador - Orestes da Silva Goulart, tinha elaborado projeto de lei propondo a revogação da lei de tombamento.

O relator Günter Weimer estrutura seu parecer em 3 pontos:

Das Razões que levaram à solicitação. Trata-se de um templo católico, erigido na segunda década do século passado e que é o mais antigo prédio da cidade de São Gabriel (...) Das qualidades Históricas e Arquitetônicas do Bem. Com base em publicações de ampla circulação, sabe-se que a igreja foi construída em 1817 tendo sido esta obra o ponto de convergência em torno da qual se desenvolveu a cidade de São Gabriel. Tratava-se de uma obra de significativo valor urbanístico posto que, em 1827, o Capitão Antonio Adolf Freidrich Von Seweloch já assinalava o seguinte: ‘ (...) cheguei na capela de São Gabriel, uma pequena povoação em interessante ponto militar, contando 29 casas de pedra por parte sobrados e muito boas e 22 casas cobertas de palha. ’ Daí fica evidente o grande esforço desempenhado por uma

<sup>92</sup> A Portaria de Tombamento foi assinada dois dias antes – 21/11/94- do Parecer do CEC ser aprovado em Sessão Plenária, sendo encaminhado ao IPHAE em 24/11. Foi introduzido no processo sem numeração das folhas entre documentos do mês de Julho.

<sup>93</sup> Conselho Estadual da Cultura. Pareceres II - Nº01/94 a Nº 15/94. IEL. 1994.

<sup>94</sup>

<sup>94</sup> Lei Municipal nº 1649, de 17/10/1989: determinou o tombamento da Igreja do Galo por seu “... valor histórico cultural e arquitetônico”, assegurando sua preservação por ser “patrimônio cultural, social e religioso.”

comunidade de recursos tão precários em construir uma obra de tal relevância e que passou a se constituir na obra que, de longe, vem a ser a mais antiga daquela cidade. Só em razão deste fato, esta obra é merecedora de proteção. Porém, existem razões ainda mais imperiosas para que sejam tomadas tais providências. ( CEC, 1994, p. 63 )

Segue uma minuciosa análise que destaca tratar-se de uma das mais antigas obras do Estado ainda existentes, o que a torna um importante documento sobre procedimentos construtivos, além de possuir “rara qualidade arquitetônica”. Segue com uma digressão sobre as construções dos jesuítas em outros estados, ainda no século XVI, construções essas que atraíram a atenção de estudiosos desde a criação do SPHAN, em 1937, tendo surgido, em recentes trabalhos, novos argumentos frente às teses iniciais (expõe essas teses). Esses estudos recentes apontariam semelhanças entre a arquitetura brasileira e a das ilhas dos Açores. Essa relação que ele descreve é o principal argumento do seu parecer

Por essa razão a ‘Igreja do Galo’ adquire um novo e inesperado significado. Na medida em que ela se enquadra perfeitamente dentro dessa linguagem, continua a estabelecer o mesmo vínculo umbilical de uma obra do Rio Grande do Sul com obras religiosas açoritas. Ainda que vinculações desta ordem não tenham sido estudadas com a devida profundidade por omissão ou por desinteresse dos arquitetos de origem açoriana, ao contrário do que vem acontecendo com os de origem alemã e italiana, sua existência não deve surpreender posto que somos nós, os gaúchos, ao lado dos catarinenses e paraenses, as únicas populações do país, que receberam substancial imigração das ilhas do Atlântico. Neste sentido, não só é possível, como altamente provável, que o tenente-general João de Deus Menna Barreto tenha encarregado a algum arquiteto ou mestre de obras açorita da realização da obra. Isto significa que ela se reveste de uma personalidade própria e peculiar perfeitamente coerente com uma das origens étnicas e culturais de nosso povo e é muito pouco provável que obra semelhante venha a ser encontrada no restante do país, excluídas as Unidades da Federação citadas.

Em Conclusão: Pelos argumentos expostos, conclui-se que a ‘Igreja do Galo’ constitui-se numa obra de alto significado tanto arquitetônico quanto histórico, em razão do que ela deve passar a receber a mais ampla proteção para a sua preservação (...)(CEC, 1994, p. 65)

Sobre a cultura judaica no Rio Grande do Sul foi tombado o **Cemitério Israelita de Philippon** –28/12/1994 Voluntário-, localizado no município de Itaara (município emancipado de Santa Maria após o tombamento), cuja solicitação partiu da Federação Israelita do RS<sup>95</sup>. Em ofício à secretária Mila Cauduro, o presidente da associação, Samuel Burd, faz um sucinto histórico da colonização judaica no Rio Grande do Sul, argumentando que dela “restou, como único marco histórico, o citado Cemitério onde repousam os pioneiros da colonização judaica do RS”. (Processo nº 01707-11.00 SEDAC 93.2 Fl. 3) Informa sobre tratativas preliminares com um grupo

---

<sup>95</sup> Anos antes o tema das colônias judaicas no Estado havia sido levantado na Câmara do Patrimônio Histórico do CEC, pelo conselheiro Mário Gardelin, que considerava importante o desenvolvimento de pesquisa sobre as colônias judaicas agrícolas de Philippon e Quatro Irmãos. (Ata nº 156, 17/08/1983)

de descendentes dos colonos ali sepultados, entre eles o Secretário de Saúde do Estado, Dr. Júlio Hoczman, e sobre um prévio contato com a diretora do IPHAE, historiografa Suzete Frigeri que teria demonstrado grande conhecimento e interesse em orientar para o “êxito neste meritório objetivo”. Também informa que fôra criada uma comissão para tratar sobre a questão, formada pelo citado secretário de saúde, pelo vereador Isaac Ainhorn, Boris Russowsky, Prof. Boris Wainstein, ele próprio, Israel Lapchik e Jayme Saltz, expressando a disposição da Comissão de, após o tombamento, *preservar a conservação do local*<sup>96</sup>. São anexados ao ofício uma série de reportagens e trechos dos livros História Judaica, de Simon Dubnov e Israelitas no Rio Grande do Sul, de Eva Nicolaiewsky. O processo ficou paralisado por um tempo devido a dificuldades com a documentação de propriedade, problema que foi encaminhado ao desembargador da Corregedoria Geral da Justiça. Por parte do IPHAE, as tratativas e elaboração do parecer técnico ficaram sob a responsabilidade da arquiteta Renata Galbinski Horowitz (único processo em que aparece seu nome). Inicia seu parecer (19/09/1994) com o item Histórico, no qual traça um panorama geral das migrações judaicas desde sua expulsão da Península Ibérica, no final da Idade Média “iniciando um longo convívio marcado por períodos de tolerância e outros de perseguição.” (Processo nº 01707-11.00 SEDAC 93.2 Fl. 57) Segue abordando o deslocamento de grupos judaicos para as terras do Império Russo; o declínio do Império Czarista no final do XIX; a derrota frente ao Japão em 1905, gerando um clima de intensa convulsão social e potencializando as agruras das comunidades judaicas que “encontraram eco nas comunidades judaicas da Europa Ocidental”. Cita as ações do barão inglês Maurice Hirsch que, em 1891, criou a Jewish Colonization Association – ICA, com o projeto de orientar colonizações agrícolas para a América Latina. As primeiras colônias foram estabelecidas no Canadá e Argentina. A penetração no Brasil, deu-se pelo Rio Grande do Sul, quando, em 1902, foram adquiridas terras no município de Santa Maria (atual Itaara), ali sendo estabelecida, dois anos depois, a 1ª Colônia Judaica do RS – Philippson, nome que homenageia Franz Philippson, diretor da companhia de estradas de ferro da Argentina e RS e vice-presidente da ICA. O texto segue descrevendo a instalação das 38 famílias, vindas da Bessarábia; as terras e instrumentos de trabalho que receberam; as moradias em que se instalaram e reformas que nelas foram fazendo; o sobrado existente na colônia que servia como sede administrativa e estação de passageiros de trem; a construção da sinagoga, em 1905, e da primeira escola judaica do Brasil, em 1906. Logo a insatisfação com a baixa produtividade das terras e a atração pela prosperidade das cidades vizinhas ocasionou migrações para centros urbanos (Santa Maria, Porto Alegre, Passo Fundo,

<sup>96</sup> Enquanto tramitava o processo foi veiculada reportagem, na Zero Hora de 19/09/1993, sobre uma sinagoga que corria o risco de ser demolida em Santa Maria.

Pelotas, Rio Grande e Uruguaiana), começando o “segundo momento da presença judaica no RS”. Parte da Colônia de Philippon foi vendida à Brigada Militar; parte para o Exército Nacional e parte permaneceu de propriedade dos descendentes. Segue descrevendo a configuração da colônia, centrando o foco no único “testemunho remanescente”- o cemitério, que é detalhadamente descrito<sup>97</sup>. Na Conclusão menciona a formação de uma sociedade multiétnica no RS com a vinda de imigrantes de várias partes. Sobre os judeus, vários autores apontam sua presença antes da Independência e muitos vindos no final do século XIX, de forma isolada, mas, tendo sido a 1ª migração coletiva em 1904, este ano teria sido fixado como o do início da imigração judaica no RS. Finaliza arrolando os valores que comprovam a importância “histórico-cultural” do bem.

-Valor histórico (...) é inegável. Por tudo que foi exposto anteriormente, constitui-se no único legado deste assentamento rural de imigrantes judeus incipiente do início do século, e num marco histórico da colonização dos imigrantes Judeus no Estado do RS, e até mesmo no Brasil, uma vez que Philippon foi a primeira colônia judaica brasileira. - Valor Afetivo Evocativo: (...) integra a memória coletiva de um grupo étnico que compõe a sociedade do RS (...) - Valor de Risco de Desaparecimento: localização em uma propriedade herdada, havendo possibilidade de venda e de possíveis compradores usarem a área para fins que requeiram a destruição do cemitério. (...) Perdendo-se neste caso um documento vivo deste capítulo da história das imigrações do Rio Grande do Sul.<sup>98</sup> (Processo nº 1707-11.00- SEDAC 93.2 . Fl. 61)

Dois anos depois é executado o único tombamento no governo de Antônio Britto – **Palácio do Vice-Governador** – inscrição em 28/12/1996 de Ofício<sup>99</sup>. Carlos Appel retornara à Secretaria da Cultura e a arquiteta Juliana Erpen que já fazia parte do quadro funcional assume a direção do IPHAE. A solicitação de tombamento partiu do Gabinete do Vice-Governador, em ofício assinado pelo chefe de gabinete Martim Saraiva Barbosa com as seguintes considerações sobre o imóvel

<sup>97</sup> Anexado ao parecer *Plan de La Colonie PHILIPPSON*; desenho do Cemitério com a situação das tumbas – out. 1979 e listagem com nomes de sepultados.

<sup>98</sup> Bibliografia citada: ALEXANDER, Frida. *Filipson* ; NICOLAIEVSKY, Eva. *Israelitas no Rio Grande do Sul* ; SCLIAI, Moacyr. *Caminhos da Esperança. A Presença Judaica no Rio Grande do Sul*. Segundo notícia veiculada no Correio do Povo houve uma solenidade em Santa Maria com o tombamento concomitante da igreja do galo e do Cemitério, ambas portarias de 26/12/1994 e inscrições em 28/12/1994. Na penúltima folha do processo consta texto que provavelmente tenha sido do discurso da secretária Mila Cauduro no Ato de Tombamento. Inicia com “Meus irmãos”; finaliza “Este tombamento obedeceu ao plano do Governo Alceu Collares”; ainda no meio “É um momento de extrema emoção assinar como Secretária estadual da Cultura, ao apagar das luzes do Governo Alceu Collares, o presente termo de tombamento do Cemitério, invocando a religiosidade judaica para mortos e vivos (...)”.

<sup>99</sup> “Palacinho recupera sua identidade”. C.Povo 28/03/2006. p. 24 Reportagem sobre a cerimônia de conclusão da primeira etapa de restauração do Palacinho, com a presença do vice-governador Antônio Hohlfeldt e do Secretário Estadual de Cultura. Roque Jacoby.

O referido prédio tem importância histórica e arquitetônica para a cidade de Porto Alegre. Construído na década de 30, pelo empresário da construção civil – Santo Menegueti, para hospedar o Ministro das Relações Exteriores da Itália Fascista, Conde Galeazzo Ciano, genro de Benito Mussolini, foi incorporado ao patrimônio do Estado através do Decreto nº 4833, de 20 de janeiro de 1954. Atendendo a preceito constitucional através do Decreto nº 21082, de 22 de março de 1971, foi criado o Gabinete do Vice-Governador, sendo o doutor Edemar Fetter o primeiro Vice-Governador do Estado a ocupá-lo como Gabinete de trabalho e como sua residência oficial. O prédio é um dos últimos remanescentes situados na área central da cidade com características neoclássica italiana. Internamente o prédio possui, como destaque, uma escadaria toda em mármore e vitrais de rara beleza. Com o objetivo de aproveitar os amplos espaços existentes no primeiro pavimento, o Sr. Vice-Governador pretende utilizar o prédio não somente como residência, mas também como espaço público para promoção de atividades culturais diversas. (Processo nº 00.1181-11.00-SEDAC/95.8. FI 03 )

O parecer técnico foi elaborado, mais de um ano depois da abertura do processo, pela arquiteta Marília de Lavra Pinto. Bastante sucinto, inicia com o histórico da construção, referindo os mesmos dados que constam no já citado documento. A partir disto aponta 5 valores: arquitetônico - descrição breve afirmando poder ser considerado como arquitetura eclética com “alguns elementos e simetria de estrutura neoclássica”.; - ambiental e de referencial urbano: considera um destaque na paisagem urbana “servindo como referência aos usuários da cidade”; - tradicional ou evocativo: refere a os vários usos que o imóvel, “popularmente chamado de ‘Palacinho’”, tivera, já fazendo “parte da memória histórica da cidade.”; - de conservação: clarabóia já restaurada e parte final de recuperação de outras partes para abrigar a residência do Vice-Governador.; - de antigüidade: construção em 1926, tratando-se de imóvel “localizado em assentamento urbano de meia idade, em aligeirado processo de transformação, como se pode definir Porto Alegre”.<sup>100</sup> ( Processo nº 1181-1100/95-8 . s/n)

A partir dessa inscrição os tombamentos ficam paralisados até a troca de governo. Na gestão do governador Olívio Dutra são tombados quatro bens, todos inscrito no Livro Tombo Histórico: Granja de Pedras Altas, no município de Pedras Altas; Casa da Banha, em Pelotas; Vila Belga e Sítio Ferroviário de Santa Maria; Sítio Ferroviário de Caxias do Sul. A direção do IPHAE é assumida pela arquiteta Dóris de Oliveira, tendo tido dois secretários de cultura durante o mandato: o jornalista Luiz Pilla Vares e o cientista político e professor Luiz Marques.

A **Casa da Banha** , inscrita em 28/06/1999, em caráter de Ofício , teve seu processo aberto ainda em agosto de 1996. A solicitação inicial de tombamento partiu do diretor de

---

<sup>100</sup> Trecho que consta no material do PROPLAN mencionado no processo de tombamento do Prédio Força e Luz.

Departamento de Cultura da Fundação Municipal de Integração Turístico-Cultural de Pelotas que se dirigiu diretamente ao Conselho Estadual de Cultura. Este, através da sua Câmara de Patrimônio Artístico e Histórico elabora parecer favorável à preservação do imóvel devido ao "(...) seu grande significado histórico não apenas em âmbito local mas a nível estadual, que apresenta grandes qualidades plásticas e que se trata de um exemplar de alto significado arquitetônico." (Processo nº001869-11.00 SEDAC. 96/1. Fl. 06)

O parecer relatado pelo conselheiro Günter Weimer- aprovado em Sessão Plenária do CEC em 12/06/1996- é estruturado em quatro itens: 1-Antecedentes; 2- Sobre o encaminhamento desta solicitação; 3- Apreciação do Projeto e 4- Parecer. No primeiro item refere os argumentos do solicitante de que o prédio, construído entre 1830 e 1835, teria servido como

(...) Quartel General das tropas legalistas por ocasião da Guerra dos Farrapos, como Câmara Municipal, como sede do jornal 'Diário de Pelotas', como sede da União Republicana, como Quartel da Polícia, como sede da Sociedade Musical Eutherpe e de prisão para chefes federalistas na Revolução de 1893. Argumenta o solicitante que além da importância histórica do prédio, o mesmo apresenta qualidades plásticas respeitáveis apesar da introdução de modificações. (Processo nº001869-11.00 SEDAC. 96/1. Fl. 05)

No terceiro item os argumentos sobre o uso durante a *Guerra dos Farrapos* são confirmados com citações bibliográficas<sup>101</sup>. Também são confirmados os demais usos citados, inclusive a ocupação como prisão de chefes federalistas na Revolução de 1893. Quanto ao aspecto arquitetônico é citado e destacado o trabalho de levantamento executado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, sob a orientação da professora Ana Oliveira, referida *como uma das mais eminentes especialistas na área em nosso Estado*<sup>102</sup>. Originalmente o prédio era de uma linguagem formal barroca. Modificações introduzidas em 1926 teriam ajustado as linhas formais do prédio à linguagem historicista, procedimento que era comum na época. Seguindo essa perspectiva, Weimer expõe a discordância com os autores da obra "Lendo Pelotas", na qual são destacados os sucessivos usos e intervenções no prédio, o que o teria "destituído de beleza"

(...) à luz do material iconográfico anexo a esse processo, é apenas verdadeiro no sentido restrito da pintura do prédio. No que se refere à estrutura formal do prédio, à

<sup>101</sup> NASCIMENTO, Heloisa Assunção. *Nossa Cidade Era Assim*. Pelotas. Livraria Munidal. 1989. VARTOTTO, Renato & Soares, Leonor Souza. *Lendo Pelotas*. Pelotas, UFPel. 1988.

<sup>102</sup> O dossiê do levantamento, contendo 93 páginas está anexado ao processo. A citada professora também coordenou os trabalhos no Centro Histórico de São José do Norte.

sua modenatura, à ordenação dos cheios e vazios e à sua implantação urbana, somos forçados a discordar desse juízo e registrar nossa convicção de que se trata de um prédio de grandes qualidades plásticas e que poderão ser facilmente reconstituídas através de intervenção criteriosa realizada por profissional habilitado em matéria de preservação patrimonial. (Processo nº001869-11.00 SEDAC. 96/1. Fl. 06)

A solicitação de tombamento é re-encaminhada ao secretário Appel, após a aprovação do parecer e seu retorno ao referido departamento de cultura, pelo mesmo solicitante que também era vice-prefeito de Pelotas – José Henrique Medeiros Pires. Nela é anexada documentação, imagens e o parecer do CEC, sendo então determinada a abertura do processo administrativo pela diretora do IPHAE, Juliana Erpen em 23/08/1996. Logo em seguida -26/08- o proprietário do imóvel – Clube Caixeiral – é notificado, o qual entra com pedido de *Impugnação do Tombamento*, argumentando sobre o estado precário do imóvel, sobre a falta de condições financeiras do clube em mantê-lo e sobre o intuito de demoli-lo para aproveitamento do terreno. O pedido de impugnação não é julgado procedente por ter sido feito fora do prazo legal de 15 dias e pelo fato de ter sido executado parecer técnico, sustentando o valor histórico e arquitetônico do bem, pelo CEC. Nesses ajustes sobre o pedido de impugnação o processo estende-se até abril do ano seguinte quando consta, num dos documentos, uma observação manuscrita pela diretora sobre determinação do secretário para arquivamento do processo.<sup>103</sup> Um ano depois, em 20/04/1998, devido à nova determinação do secretário, o processo é retomado decidindo-se, devido ao tempo em que ficou paralisado, encaminhá-lo para nova apreciação do CEC, o que é feito alguns meses depois por novo diretor do IPHAE – Milton Lopes da Costa- que encaminha o processo ao presidente do CEC – Roque Jacoby.<sup>104</sup> A Câmara Técnica do CEC elabora o parecer em janeiro de 1999, encaminhando-o ao secretário, recém empossado, Luiz Paulo de Pilla Vares. No referido parecer, relatado pelo conselheiro José Francisco Alves de Oliveira, há um apanhado geral sobre o desenrolar do processo desde sua abertura recomendando, sem entrar em análises técnicas, que se cumprissem os despachos

---

<sup>103</sup> “ Encaminhe-se ao Arquivo de processo de tombamento do IPHAE já que o novo titular da pasta da Cultura determinou a paralisação temporária dos tombamentos estaduais. Abril de 1997. Juliana Erpen.” Havia ocorrido a substituição do secretário Carlos Appel por Nelson Boeira.

<sup>104</sup> Atual Secretário Estadual de Cultura.

ancorados no parecer anterior, elaborado pelo CEC<sup>105</sup>. O Ato de Tombamento é, então, assinado em abril do mesmo ano.

(...) considerando que o prédio intitulado Casa da Banha foi construído no início do século XIX;  
considerando as qualidades plásticas respeitáveis ;  
considerando que teve grande participação na Guerra dos Farrapos como quartel general das tropas legalistas;  
Considerando a importância histórica  
Resolve tombar (...) (Processo nº001869-11.00 SEDAC. 96/1. Fl. 48)

No mesmo ano é tombada a **Granja de Pedras Altas** –11/10/1999 de Ofício - pertencente aos herdeiros de Joaquim Francisco de Assis Brasil, localizada no município do mesmo nome (por ocasião do tombamento pertencia ao município de Pinheiro Machado). Sua preservação já vinha sendo gerenciada desde 1975, ano em que foi designada, pelo CEC, a 7ª Comissão Especial<sup>106</sup> com o objetivo de *“Estudar e propor em Anteprojeto de Decreto a desapropriação de Castelo de Pedras Altas de Assis Brasil com o ‘usufruto’ dos herdeiros. Preservar o acervo da biblioteca e o imóvel.”* Na época foi aberto um processo junto ao Conselho Estadual de Cultura em cuja documentação (Atas do CEC) percebe-se que o interesse maior estava no acervo bibliográfico e documental da biblioteca do Castelo, cogitando-se a sua desapropriação pelo Estado e a criação de uma fundação.<sup>107</sup> No início de 1981 o então secretário de Educação e Cultura, Barbosa Lessa, transfere a *incumbência* ao diretor do Departamento de Cultura - DEC, no dia de sua posse, Tarcísio Taborda, *a incumbência de dar todo o apoio do estado à idéia de criar ali uma fundação semelhante à Fundação Carlos Barbosa, de Jaguarão.* Em resposta ao secretário, Taborda informa sobre as tratativas com os herdeiros que concordavam sobre a necessidade de preservação *mas não tomaram uma decisão de rumo.* O processo chegou a transitar pela DPHIC em 1981, constando nele a Informação 2/81- 06/03/1981- do diretor Leandro Telles ao diretor do DEC, sobre a solicitação de

---

<sup>105</sup> “Tamanha balburdia os descasos, que acabaram por tumultuar um pleito sério e justíssimo de uma das comunidades mais respeitáveis e de grande qualificação cultural do estado – a comunidade de Pelotas-, tratando-o com a morosidade dúbia e conturbada por quem o dever da presteza e da exação diante da coisa pública, não pode passar impunemente e sem palavras de censura deste Conselho.” CEC. Parecer nº 001/99 . Processo nº 01869-11.00- SEDAC- 96/1. Fl.45

<sup>106</sup> Foram designados os conselheiros Luiz Benito Viggiano Luisi, Tarcísio Antonio Costa Taborda e Paulo de Tarso da Rocha. Em 1979 são designados os conselheiros Riograndino da Costa e Silva e Guilhermino César para substituir Tarcísio Taborda e Paulo de Tarso, este falecido.

<sup>107</sup> *“Ao meu eminente sucessor, e ilustre rio-grandense Luiz Carlos Barbosa Lessa, lembrando nossa comum disposição de criar-se uma fundação para preservar e ampliar o alcance sócio-cultural do magnífico acervo deixado pelo grande brasileiro J.F. Assis Brasil. Ao deixar esta Pasta, reafirmo o mesmo propósito e asseguro na esfera federal meu continuado apoio à idéia. Em 09.11.80 Lauro P. Guimarães - Secretário de Estado de Cultura, Desporto e Turismo”.* Processo nº 44/75 CEC. Fl. 29

que fosse examinada a *infiltração existente em monumento tão significativo para a história do Rio Grande, como o Castelo de Pedras Altas*.<sup>108</sup>

No IPHAE, o processo administrativo foi aberto em 1990<sup>109</sup>, provavelmente devido a várias manifestações de autoridades políticas locais preocupadas com o destino do imóvel e da biblioteca, além de reportagens na imprensa estadual.<sup>110</sup> Em ofício ao secretário Appel, o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Machado – Laudelino Cunha de Moura Júnior manifesta sua preocupação com o destino a ser dado ao acervo do Castelo com morte da Sra. Joaquina de Assis Brasil (uma das filhas que nele residia e falecera recentemente). Ele solicita que as obras da biblioteca permanecessem naquele lugar e pede a interferência do secretário junto ao governo do estado. Também o Secretário Municipal de Educação e Cultura do município transmite a mesma preocupação com o futuro do Castelo Assis Brasil, solicitando a realização de estudo para tombamento do bem.

Após aberto o processo recomeçam as tratativas com os herdeiros (por ocasião do tombamento eram 13 proprietários ) que manifestam interesse em preservar a obra e até o compromisso existente entre eles em manter a biblioteca no Castelo (o Itamaraty havia manifestado interesse em levar a Biblioteca Assis Brasil para o Ministério das Relações Exteriores ) mas estariam temerosos quanto à capacidade do estado em cuidar do patrimônio, caso fosse tombado. A documentação menciona a interseção de várias autoridades políticas, amigas da família, junto ao governador Sinval Guazelli para equacionar as diferenças. Nesse ínterim a última das filhas residentes no Castelo – dona Lídia- que parecia ser contrária ao tombamento adoece o que fez com que se suspendesse temporariamente a ação de tombamento. O IPHAE faria uma proposta para a família, com base, se possível, nos

---

<sup>108</sup> A informação menciona que a divisão compunha-se somente pelo diretor, sendo aguardada a transferência do arquiteto Nestor Torelly para proceder o exame solicitado. No ano seguinte – 13/09/1982, o secretário de obras encaminha estimativa de custos para conservação do Castelo de Pedras Altas, solicitada pelo secretário Barbosa Lessa. Na última folha do processo consta reportagem veiculada, em 11 agosto de 1982, na Folha da Tarde – “ Patrimônio Cultural – Estado começa a recuperar Castelo de Pedras Altas” - “Acervo é o maior do que o de qualquer museu do Estado” – “Assis Brasil , pecuarista e político”.

<sup>109</sup> Processo nº 1920.08.4- CODEC 90.2 – 194 folhas numeradas, composto por dois processos: um, sem número, aberto em 1990 e com último documento em setembro de 1993; outro, nº 000121-11.00 SEDAC 94.1, com primeiro documento em 04/01/1994 - folhas sem o número do processo, seguindo a paginação a partir do último documento do anterior – FL. 27.

<sup>110</sup> *Castelo de Sonhos*. Juremir Machado. Zero Hora, 16/12/ 1990. Caderno D.

levantamentos que já vinham sendo efetuados pela UFSM<sup>111</sup>, que resultaria na assinatura de um Termo de Compromisso entre as partes.

Por parte do IPHAE, as tratativas estavam sendo articuladas por Mariza Simon dos Santos que no Relatório 01/90, de 03/01/1991- afirma

(...) o Castelo Pedras Altas se constitui em um sítio histórico de indiscutível valor cultural que deverá ser preservados para as gerações futuras. Justifica-se, dessa forma, seu tombamento visando a manutenção da integridade deste patrimônio. (...) O Instituto é favorável ao tombamento do Castelo Pedras Altas e acervos devido o valor histórico desses bens, documentos materiais do processo político-social ocorrido no RS. Sendo bem cultural torna-se um bem social e mesmo sendo de propriedade particular deve ser acessível a todos. Não se concretizando o tombamento em respeito à pessoa de dona Lídia, somos favoráveis a uma ação futura. (Processo nº 1920.08.4- CODEC 90.2. Fl. 06)

O processo fica paralisado por quase dois anos, sendo retomado já sob a gestão da secretária Mila Cauduro em meio a uma série de novas manifestações de autoridades políticas locais e da imprensa sobre o destino dos bens e da biblioteca devido à morte da herdeira Lídia. Em ofício à secretária o deputado estadual Quintiliano Machado Vieira diz fazer-se necessário o imediato tombamento e argumenta sobre a importância do lugar

(...) Cabe ainda enfatizar que Francisco Eduardo de Assis Brasil, é um dos patrimônios do Rio Grande. Entre outras coisas foi o introdutor do gado Devon, das vacas leiteiras Jersey, e dos cavalos ingleses no nosso Estado. Foi Ministro da Agricultura e um dos mais notáveis e prestigiosos políticos que o Rio Grande teve neste século. O Castelo de Pedras Altas que ele construiu é um marco político da história do Rio Grande, porque foi nele que maragatos e governistas fizeram a paz da sangrenta Revolução de 1923, e onde foram lançadas as bases para a união de todos os rio-grandenses, consolidada através da Revolução de 30, que levou os gaúchos ao poder da Nação. O Castelo de Pedras Altas é patrimônio de todos os rio-grandenses, e o seu tombamento naquela localidade é uma seqüência natural dessa situação. Face ao exposto, solicito mais uma vês, sua especial atenção, quanto ao tombamento imediato do Castelo de Assis Brasil em Pedras Altas.(...) (Processo nº 1920.08.4- CODEC 90.2. Fl. 18)

Também o secretário municipal de educação e cultura de Pinheiro Machado- Paulo César Peres Brum manifesta sua preocupação diante de notícia publicada no jornal Correio do Povo sobre os destino da biblioteca, anexando ofícios anteriores que havia enviado ao ainda secretário Appel no ano de 1989.

<sup>111</sup> Tudo indica que essa ação não foi executada. Três anos depois -01 março de 1994 o diretor do IPHAE Roberto Py Gomes envia ofício ao Diretor do Instituto da Preservação da Memória Cultural da UFSM – Humberto Gabbi Zanatta informando a abertura do processo de tombamento e solicitando a cooperação do instituto para a instrução do mesmo, uma vez que tivera informações de que estavam executando o levantamento do acervo bibliográfico, documental e mobiliário / solicita cópia e informações que possam ajudar.

Seria lamentável que o referido acervo fosse retirado daquele local, o qual foi escolhido pelo próprio idealizador, para abrigar seu legado cultural. (...) Creio que a memória deste ilustre gaúcho, merece toda a atenção das autoridades constituídas, no sentido de este acervo permaneça em local de origem. (...) (Processo nº 1920.08.4- CODEC 90.2. Fl. 20)

Verifica-se que o centro das preocupações naquele momento era com a biblioteca que já havia sido solicitada para integrar o acervo do Itamaraty, em Brasília. São executadas novas ações por parte do Instituto, inclusive já depois de nova troca de secretário – Carlos Appel- estudos sobre a viabilidade de ser instituída uma “*Fundação de Direito Privado, sobre propriedade denominada ‘Castelo Pedras Altas’*”, retomando uma idéia que fôra ventilada na década de 1970. Porém logo o processo é novamente paralisado<sup>112</sup>, sendo retomado em dezembro de 1998, provavelmente devido a ações da promotoria pública que solicita uma visita de técnico do IPHAE, acompanhado por técnico da Fundação Zoobotânica. Como estava nas vésperas de troca de governo, a ação foi executada já sob a gestão do novo secretário – Luiz Paulo de Pilla Vares. A visita foi realizada pela nova diretora – arquiteta Dóris de Oliveira-, acompanhada pelos funcionários, também arquitetos, Miriam Sartori e Roberto Sawitzki. É elaborado um minucioso relatório acompanhado de fotos bem detalhadas não só do castelo, mas da granja como um todo, no final do qual é proposto que o trabalho continuasse em duas etapas: primeiro o tombamento da Granja e seu bens imóveis de interesse; em seguida o tombamento dos bens móveis, integrados, documentais e vegetais, etapa esta que necessitaria formação de uma equipe multidisciplinar composta de historiógrafo, botânico, bibliotecário, arquiteto e zootecnista. O Ministério Público faz novo contato manifestando interesse no tombamento da propriedade. São retomadas as negociações com a família que agora estava definida a favor do tombamento (a propriedade estava sendo administrada por dois netos que lá residiam). É, então, elaborado o parecer técnico do IPHAE pela arquiteta Miriam Sartori e pelo estagiário de história Fabiano Soria Vaz, sendo estruturado em dois grupos de justificativas para o tombamento: as históricas e as técnicas. As justificativas históricas são bem fundamentadas (09 páginas) e articuladas em dois eixos: a postura "vanguardista" em relação ao trabalho no campo e as idéias e atuação política de Assis Brasil. Sobre o primeiro eixo, é destacado que a Granja de Pedras Altas foi um projeto, durante anos estudado e cultivado.

---

<sup>112</sup> Fl. 40 Manuscrito da diretora arquiteta Juliana Erpen, de novembro de 1995: “ Cumprindo determinação verbal do senhor secretário da cultura, Prof. Carlos Appel, estamos paralisando temporariamente este processo, já que o senhor governador Antônio Britto pretende negociar diretamente com os descendentes e herdeiros da propriedade, tendo em vista o apoio financeiro proposto pelo Banco Bozano Simonsen. Porto Alegre, novembro de 1995. Arq. Juliana Erpen.IPHAE.”

(...) Assis Brasil era grande estudioso de todos os assuntos relacionados à produção agropecuária. Já havia publicado o livro 'Cultura dos Campos', trabalho minucioso sobre o tema. Com a aquisição das terras em 1904, planejou pôr em prática toda sua experiência, enriquecida pelas sucessivas viagens a centros mais enriquecidos. Seu lema nesse sentido era tentar a equivalência 'uma quadra, uma légua'. A 'reforma rural' previa que a utilização das melhores raças, as mais adaptadas ao clima da região e as sementes mais resistentes, seriam capazes de fazer com que as propriedades menores produzissem proporcionalmente bem mais do que os latifúndios. (...) Assis Brasil queria que a sua propriedade fosse um exemplo, um modelo para futuros produtores. Gostava de administrar a Granja pessoalmente e envolver a família nas tarefas do campo.(...) Assis Brasil desejava aplicar nesta pequena propriedade os conhecimentos acumulados. (...) Segundo ele, 'Quando a granja estiver em plena operação, o visitante há de encontrar nela: - uma biblioteca de alguns milhares de volumes sobre todas as ordens de conhecimentos especialmente ciências, artes e indústrias agrícolas. (Processo nº 1920-08.04-CODEC/90.2. Fl. 59-60)

O eixo de argumentação sobre a história política ressalta as idéias republicanas e a atuação de Assis Brasil como homem público desde sua eleição como Deputado Provincial em 1885 até sua atuação como Ministro da Agricultura no início do governo Vargas e sua renúncia ao cargo de deputado, em 1934. São mencionadas sua atuação como diplomata, tendo sido um dos fundadores da Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura, em Paris; sua liderança na Revolução de 1923, cujo término foi selado no próprio castelo, tendo passado para a história como Pacto de Pedras Altas; sua convocação como relator da subcomissão de Reforma da Lei e Processo Eleitoral; a influência de suas idéias em algumas medidas da Aliança Liberal como o voto secreto, o voto feminino, a independência dos juízes e a proteção do trabalho.<sup>113</sup>

Da vida de Joaquim Francisco de Assis Brasil, procuramos privilegiar aqui apenas os fatos considerados de maior relevância. Não seria difícil continuar enumerando suas atividades políticas, diplomáticas, agropecuárias ou mesmo pessoais. Entretanto, já é possível termos uma pequena idéia de quem foi e o que representou para o estado e para o país este homem, cuja preservação da obra e memória constitui-se em uma necessidade por seu inestimável valor histórico e cultural. (Processo nº 1920-08.04-CODEC/90.2. Fl. 62)

Seguem as justificativas técnicas, nas quais são descritos detalhadamente todos os 17 elementos que compõem a granja (mais 09 páginas) e conclui-se o parecer arrolando razões nas duas instâncias justificando o tombamento e com uma citação da obra *J.F. Assis Brasil: Interpretações*

A Granja de Pedras Altas constitui um marco histórico. Concentra o mais sólido e diversificado acervo cultural privado do Rio grande do Sul. Em virtude do interesse e visão universalista de seu criador, reúne uma biblioteca de valor inestimável, tanto pela raridade das obras como pela diversidade dos assuntos; um volumoso e riquíssimo acervo documental parcialmente inédito que, por certo, há

---

<sup>113</sup> ASSIS BRASIL, Lúcia. *Diário de Lúcia Assis Brasil - período 1916-1928*. L&PM. Porto Alegre. 2ª edição. 1983. BROSSARD, Paulo . *Joaquim Francisco de Assis Brasil*. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa. 1989. REVERBEL, Carlos. *Pedras Altas - A vida no Campo segundo Assis Brasil*. L&PM. Porto Alegre. 1984.

de elucidar pontos ainda obscuros da história do Rio Grande do Sul e do País; um conjunto arquitetônico com o respectivo mobiliário e instalações autênticas que cristalizaram um modo aristocrático de vida familiar do início do século; um acervo botânico com exemplares raros, de grande interesse para a silvicultura, e uma larga tradição na agropecuária regional. (Processo nº 1920-08.04-CODEC/90.2. Fl. 74)

Em setembro do mesmo ano acontece o tombamento em cerimônia oficial no Castelo de Pedras Altas com a presença do governador Olívio Dutra, da família Assis Brasil e diversas autoridades políticas da região.

No ano seguinte é tombado o **Sítio Ferroviário de Santa Maria**<sup>114</sup> –22/11/2000 de Ofício. A abertura do processo partiu de uma demanda do deputado estadual Paulo Pimenta, que já fôra vereador em Santa Maria. Em ofício ao secretário Luiz Pilla Vares, o deputado argumenta sobre a importância da Estação Ferroviária de Santa Maria como elemento impulsionador do desenvolvimento da cidade e da região fazendo referências ao trânsito de pessoas que ali chegavam de trem, à atuação da categoria dos ferroviários e ao estado de abandono em que ela se encontrava inclusive sofrendo dilapidações propositais<sup>115</sup>.

A Estação Ferroviária de Santa Maria possibilitou um extraordinário desenvolvimento econômico, político e cultural para a Região. O incêndio da Estação revela o abandono de um prédio que com certeza deve ser considerado patrimônio histórico do estado, pois se confunde com sua própria história (...) Eram trens que enchiam de vida Santa Maria. Por isso a história da cidade e da ferrovia se confundem. Na Avenida Rio Branco os hotéis se multiplicavam para atender visitantes. Em meio ao surgimento dos clubes sociais, emergia a mais importante categoria de trabalhadores da época - os ferroviários- com um sindicato poderoso que norteava os militantes de esquerda, com a maior cooperativa que a América Latina conheceu. Com suas lutas,

---

<sup>114</sup> Formado pela Estação Férrea ( composta pela estação de passageiros, pavilhão 1, 2, 3 , plataforma de embarque e largo da estação ), Vila Belga (composta pelo plano do loteamento, 44 edifícios residenciais tipo geminado, edifício comercial da Associação dos Funcionários da Viação Férrea, edifício de escritórios, depósitos e armazéns da Cooperativa dos Funcionários da Viação Férrea ) e pelo Colégio Manoel Ribas.

<sup>115</sup> Antes do tombamento estadual já houvera tombamento municipal, cujo processo serviu de base para a instrução estadual. Chama a atenção a quantidade de declarações e até de leis sobrepostas que tratam sobre o conjunto cultural. Em 1988 a Lei Municipal 2983/88 considera a Vila Belga como patrimônio do município de Santa Maria. O projeto de lei fôra apresentado pelo vereador Luiz Roberto Simon do Monte, sugerindo o tombamento da Vila Belga com base no argumento de que o antigo conjunto *“pertence a uma esfera geográfica identificada com as lutas do passado, que marcaram a organização sindical e política dos ferroviários.”* (C. Povo. 03/04/1988. p. 12 ) Novo projeto de Lei ( 5141 ), considerando a Vila Belga como patrimônio histórico do município, é sancionado e promulgado pelo prefeito em novembro de 1995. Novamente em 1996, pela Lei Municipal 4009, a mancha ferroviária de Santa Maria foi considerada patrimônio histórico e cultural da cidade. Esta lei não contemplava a Vila Belga, restringindo a proteção sobre a estação ferroviária e suas adjacências. No ano seguinte, a Vila Belga é tombada pelo Decreto Executivo 161. Tal fato não impediu a crescente descaracterização dos imóveis, o que motivou a Prefeitura a interferir com uma regulamentação especial para uso da área sob proteção, através de estudo feito pelo Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSM. Além disso, um incêndio criminoso, em 28 de fevereiro de 1999, destruiu um dos prédios da estação central, o que gerou mobilização na comunidade local, sendo criada a Associação dos Amigos da Estação Férrea, uma entidade civil voltada para a preservação do patrimônio ferroviário de Santa Maria. ▯

os ferroviários somaram façanhas e cultivaram um estilo que marcou gerações, incentivando a consciência política dos demais trabalhadores.  
(...) dos escombros da Estação, vejo o desrespeito por nossa história.  
(Processo nº548-1100/99-8. SEDAC. Fl. 2 .)

Junto à correspondência está anexada matéria jornalística que relata a mobilização de ex-ferroviários, artistas e produtores culturais de Santa Maria para impedir que a estação continuasse se deteriorando. Aberto o processo com essas manifestações iniciais, o mesmo é encaminhado ao corpo técnico do IPHAE, no caso a arquiteta Ana Maria Beltrami, para proceder à instrução de tombamento. Em 25/06/2000, o processo é devolvido à direção do Instituto com a instrução técnica favorável ao tombamento. A instrução que está estruturada em Justificativa, Antecedentes Históricos, Caracterização dos Bens/ Planta do Conjunto, Parecer Técnico e Bibliografia, é composta por dois volumes, num total de 70 páginas anexadas ao processo.

A justificativa inicia com uma citação de Ramón Gutierrez, arquiteto argentino que tem várias publicações sobre história da arquitetura e atua na área do Patrimônio Cultural como consultor da UNESCO:

Como manifestação histórica, a obra ou o conjunto arquitetônico constitui uma documentação histórica excepcional. Ao contrário de outros documentos ( literários, gráficos, etc ) que só podem transcrever uma informação congelada e precisa ( embora suscetível de novas interpretações), a obra de arquitetura acumula, de maneira sedimentada, a experiência daqueles que a conceberam, a usaram e a transformaram no decorrer do tempo. Assim, constitui um testemunho vital dos modos de vida, usos e valores explícitos e simbólicos da comunidade através dos tempos, permitindo-nos uma leitura abrangente e dinâmica. (Anexo ao processo nº548-1100/99-8. SEDAC.Vol. I. Fl.03)

A seguir são citados os trabalhos nos quais se baseou a argumentação favorável ao tombamento, que, segundo a autora da instrução, são trabalhos de pesquisadores e estudiosos do “significado dos bens ferroviários para a memória e identidade da população de Santa Maria”.<sup>116</sup> O texto segue descrevendo o processo de implantação do sistema ferroviário de transporte no Rio Grande do Sul a partir do final do século XIX, no qual Santa Maria destacou-se como o principal centro ferroviário. Por conta disso, a cidade teria tido um grande desenvolvimento, tornando-se um importante pólo regional e sendo conhecida durante décadas como *Cidade Ferroviária*. Daí passa-se para o item - Antecedentes Históricos, que inicia com uma citação de José Honório Rodrigues:

O passado não deve ser estudado como um objeto morto, como uma ruína, nem como uma autoridade, mas como uma experiência. Uma experiência aprendida e

---

<sup>116</sup> Os estudos citados são: -Santa Maria: livro guia geral, de Antônio Isaia; - “ Espaço Urbano da Ferrovia - Dimensões de Análise para Urban Design” trabalho de graduação de Fábio Müller ; - e os Processos de Tombamento ( municipal ) da Vila Belga e da Estação Férrea de Santa Maria, do arquiteto Andrey Rosenthal Schlee.

consolidada. Por mais arrogante que seja o presente, nele se inserem forças do passado, sem cujo conhecimento a compreensão do presente é incompleta. (Anexo ao processo nº548-1100/99-8. SEDAC.Vol. I. Fl. 03)

A partir dessa citação é abordada a formação da cidade de Santa Maria, recuando às primeiras ocupações do território no século XVIII e seguindo até a virada do século XIX, quando a cidade torna-se um importante centro ferroviário e passa por períodos de grande crescimento econômico e populacional. Há uma sucinta análise sobre a relação da ferrovia com o desenvolvimento da cidade que finaliza: "(...) Esta condição de centro ferroviário fez com que a cidade prosperasse econômica e socialmente, legando bens culturais de fundamental importância para a cidade e que estão diretamente ligados a este passado do auge ferroviário de Santa Maria". (Anexo ao processo nº548-1100/99-8. SEDAC.Vol. I. Fl. 03)

O documento segue com os históricos da construção de cada um dos prédios que compõem o sítio, destacando a Vila Belga e a Cooperativa

A Vila Belga é um monumento arquitetônico diretamente relacionado com a vida dos cidadãos santamarienses e, portanto, com a própria história da cidade de Santa Maria. (...) a história da Vila Belga e da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, confunde-se com a própria história da cidade de Santa Maria (...) Aqui reside a importância histórica dos prédios a serem preservados, pois não há fato pretérito mais memorável do que a própria evolução de uma cidade; nada se relaciona tanto com a vida e a paisagem da cidade do que os prédios que testemunham sua própria vida, que falam até da vida dos que neles moraram, trabalharam, estudaram e morreram. (Anexo ao processo nº548-1100/99-8. SEDAC.Vol. I fl. 7)

Nas páginas seguintes há extensa iconografia, caracterização física dos bens a serem tombados e certidões do Registro de Imóveis e finaliza-se a instrução

Entendemos que Santa Maria não teria a configuração que hoje possui sem a atividade ferroviária. É inegável o valor histórico da Ferrovia e da Cooperativa no desenvolvimento da cidade que proporcionou a prosperidade econômica e sócio-cultural que o município atingiu.(...)O processo de tombamento em nível estadual é portanto uma consequência natural da vontade coletiva e do reconhecimento do valor do conjunto na sua instância histórica, evitando o desaparecimento desta memória construída por décadas, e na instância estética como expressividade e representatividade de sua época. (Anexo ao processo nº548-1100/99-8. SEDAC.Vol. I fl. 69)

Finalizada a instrução técnica o processo é encaminhado para a apreciação do Conselho Estadual de Cultura. Um mês depois o Conselho encaminha ao IPHAE a Ata da Reunião da Câmara Técnica de Patrimônio Histórico na qual o processo foi analisado pelos conselheiros arquiteto Maturino Santos da Luz, historiador Paulo Xavier e irmão Elvo Clemente. O texto da Ata é bastante lacônico: "Após leitura da documentação apresentada os membros da

Comissão chegaram ao consenso de emitir parecer unânime favorável ao tombamento em virtude do significado do bem para processo de desenvolvimento cultural para o Estado do Rio Grande do Sul.” (Processo nº 00.0548-11.00/99.8. Fl.11)

O processo segue seu trâmite normal, com as notificações para os proprietários dos imóveis a serem tombados, no caso a Rede Ferroviária Federal S/A, sobre a indicação de seus bens para tombamento, não havendo, por parte desta, nenhuma contestação. É feita, então, a solenidade de Tombamento do Complexo Ferroviário de Santa Maria, que acontece no próprio local no dia 26 de outubro de 2000.

No ano seguinte acontece o último tombamento do IPHAE - Sítio Ferroviário de Caxias do Sul, tendo sido assinada Portaria em 27/09/2001, porém a inscrição no Tombo Histórico ainda não foi finalizada nem assinada. Portanto o processo não pôde ser analisado.

## CAPÍTULO IV – A Preservação do Patrimônio Cultural como Construção de Memórias Coletivas

Conforme elucidado no início do primeiro capítulo a noção de patrimônio cultural relacionou-se, desde suas origens, com diferentes formas de memória social até constituir-se como um conceito e referência jurídica no século XX. Atualmente uma das associações mais marcantes e que vem sendo trabalhada historiograficamente, é a associação dos conceitos patrimônio cultural-memória.

A preservação do patrimônio é um tipo de mediação entre o presente e o passado sendo cada vez mais vinculada ao conceito de *memória coletiva*. Nesse sentido, preservar o patrimônio edificado é considerada uma forma de preservar, reelaborar e/ou construir memórias coletivas, dando-lhes o suporte material para que elas não se apaguem.

O sociólogo e psicólogo francês Maurice Halbwachs ao trabalhar, nas primeiras décadas do século XX, com o conceito de memória coletiva, procurou demonstrar que as lembranças humanas não são estritamente individuais<sup>117</sup>. Elas são o resultado da história vivida, onde o que o indivíduo lembra está imbricado ao grupo a que o indivíduo pertenceu e determinado pelo tempo histórico em que viveu suas experiências. A memória é constantemente reconstruída, reelaborada e determinada pelo presente; ela não é em si mesma, mas é relacional e pode ser evocada por uma série de elementos externos ao indivíduo, sendo o patrimônio cultural preservado um deles. É nesse sentido que a preservação de elementos materiais é tomada como uma forma de assegurar a permanência das memórias coletivas, dando-lhes suporte material.

Para Halbwachs, há uma diferenciação entre história e memória coletiva. Ele argumenta que "geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social" (1990, p.80). Enquanto a história preocupa-se em interpretações mais abrangentes e temporalmente distanciadas, a memória coletiva é restrita a indivíduos que partilham experiências semelhantes de tempo e espaço. A história trabalha com mudanças e evoluções sociais, evidenciando as rupturas; a memória coletiva detém-se sobre aquilo que é permanente e similar no seu grupo, o que lhe confere uma identidade no decorrer do tempo. "O essencial é que os traços pelos quais ele (o grupo) se diferencia dos demais subsistam e que estejam assinalados por todo o seu conteúdo". (HALBWACHS, 1990, p.89)

---

<sup>117</sup> HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

A memória coletiva, também chamada de social, depende, portanto, da existência dos grupos que lhe dão substrato, o que significaria o tempo de uma geração que compartilha um espaço comum. Embora os grupos que guardam as lembranças desapareçam, é difícil precisar em que ponto uma memória coletiva se perde porque “basta que se conserve numa parte limitada do corpo social, para que possamos encontrá-la sempre ali”. (HALBWACHS, 1990, p. 84)

Podemos inferir então que preservamos elementos materiais do passado para propiciar o afloramento e as reelaborações ou construções das memórias coletivas; que através dessa preservação podemos salvar a sociedade do esquecimento, pois assim como o indivíduo que não lembra, a sociedade que perde sua memória fica à deriva, sem condições de refletir sobre si mesma –identidade- e sobre o outro - alteridade. Nesse sentido, podemos também afirmar que a preservação do patrimônio cultural é uma forma de evitar a amnésia social, o que suscita indagações sobre o que se quer lembrar e o que é permitido lembrar, pois assim como se produzem lembranças, também se produzem esquecimentos.

Sobre a oposição entre história e memória argumentada pelo sociólogo, chegando ele a considerar imprópria a expressão *memória histórica*, tudo indica que Halbwachs referia-se à história positivista dominante na França do século XIX e as primeiras décadas do XX. Porém, contemporaneamente à produção de seus estudos sobre a memória coletiva, a disciplina passava pela “revolução francesa da historiografia”<sup>118</sup>. Para a primeira geração dos Annales que promoveu esta “revolução” ao romper com os métodos tradicionais e buscar novas abordagens, abrindo-se para a interdisciplinaridade, o diálogo com a produção do sociólogo<sup>119</sup> trouxe importantes aportes para a auto-reflexão e renovação que estava em curso na disciplina. Marc Bloch considerou os estudos de Halbwachs sobre memória coletiva uma contribuição que estimulava a exploração de uma questão até então pouco trabalhada pela história. Em um dos seus mais conhecidos livros *La Société Féodale*, produzido na década de 1930, Marc Bloch dedica um capítulo à memória coletiva. O cruzamento das trajetórias e interesses intelectuais entre Halbwachs e Bloch não impediu, entretanto, que este fizesse a crítica sobre a concepção tradicional que Halbwachs mantinha a respeito da objetividade e imparcialidade do conhecimento histórico. Para o sociólogo, o objetivo da história era criar pontes entre o passado e o presente, registrando e fixando os traços de memória e tradição que ultrapassassem a existência espaço-temporal dos grupos capazes de lhes dar substrato de permanência. A história seria, do ponto de vista dele, um mecanismo de manter a continuidade da tradição. Daí vem, justamente, a

---

<sup>118</sup> BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales. 1929-1989*. SP: Ed. UNESP, 1991.

<sup>119</sup> Maurice Halbwachs fez parte do primeiro comitê editorial da Revista dos Annales.

diferença com as perspectiva do historiador, para o qual a tradição não é contínua e precisa ser compreendida de forma crítica. Ao reconhecer a importância da memória coletiva nos estudos históricos, Bloch trabalhou com o pressuposto de que não se trata de um encontro com a tradição, mas um exame crítico dos mecanismos de sua transmissão através das memórias coletivas.

O interesse da história pela memória parece ter dado um salto das primeiras décadas do século XX para os anos 70, período em que esse interesse, partindo dos historiadores franceses - Jacques Le Goff e Pierre Nora- intensificou -se. Em sua obra “História e Memória”<sup>120</sup>, Jacques Le Goff compila um série de textos tratando sobre questões de método e teoria, entre os quais um capítulo específico sobre o tema da memória, em cujo prefácio consta uma referência ao crescente interesse dos historiadores pelas relações entre história e memória. Le Goff trabalha o texto em cima do conceito de memória social, traçando o percurso da memória no Ocidente, desde a Grécia arcaica até a contemporaneidade (o que em linhas gerais procuramos expor no primeiro item do capítulo I), apontando para o fato de a memória social ter passado, no século XX, por “convulsões” (1992, p.471) geradas pela expansão da memória no campo da filosofia e da literatura<sup>121</sup>. Devido às pesquisas desenvolvidas em vários campos, entre eles a psicanálise, a noção de memória foi muito ampliada e enriquecida.

Contemporaneamente a Le Goff, Pierre Nora desenvolve estudos a respeito da memória. Em 1984 publicou o primeiro volume de sua extensa obra que trata sobre o que ele conceituou como *lugares de memória*, noção esta consolidada e utilizada para várias análises, inclusive as que tratam sobre a preservação do patrimônio cultural.

Os lugares de memória são constituídos por um jogo entre a memória e a história; eles são o sintoma de um tempo - o tempo presente- em que a memória espontânea, mantida pelos grupos que lhe dão substrato vai desaparecendo e sendo substituída por reconstituições de um passado que fica cada vez mais distante e estranho. Segundo Nora, os lugares de memória cumprem a função de guardar marcas e traços do tempo vivido; bloquear os esquecimentos; transportar o passado para o presente que o remodela e lhe dá novos significados que são mutáveis. “Memória que nos pressiona e que já não é mais a nossa, entre a dessacralização rápida e a sacralização provisoriamente reconduzida.” (NORA, 1993, p. 13)

Assim como Halbwachs, Nora também considera haver oposição entre memória e

---

<sup>120</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2. Ed. SP: Ed. UNICAMP, 1992 Os ensaios reunidos na obra foram originalmente publicados nos volumes I, II, IV, V, VIII, X, XI, XIII, XV da Enciclopédia Einuadi.

<sup>121</sup> O tema da memória inspirou na literatura grandes obras como as de Marcel Proust, Henry James e Joyce; na filosofia, a memória torna-se um dos objetos das análises de Henri Bergson; na sociologia, ela gera a citada obra de Maurice Halbwachs, até hoje balizadora das discussões.

história.

A memória é a vida, sempre carregada pelos grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado; a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 9)

Nora caracteriza a memória como uma relação verdadeira com o passado, intocada, espontânea, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas representaram o modelo e guardaram consigo o segredo; já a história seria voluntária, deliberada, executada como um dever pelas sociedades ameaçadas pelo esquecimento. Nesse sentido, amplia-se a forma histórica de resgate do passado, ou seja, a memória é cada vez mais transportada pela história, o que gera um efeito de adequação tanto de uma quanto da outra. São os lugares de memória. É nessa linha que Nora desenvolve esta noção, concentrando suas análises no caso francês onde, segundo ele, a história da nação teria constituído um dos principais meios da memória daquela sociedade; teria sido ela própria um lugar de memória. Entretanto, na própria França, marcada por uma prática da história-memória, gera-se um novo processo nutrido pelas preocupações historiográficas. Essa inclinação da disciplina em analisar sua própria história, provoca o seu autodescobrimento como *vítima da memória* e suscita um esforço para erradicação dessa tendência de ser história-memória. “Num país como a França, a história da história não pode ser uma operação inocente. Ela traduz a subversão interior de uma história-memória por uma história-crítica, e todos os historiadores pretenderam denunciar as mitologias mentirosas de seus predecessores”. (NORA, 1993, p. 10)

É com base na análise dessas apropriações da memória pela história que Nora faz uma distinção, para ele fundamental, entre “memória verdadeira” e “memória transformada” devido à sua mediação pela história. A memória transformada é uma memória que já não se dá através de vivências interiores e sim através de suportes exteriores, de traços, de símbolos, de

comemorações, de monumentos, de registros. Assim a memória tradicional passou por processos de desaparecimento, provocando a necessidade de acumular religiosamente vestígios e produzir arquivos que se tornam imperativos de uma época em que se teme a perda da memória e de todos seus indícios, independentemente do tipo de memória do qual são indicadores.

O que Pierre Nora objetiva evidenciar é que a crescente propagação dos lugares de memória vincula-se justamente ao fato de a memória verdadeira não mais existir. O interesse por “lugares onde a memória se cristaliza e se refugia” (NORA, 1993, p. 07) é um sintoma da aceleração da história em que o passado morre cada vez mais rapidamente. “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história”. (NORA, 1993, p.08)

É essa linha de pressupostos interpretativos que seguem as produções historiográficas sobre o tema da memória, produções essas que se alargaram de tal forma nas últimas décadas que alguns autores já identificam a “história da memória” como um campo específico da disciplina. Paralelamente ao aprofundamento teórico sobre a relação entre história e memória, observa-se também que, na atualidade, o termo memória vem sendo massivamente usado, seja de forma reflexiva, seja para ancorar projetos políticos, seja por veiculações turísticas ou publicitárias. A *cultura da memória*<sup>122</sup> tornou-se um fenômeno da contemporaneidade em que, paradoxalmente, vivemos num *regime de historicidade*<sup>123</sup> do *presentismo*, mas buscamos obsessivamente resquícios do passado. Nesse *boom* sobre o tema da relação memória X

---

<sup>122</sup> HUSSEYN, Andreas. *Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia*. RJ: Aeroplano, 2000. Andreas Huyssen, um filósofo, crítico da cultura da geração pós-Frankfurt que escreveu textos referenciais sobre o pós-modernismo, refere-se à crescente tendência de buscar vestígios do passado como uma *cultura da memória*. Essa cultura da memória seria marcada por um *deslocamento na experiência e na sensibilidade do tempo*, o que ele chama de *recodificação do passado*. Os novos tipos de discurso de memória que caracterizam essa cultura começaram a surgir nos anos 60, o que o autor vincula à descolonização e a novos movimentos sociais que passaram a buscar as identidades étnicas, outras tradições até então suprimidas, novas leituras históricas. Nessas buscas vários fins foram decretados: o fim da história, a morte do sujeito, o fim da obra de arte, o fim das metanarrativas. Todos esses fins são as marcas do pós-modernismo. Isso tudo é localizado no Ocidente principalmente nos países do norte da Europa e EUA, espaços onde desde a década de 1970 observa-se a crescente restauração de velhos centros urbanos, cidades-museus e paisagens inteiras, investimentos patrimoniais, a onda da nova arquitetura de museus, a explosão das modas retrô e utensílios reprô, a nostalgia comercializada em massa, o crescimento dos romances autobiográficos e históricos. Enfim, a comercialização da memória pela indústria cultural. Fenômeno também analisado por CHOAY. Op. cit.

<sup>123</sup> Conceito trabalhado por François Hartog que o compreende como “ (...) uma formulação sábia da experiência do tempo que, em retorno, modela nossos modos de dizer e de viver nosso próprio tempo. Um regime de historicidade abre e circunscribe um espaço de trabalho e de pensamento. Ele ritma a escritura do tempo, representa uma ‘ordem’ do tempo, à qual se pode subscrever ou, ao contrário (e mais freqüentemente), querer escapar, procurando elaborar uma outra.” HARTOG, François. ‘ Como escrever a história da França?’ in: *Anos 90*, Revista do PPGH, IFCH/UFRGS nº 7. 1997. p. 8

história, Henry Rousso<sup>124</sup> aponta para a tarefa do historiador de analisar as premissas dos discursos que constituem as memórias coletivas, o que é inclusive proposto no presente estudo. Ao buscarmos analisar a atribuição de valores que justificam a conservação de traços da cultura material estamos procurando perscrutar as motivações, os objetivos e os pressupostos utilizados para construir uma memória coletiva do Estado.

A preservação do patrimônio cultural é uma forma de *memória transformada*; é também um *lugar de memória*. Os argumentos que ancoram a atribuição de valores têm trabalhado cada vez mais com a associação dos conceitos patrimônio cultural-memória, conforme é possível evidenciar na análise documental do capítulo anterior. Vários pareceres técnicos usam o argumento de que determinado elemento da cultura material tem valor como suporte da memória de certas comunidades ou de determinados fatos e/ou vultos históricos. Na documentação analisada encontramos várias expressões como “memória do nosso país”, “resgate da memória do carvão no Estado”, “bem cultural de valor inestimável para a memória de Jaguarão”, “preservar para que integre a memória de nosso Estado”... O próprio valor histórico, que é o que tem sido o mais atribuído ao patrimônio cultural do Rio Grande do Sul, também se vincula ao conceito de memória uma vez que ele é um valor de rememoração, conforme teorizou Riegl, ou seja, o valor histórico insere-se no grupo maior dos valores de rememoração<sup>125</sup>.

Os recentes estudos historiográficos sobre o tema do patrimônio cultural estão articulados não só a esta *cultura da memória*, a esta explosão de *lugares de memória* como também a toda uma renovação pela qual a disciplina vem passando desde a primeira geração da Escola dos Annales. A *nova história* gestada pela terceira geração<sup>126</sup> deu continuidade à introdução de novos objetos e métodos, assim como de novos problemas e novas abordagens, permitindo o uso de fontes até então ausentes nas práticas da disciplina.

Segundo Burke, embora seja difícil definir o que seja a *nova história*, tendência historiográfica em que se inserem as citadas obras de Le Goff e Nora, tendo em vista a variedade de abordagens que a ela se filiam, podemos estabelecer-lhe como “base filosófica a idéia de que a realidade é social ou culturalmente constituída” (BURKE, 1992, p.11). A nova história parte do pressuposto de que nossas mentes não refletem diretamente a realidade, o ser humano percebe o mundo “através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um

---

<sup>124</sup> Ver texto do autor “A Memória não é mais o que era.” in: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Usos e abusos da História Oral. RJ: FGV, 1996

<sup>125</sup> Sobre esses valores ver Cap. II – p.31

<sup>126</sup> Cf. BURKE. Op. Cit.

entrelaçamento que varia de uma cultura para outra .“ (BURKE, 1992. p.15)

Introduz-se assim um conceito-chave com o qual a nova história, principalmente a *nova história cultural*<sup>127</sup> trabalha: o conceito de *representação*. As representações que o homem constrói sobre a realidade tornam-se, então, objetos da história abrindo uma série de novos problemas e discussões, entre os quais está o da memória que é também vista como uma representação que os grupos sociais estabelecem sobre seus passados.

Roger Chartier, historiador que segue e produz análises teóricas na perspectiva da *história cultural*, trabalha com a possibilidade de novas maneiras de articular os recortes sociais e as práticas culturais, superando os falsos debates em torno da divisão entre a objetividade das estruturas e a subjetividade das representações. Para isso é necessário

(...) considerar os esquemas geradores dos sistemas de classificação e de percepção como verdadeiras 'instituições sociais', incorporando sob a forma de representações coletivas as divisões da organização social (...), mas também considerar, corolariamente, essas representações coletivas como as matrizes das práticas que constroem o próprio mundo social (...) Trabalhando sobre as lutas de representações, cujo objetivo é a ordenação da própria estrutura social, a história cultural afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma história social fadada ao estudo das lutas econômicas, mas também faz retorno útil sobre o social, já que dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um 'ser-percebido' constitutivo de sua identidade. (CHARTIER, 2002, p.72)

Trata-se de um retorno a Marcel Mauss e Emile Durkheim e à noção de *representação coletiva* para articular três modalidades da relação com o mundo social: -trabalho de classificação e recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; -prática que visa fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; -as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais representantes (instâncias coletivas ou indivíduos) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe. Entre esses representantes inserem-se os gestores da preservação patrimonial que exercem, com amparo legal e institucional, o papel social de fazer recortes e classificações do passado e a partir disso construir representações sobre esse passado. Essa representação construída passa a ser tida como um traço das identidades e das memórias coletivas dos grupos que habitam o local, neste caso o estado do Rio Grande do Sul.

---

<sup>127</sup> BURKE, Peter. O que é a História Cultural? RJ. Jorge Zahar Ed., 2005. Expressão usada pelo autor para referir um *estilo* de fazer história. Para Burke, que se autodefine como um historiador cultural, não há uma definição precisa sobre o que seja a nova história cultural, tamanha a diversidade de métodos e objetos por ela trabalhados.

Uma dupla via é assim aberta: uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e de nomear e a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma; a outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito concedido à representação que cada grupo faz de si mesmo, portanto, à sua capacidade de fazer com que se reconheça sua existência a partir de uma exibição de unidade. (CHARTIER, 2002, p.73.)

Esse jogo de forças entre as representações, referida por Chartier, envolve um outro aspecto trabalhado nos estudos sobre as memórias coletivas que são as relações de poder que as permeiam. Segundo Le Goff, “a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder.” (1992, p. 426) O autor procura demonstrar como essa luta tem se articulado desde as práticas étnicas e orais da memória social até a era das memórias eletrônicas e cibernéticas.

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1992, p. 426)

Vários autores contemporâneos vêm trabalhando nessa linha que analisa as memórias coletivas não somente como objetos sagrados que correm o risco de serem perdidos, mas também como instrumentos e objetos de poder. Autores analisam “enquadramentos da memória”, (POLLAK, 1989) que têm a função de manter a coesão social, assim como os silêncios impostos, que deixam abertas feridas das memórias subterrâneas.

Tzvetan Todorov publicou recentemente uma obra sobre o século XX, cujo título<sup>128</sup> é bastante emblemático da importância que nas últimas décadas o tema da memória vem ganhando em vários campos de estudo, entre eles o campo da história. Sua obra contém dois ensaios focalizando, com um profundo viés moral-humanístico, “a conservação do passado” e “as utilizações da memória”.<sup>129</sup> Já no prólogo da publicação é colocado o eixo que norteia várias análises de fatos históricos e realidades concretas vividas desde o surgimento dos regimes totalitários até os dias de hoje: “Será a memória, sempre e necessariamente, uma boa coisa, e o esquecimento uma maldição absoluta ?” (TODOROV, 2002, p. 12)

Ao referir-se à conservação do passado, Todorov coloca questões que abordam o total controle da memória pelos regimes totalitários do século XX; os estágios pelos quais passa a

---

<sup>128</sup> TODOROV, Tzvetan. Memória do mal, tentação do bem. SP: Arx, 2002. © 2000 by Editions Robert Laffont, S.A., Paris

<sup>129</sup> Nomes dos capítulos 3 e 4.

conservação do passado; os agentes dessa conservação; o julgamento moral; os grandes relatos. Quanto aos estágios pelos quais passa a conservação do passado, o autor destaca três etapas: o estabelecimento dos fatos, a construção de sentido e o aproveitamento. A respeito do primeiro passo, indispensável ao trabalho sobre o passado, há uma fronteira, para o autor irredutível, entre historiadores e fabuladores. Nesse sentido ele afirma: “Tanto na esfera privada como na esfera pública, mentiras, falsificações, fabulações são impiedosamente encurraladas quando se quer fazer reviver o passado verdadeiro, e não apenas reafirmar as próprias convicções.” (TODOROV, 2002, p. 143)

Já nessa etapa há um processo de seleção tanto involuntária, quanto voluntária e consciente. Na etapa seguinte, ou seja, na construção de sentido que tem o objetivo de compreender o passado reaparecem os processos de seleção, associados com processos de combinação.

Enquanto a prova de verdade possibilitava separar os historiadores dos fabuladores, as testemunhas dos mitômanos, uma nova prova permite agora distinguir os bons historiadores dos ruins, as testemunhas notáveis das mediócras. O termo verdade pode ser novamente útil aqui, desde que lhe seja dado um novo sentido : não mais uma verdade de adequação, de correspondência exata entre o discurso presente e os fatos passados, mas uma verdade de elucidação, que permite apreender o sentido de um acontecimento. (TODOROV, 2002, p. 144)

O terceiro estágio de construção do passado seria o aproveitamento, estágio este que normalmente os “(...) historiadores profissionais repugnam admitir que participam” (TODOROV, 2002, p.149). Mas o historiador Todorov, quanto a esta postura que parece envolver a tão debatida neutralidade científica, coloca claramente sua posição sobre a ação dos historiadores na relação com o passado:

O trabalho do historiador é inconcebível sem uma referência a valores.(...) Os valores estão em toda parte; e isso não choca ninguém. Ora, quem diz valores diz também desejos de agir no presente, de mudar o mundo, e não só de conhecê-lo. (...) A ciência, é claro, não se confunde com a política; ainda assim, a própria ciência humana tem finalidades políticas, e estas podem ser boas ou más. (TODOROV, 2002, 150)

Mantendo uma linha crítica humanista de análise sobre a memória, Todorov trabalha com o pressuposto do julgamento moral que há na ação em colocar o passado a serviço do presente. Esta ação do uso do passado para o presente nem sempre é boa, além do que, um acontecimento único poder gerar lições muito diversas para influenciar e justificar as decisões e ações no presente. Sobre as utilizações da memória, nas quais se verifica tanto uma tendência de *sacralização* quanto de *banalização*, não sendo nenhuma delas educativa, o autor

desenvolve a tese de que “(...) em si mesma, e sem nenhuma outra restrição, a memória não é nem boa nem má.” (TODOROV, 2002, p. 191) Todorov questiona a obsessão deste fim/início de século pelo dever da memória que existe na Europa, especialmente na França, recolocando a pergunta sobre se o esquecimento, nesses casos, não seria melhor que a lembrança. Afirma ele: “O bom uso da memória é aquele que serve a uma justa causa, e não aquele que se contenta em reproduzir o passado”. (TODOROV, 2002, 204)

Essa relação de forças entre representações do passado e seus usos pelo presente também procuramos elucidar ao analisarmos o papel dos atores envolvidos nos processos de tombamento; os pressupostos que ancoraram a atribuição de valores para a preservação de determinados bens culturais; as motivações que fizeram com que esses pressupostos fossem acionados em determinados momentos. O estabelecimento de políticas públicas para preservação de certos elementos materiais da cultura material é uma prática social gerada por determinadas representações que as sociedades constroem sobre si mesmas e sobre seus passados. Aquilo que é considerado como patrimônio cultural de uma região ou nação não é dado *aprioristicamente*, mas é uma construção que requer escolhas e estas, por sua vez, vinculam-se a valores.

#### IV a – A REPRESENTAÇÃO DO PASSADO “EDIFICADA” NO RS

Entre os valores que ancoraram a representação sobre o passado do Rio Grande do Sul, construída pelas práticas preservacionistas do IPHAE, o valor histórico foi o mais acionado nos processos de escolha e classificação do patrimônio cultural. Dentre os 86 bens inscritos no Tombo Histórico, praticamente todos tiveram argumentos a respeito de seus valores históricos ou de suas historicidades nos pareceres favoráveis às suas preservações. Como exposto no Capítulo II, o valor histórico não se vincula ao critério de antigüidade e sim à idéia de documento para a investigação histórica. “O valor histórico de um monumento reside em que representa uma etapa determinada, em certo modo individual, na evolução de alguns dos campos criativos da humanidade”. (RIEGL, 1987.p.57)

Mas os valores históricos, embora à primeira vista pareçam estar articulados a um critério objetivo na medida em que se fala de documento, também são transitivos e contraditórios, muitas vezes resultantes de procedimentos complexos e conflitantes. Essa transitoriedade e complexidade vincula-se a vários aspectos que permeiam as práticas

historiográficas e o próprio desenvolvimento e revisões nas teorias e práticas da disciplina. No século XIX o valor histórico era associado a uma perspectiva da história política para a qual os historiadores mais se voltavam naquela fase. Os monumentos eram valorados como documentos históricos do Estado e de afirmação da nacionalidade. O valor histórico tinha um viés de valor nacional. É essa perspectiva de valor nacional que o IPHAN seguiu nos tempos heróicos de Rodrigo Melo Franco de Andrade, já na década de 1930, o que só foi modificando-se a partir dos anos 70.

No caso do IPHAE, as primeiras ações, até meados da década de 1980, estiveram mais conectadas aos tempos heróicos de Rodrigo em que o valor nacional tinha o maior peso. Mesmo o valor histórico sendo considerado como um valor de *segunda classe* e tendo o valor artístico a supremacia nas atenções do corpo técnico, a semelhança reside em que ambos, tanto o valor artístico dos primeiros anos do SPHAN como o valor histórico das primeiras ações do IPHAE, estavam vinculados à idéia de marcar a identidade da nação e a identidade da região, respectivamente. No RS, o valor histórico pode ser visto como o descrito na primeira década do século XX por Riegl: o bem tem um valor histórico por ser um documento edificado de determinado fato histórico ali ocorrido. É o valor consolidado e que teve grande força no século XIX europeu, considerado por Riegl como o *século da história*, mas cuja influência alcançou as ações do RS no final do século XX. Isto é evidente inclusive na legislação estadual, editada em 1978, em que a referência ao valor histórico apresenta esta marca da historiografia positivista. Na passagem em que a lei faz referência ao que é considerado como patrimônio cultural não é usada a expressão *valor histórico*; a menção é à *vinculação a fatos históricos memoráveis*.

(...) Art. 1º - Os bens, existentes no território estadual ou a ele trazidos, cuja preservação seja de interesse público, quer em razão de seu valor artístico, paisagístico, bibliográfico, documental, arqueológico, paleontológico, etnográfico ou ecológico, quer por sua **vinculação a fatos históricos memoráveis**, constituem, em seu conjunto, patrimônio cultural do Estado, e serão objeto de seu especial interesse e cuidadosa proteção (...) (Lei nº 7231, de 18 de dezembro de 1978)

Quando acontece o primeiro tombamento do IPHAE, no ano de 1980, as discussões e diretrizes internacionais e nacionais sobre a preservação estavam em processo de ampliação, havendo uma crescente relativização nos conceitos e valores utilizados. No caso do Brasil, as perspectivas históricas começavam a ganhar atenção frente à tradicional supremacia do valor artístico, mais especificamente do barroco religioso colonial. O valor histórico passava a ser mais considerado com a entrada de historiadores no quadro técnico e no Conselho Consultivo da

SPHAN a partir da década de 1980.<sup>130</sup> Também as novas concepções da historiografia começavam a ser incorporadas nas análises dos processos, abrindo canais para a preservação não mais pautada quase que exclusivamente na visibilidade do bem – valor de excepcionalidade e artístico-, mas também no seu valor enquanto documento, no seu significado histórico, na sua historicidade – valor histórico. Mesmo o valor artístico começava a abrir-se para outros pressupostos valorativos na medida em que alguns estilos, como o ecletismo, tidos como não-artísticos, passam a ser considerados, levando em conta suas historicidades. Essa perspectiva mais aberta é observada no caso do Rio Grande do Sul no parecer técnico do professor e arquiteto Günter Weimer sobre o tombamento da Casa da Banha em Pelotas, no qual não invalida a importância do imóvel devido às modificações nele executadas. Weimer salienta que as intervenções que provocaram mudanças nas linhas formais originais do imóvel fizeram parte de um procedimento comum de uma época, ou seja, não fixou a valoração na originalidade estilística e levou em conta o pressuposto da historicidade do bem.<sup>131</sup>

No IPHAE, o valor histórico foi o critério mais acionado desde o primeiro tombamento que ocorreu em setembro de 1980. Entretanto, as perspectivas historiográficas que permeavam as argumentações técnicas eram ainda muito marcadas pela historiografia positivista do século XIX e pelo forte viés de nacionalidade que, no âmbito geral, já vinha perdendo força. Esta característica pode ser compreendida levando-se em conta que os pareceres históricos, com a exceção de três processos em 1994 e um processo em 1999, eram elaborados por arquitetos ou pelos próprios diretores do instituto, cuja formação era variada. O perfil de alguns pareceristas era de eruditos, *leitores especiais da cidade*<sup>132</sup>, que se dedicavam a ações no mundo cultural e não especificamente de técnicos que se aprofundavam nas análises valorativas. Além disso, a conexão com a produção historiográfica se dava via o IHGRGS e não via Universidade, como era o caso das artes e da arquitetura. Nesse sentido, a abertura para as novas perspectivas historiográficas e para a renovação da disciplina foi muito branda.

Os primeiros tombamentos estaduais tiveram a marca da centralidade das decisões na figura do diretor, cuja formação era em direito e que atuava no meio cultural há muito tempo,

---

<sup>130</sup> Um exemplo é o processo de tombamento da Escola de Enfermagem Ana Néri mencionado no Cap. II – ver nota 06.

<sup>131</sup> Ver p. 109.

<sup>132</sup> Expressão usada por Sandra Pesavento e citada em GIOVANAZ, Marlise. *Lugares de História: a preservação patrimonial em Porto Alegre (1960-1979)*. Porto Alegre, 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Giovanaz analisa os debates empreendidos pelos *leitores especiais da cidade* - intelectuais com espaço na imprensa que defendiam a preservação diante das ameaças de destruição do patrimônio em Porto Alegre.

tendo sido um dos criadores do Movimento de Defesa do Acervo Cultural Gaúcho, em 1975. É possível vislumbrar sua histórica atuação no meio preservacionista em algumas citações de artigos, textos e participação em comissões citadas no capítulo anterior. Essa reconhecida atuação fez com que assumisse a direção do DPHIC em 1980, ali permanecendo até meados de 1983.<sup>133</sup> Durante sua gestão, os pareceres técnicos eram de sua própria autoria e tudo indica que o corpo técnico fosse bastante resumido ou talvez até inexistente. Os tombamentos dessa primeira fase podem ser divididos em dois grupos principais: bens culturais da região de imigração alemã e bens culturais localizados na capital e de importância já bastante reconhecida. Os do primeiro grupo tiveram demandas externas. As próprias comunidades da região mobilizaram-se em busca da preservação do patrimônio que fosse representativo da sua cultura. Membros de duas instituições tiveram forte atuação: do Instituto Histórico e Geográfico de São Leopoldo e do Museu Visconde de São Leopoldo, também daquela cidade. Assim tombou-se a Ponte 25 de Julho, o Antigo Seminário Evangélico de Professores e a Feitoria Velha. Quanto aos bens cujo valor já era consolidado junto à sociedade, as iniciativas partiram do diretor pelo fato de ser uma demanda antiga do próprio poder executivo estadual que, ao criar a Comissão Especial para realizar estudos sobre instituições culturais do Estado, em 1971, já determinara que se tomassem providências quanto à preservação desses bens<sup>134</sup>. Assim foram tombados a Biblioteca Pública do Estado, o Antigo Palácio do Governo, denominado Forte Apache, os prédios do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, do Museu Júlio de Castilhos, do MARGS e do Hotel Majestic.

Voltando ao grupo dos bens da região de imigração alemã, as mobilizações mantiveram-se na gestão dos diretores subseqüentes, também ganhando novas adesões como de superintendentes do IPHAN e do meio acadêmico da UNISINOS e Faculdade Ritter dos Reis. Alguns professores dos cursos de arquitetura vinham atuando no meio preservacionistas como o arquiteto Nestor Torelly, autor de vários pareceres técnicos na condição de assessor e do professor Albano Wolkmer, que foi membro do CEC e também diretor do IPHAE. Em Santa Cruz do Sul também houve uma forte ação via IPHAN, sendo estabelecida uma parceria com a República Federativa Alemã; o mesmo em Ivoti, onde a parceria estabelecida foi com a Mitra Diocesana de Novo Hamburgo.<sup>135</sup>

---

<sup>133</sup> Segundo GIOVANAZ, grande parte dos atores vinculados à causa da preservação acabou sendo assimilada pelos órgãos oficiais como especialistas no assunto e falas autorizadas, independentemente da formação de cada um deles.

<sup>134</sup> Ver p. 46.

<sup>135</sup> Ver p. 88 e 68.

Ainda na gestão de Leandro Telles houve dois tombamentos que podem ser destacados como mais próximos às amplas diretrizes internacionais: prédios da Antiga Viação Férrea do Rio Grande do Sul, em Montenegro e da Usina do Gasômetro, em Porto Alegre.<sup>136</sup> Em ambos os casos houve demandas externas de agentes bem orientados e conectados com o que havia de mais atual no meio patrimonialista. No caso de Montenegro, o arquiteto Pedro Ernesto Bühler, que na época desenvolvia estudos acadêmicos sobre o sítio histórico, exerceu papel de destaque junto ao Movimento de Preservação do Patrimônio Cultural de Montenegro e Comissão Museu Histórico Municipal. Em suas manifestações, tanto oficiais ao diretor do IPHAE, quanto junto aos meios de comunicação, demonstrou estar atualizado frente aos parâmetros internacionais de preservação, usando argumentos valorativos até então ausentes na documentação analisada. Em suas manifestações aparecem expressões como “memória comunitária”, “espaço urbanístico e paisagístico”, o que demonstra que ele trabalhava com uma perspectiva de conjunto e não de prédios isolados. No caso da Usina do Gasômetro houve o envolvimento do diretor da, na época, 10ª DR da SPHAN, Júlio N.B. de Curtis que, em manifestação oficial ao governador do Estado, faz referência à Carta de Veneza<sup>137</sup> e usa um argumento também inovador que é de o bem ter valor como “documento da arquitetura industrial”. Em ambos os casos as demandas de preservação foram articuladas por agentes conectados com as tendências que a preservação vinha tomando no nível internacional e que trabalhavam em perspectivas inovadoras diante da linha que vinha sendo mantida pelo IPHAE. O diretor da instituição, por sua vez, elabora, nos dois casos, pareceres que denotam posições favoráveis mais em virtude do movimento local, no caso de Montenegro, e das negociações em instâncias superiores, no caso da Usina do Gasômetro, do que de uma perspectiva própria sobre a preservação.<sup>138</sup>

A região de imigração italiana também teve mobilizações que partiram de fora do Instituto. O primeiro tombamento desse grupo, Casa Saretta em Veranópolis, foi bastante polêmico por ter envolvido o traslado do bem. Os outros bens ligados à memória da imigração italiana tiveram envolvimento de estudiosos, alunos e professores da Universidade de Caxias do

---

<sup>136</sup> Ver p. 56 e 58.

<sup>137</sup> Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, resultante do II Congresso Internacional de arquitetos e técnicos dos Monumentos Históricos que aconteceu em Veneza/ maio de 1964 – já mencionada no Cap. III. nota 15.

<sup>138</sup> Ver a citação dos pareceres nas págs. 57 e 59 . Sobre a perspectiva de preservação dos *barões do cupim* Giovanaz (op. cit.) considera “Muitos dos intelectuais que lutavam pela criação e execução das leis de proteção ao patrimônio marcaram sua trajetória pela utilização de um discurso conservador e saudosista, que se caracterizava pelo combate às modificações que vinham sendo impostas pelo desenvolvimento e modernização que a capital sofria naquele momento.”

Sul, além do diretor do IPHAN, Júlio Curtis. A entrada do tema da imigração nos argumentos valorativos pode ser conectada tanto ao processo de abertura por que passavam as determinações internacionais, conforme é possível perceber nas recomendações das Cartas Patrimoniais<sup>139</sup>, quanto, provavelmente de forma indireta, com a própria renovação historiográfica e a penetração dos estudos antropológicos nas análises sobre os grupos sociais. Esse traço fica mais explícito no processo que envolveu a comunidade de Otávio Rocha, distrito de Flores da Cunha, onde o tombamento do Casarão dos Veronese foi precedido por um trabalho de campo, executado por um grupo de professores e alunos da UCS, junto aos moradores, proprietários e líderes locais. Cabe mencionar também a influência e conexão com as ações do IPHAN que, na mesma fase dos tombamentos estaduais em Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Santa Teresa, Veranópolis e Nova Prata, estava desenvolvendo o processo de tombamento do Centro Histórico de Antônio Prado.<sup>140</sup>

Quanto à representação sobre o Estado como um todo, a Revolução Farroupilha é a marca mais fixada através do patrimônio cultural preservado. Só em Piratini – 1ª Capital Farroupilha- são 14 bens protegidos, mais 01 em Caçapava do Sul – 2ª Capital Farroupilha- , um em Guaíba e outro em Pelotas, fora os que já eram, desde a década de 1950, protegidos no nível nacional (a Casa de Garibaldi, o Palácio do Governo Farroupilha e o Quartel General Farroupilha, em Piratini; a casa de Bento Gonçalves em Triunfo; casa de David Canabarro, em Santana do Livramento). Embora o tema da Revolução Farroupilha já estivesse sendo bastante trabalhado tanto no meio preservacionista quanto junto aos historiadores<sup>141</sup>, o processo de tombamento dos imóveis de Piratini teve um trâmite bastante apurado, pois o objetivo principal, no momento de sua abertura, foi conectar o ato dos tombamentos com os eventos comemorativos do sesquicentenário da revolução. Assim acabou sendo uma ação de pouca visibilidade e pouco envolvimento local, passando o processo inclusive por problemas

---

<sup>139</sup> Na já citada (Cap. I) Declaração do México de 1985, é possível evidenciar esse processo de maior abertura e atenção à diversidade cultural. “ Identidade Cultural. 1.Cada cultura representa um conjunto de valores único e insubstituível, já que as tradições e as formas de expressão de cada povo constituem sua maneira mais acabada de estar presente no mundo.

2.A afirmação da identidade cultural contribui, portanto, para a liberação dos povos; ao contrário, qualquer forma de dominação nega e deteriora essa identidade.” (IPHAN, 2004, p.272)

<sup>140</sup> Sobre isso LEWGOY (op. cit.) faz um estudo antropológico pioneiro no RS, abordando as repercussões da atuação dos técnicos do patrimônio junto à comunidade de Antonio Prado. O autor demonstra como a noção de patrimônio foi ali introduzida de forma extrínseca, verificando-se dissonâncias conflitantes entre os conceitos de memória e identidade social dos grupos locais e dos especialistas.

<sup>141</sup> Sobre isso ver NEDEL (op. Cit.) onde há toda uma análise sobre as comemorações do centenário da Revolução Farroupilha e também sobre as abordagens historiográficas do tema.

administrativos, devido ao atropelamento de algumas ações que fazem parte da tramitação oficial.

Também nesta perspectiva da representação do Estado como um todo, pode-se incluir o patrimônio vinculado às disputas e ocupação do território que são os casos dos bens preservados em Rio Grande e Jaguarão, cabendo destacar, neste município, a Enfermaria Militar. São José do Norte também pode ser incluído nesse grupo pois, embora a prefeitura tenha sido construída num período posterior ao da ocupação pela coroa portuguesa, sua preservação está vinculada à importância histórica de São José do Norte nesse processo de ocupação a partir do século XVIII. Além disso, o núcleo urbano já vinha ganhando atenção de professores da Faculdade de Arquitetura da UFPel e já houvera abertura de outros processos junto ao IPHAN<sup>142</sup>.

No caso de Rio Grande, o processo de tombamento do Antigo Quartel General do 6º GAC permitiu vislumbrar a preocupação do Exército em preservar sua memória. Aliás, conforme já apontado no capítulo anterior, a preservação da *memória nacional* era um aspecto que fazia parte das diretrizes do Ministério do Exército, o que confirma a tradição das ações de preservação partirem majoritariamente dos que mantêm as condições de conservar um patrimônio capaz de perpetuar suas imagens. A atuação da Igreja, já apontada no item do primeiro capítulo sobre a genealogia das práticas de preservação, também aparece em alguns processos confirmando os citados apontamentos sobre sua atuação dicotômica: por um lado tomando a frente em algumas ações, mas por outro também tendo ímpetos de destruição com o objetivo de realizar novas construções. Os dois lados são possíveis verificar em dois processos analisados: no caso de Ivoti, tomando posição firme frente aos ímpetos iconoclastas da especulação imobiliária; no caso da Igreja do Galo, em São Gabriel, a paróquia abandonando e sendo complacente com a destruição do bem.<sup>143</sup>

Quanto à representação sobre a história política do RS, os traços da doutrina positivista estão bastante marcados, influenciando inclusive as perspectivas de alguns agentes do Instituto e das demandas externas vindas de líderes políticos. A memória construída sobre o positivismo, doutrina que marcou a política gaúcha durante a República Velha, está presente na conservação dos prédios do Museu Júlio de Castilhos, que, antes de ser destinado ao uso do museu, foi residência do líder; do Arquivo Público, criado por Borges de Medeiros; do Museu Hipólito José

---

<sup>142</sup> Processo 1106-T-83 . Casarão onde se hospedou D. Pedro I. Tombamento não efetivado. Referido em FONSECA, p. 270. Sobre esse bem também foram realizados estudos para abertura de processo no IPHAE, em 2000, que também foram interrompidos.

<sup>143</sup> Ver respectivamente p.69 e 104.

da Costa, prédio onde originalmente funcionou o principal órgão de imprensa do PRR- o jornal A Federação; além dos prédios considerados de valor arquitetônico, cujas construções e adornos nas fachadas também foram uma das marcas das obras públicas do período positivista como é o caso da Biblioteca Pública do Estado, do prédio do MARGS e do próprio Palácio Piratini, entre outros.<sup>144</sup> Pelo interior do Estado, temos a casa onde nasceu Borges de Medeiros, em Caçapava do Sul; o Forte Zeca Neto, em Camaquã, este mais vinculado à história regional bastante marcada por conflitos armados; e o prédio da antiga prefeitura de Lageado, em cujo processo aparece toda uma referência ao perfil positivista do intendente que mandou construí-lo. Também se fixou na *memória coletiva* estadual, o papel de uma segunda geração de políticos, estes ligados ao trabalhismo, ideologia que, depois do positivismo comtiano, foi uma das mais marcantes na representação política rio-grandense. Assim se preservou, em São Borja, as casas onde nasceram os ex-presidentes Getúlio Vargas e João Goulart e, em Ivorá, a casa do senador Alberto Pasqualini.

Voltando à memória dos grupos étnicos, uma terceira marca ao lado da alemã e italiana, construída pelo patrimônio cultural estadual, é a da comunidade judaica, presente no Cemitério de Philippon, em Itaara. Nesse caso também houve uma demanda externa, articulada pela Federação Israelita do Rio Grande do Sul e que contou com a atuação de autoridades vinculadas ao poder executivo estadual e de líderes políticos. Este bem é tido como o único remanescente, ainda existente, da primeira leva de imigrantes judeus para o Estado. A essa representação pode-se vincular a do Castelinho de Erechim, também representativo do processo de colonização na região noroeste do Estado nas primeiras décadas do século XX, fase em que os colonos judeus foram sendo estabelecidos na Colônia de Philippon.

Uma ação que pode ser considerada bastante inovadora, dentro dos parâmetros até então utilizados, foi a do tombamento do Sítio Ferroviário de Santa Maria, cuja abertura do processo partiu de uma demanda política vinculada à mobilização de grupos e associações locais. Nesse caso, ao lado da valoração do Sítio Ferroviário como elemento impulsionador do desenvolvimento da cidade e da região, há também a referência à importância histórica da categoria dos ferroviários no Rio Grande do Sul. O documento oficial que manifestou a demanda também menciona o período de perseguições políticas e de decadência das atividades ferroviárias, estas últimas provocando a destruição da memória de um importante aspecto da história estadual. A abordagem desse tema histórico na argumentação valorativa é o primeiro caso em que se verifica uma maior articulação com as produções historiográficas mais recentes,

---

<sup>144</sup> Nesse aspecto ver DOBERSTEIN, Arnoldo Walter. *Estatuários, Catolicismo e Gauchismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

nas quais está inserido o tema do movimento operário. Mas, ainda nesse caso, o item- Histórico-do parecer técnico é elaborado por uma arquiteta do quadro funcional que se nutre com a argumentação já levantada por trabalhos elaborados no processo de Tombamento Municipal por professores e alunos do curso de arquitetura da UFSM. Nesse sentido, a memória vinculada ao movimento operário dos trabalhadores que habitavam (alguns ainda moram; alguns são descendentes; alguns são novos líderes sindicais de outras categorias) na Vila Belga não foi muito enfatizada na argumentação valorativa, embora tenha sido na articulação das demandas junto à SEDAC e ao IPHAE. A referência ao espaço da Vila Belga que é um dos componentes do sítio ferroviário, foi mais articulada com questões urbanísticas, especialmente de construção de vilas operárias.

Paralelamente às ações de preservação, vinculadas a determinadas representações do passado que se procurou construir, existem os casos em que as motivações vincularam-se a objetivos mais práticos como prefeitos procurando consolidar a imagem de municípios em sua gestões e fazendo articulações diretas entre instâncias superiores do poder executivo estadual. Também alguns casos mais vinculados a projetos de uso dos imóveis para atividades culturais e dinamização em atividades turísticas, sendo o tombamento tido cada vez mais como um fator facilitador na busca de recursos financeiros através das leis de incentivo culturais ou de financiamentos junto ao Ministério da Cultura.

São, portanto, ações motivadas por objetivos mais práticos e concretos do que propriamente a projetos de preservação de uma memória coletiva representativa do nosso passado regional. Seriam casos em que a motivação em preservar estaria mais vinculada, parafraseando Argan, *com a coisa em si do que com o significado da coisa*.<sup>145</sup>

---

<sup>145</sup> Ver citação p. 30.

## Considerações Finais

Uma primeira consideração final a salientar após esse período de atenção ao foco de pesquisa é a importância e pertinência da afirmação de Le Goff de que o “conceito de memória é crucial”. O tema da preservação levou-nos à aproximação ao tema das memórias coletivas ficando bastante claro o quanto, assim como as memórias individuais trabalhadas pela psicanálise, as memórias coletivas também são constantemente reelaboradas pelo presente, influenciando ações. Essas reelaborações podem ser espontâneas, quando resultantes do que Nora caracteriza como memórias verdadeiras; ou podem ser construídas, servindo para uma gama bastante variada de objetivos, quando resultantes de memórias transformadas. A preservação do patrimônio cultural é uma memória transformada que fixou práticas institucionais executadas por atores imbuídos de exercer esse tipo de ação social; é um dos mecanismos utilizados pelas sociedades contemporâneas para interpretar seu passado através de recortes que criam representações do tempo transcorrido.

Essa memória transformada e oficialmente estabelecida que há décadas passa por processos de dilatação não significa o fim das memórias espontâneas, mas ela cumpre o papel de fixar representações conscientemente construídas. Nos primeiros tempos da preservação oficial, essas construções eram mais restritas estando, nas últimas décadas, em pleno processo de ampliação. Os resultados advindos desse processo podem ser positivos na medida em que se abrem mais espaços para as memórias espontâneas que subsistem também poderem fixar seus traços nessa composição de representações do passado.

No caso específico do objeto analisado é possível falar-se em pouca experiência acumulada, uma vez que a preservação patrimonial institucional no nível estadual tem pouco mais do que duas décadas. Além disso, os atores envolvidos pertencem a grupos bastante restritos o que pode ser um dos fatores que explique a pouca visibilidade desse conjunto patrimonial junto à sociedade e aos potenciais participantes nas práticas da instituição. Mas, embora o patrimônio cultural do Rio Grande do Sul não tenha a visibilidade social esperada, ele envolve questões públicas e de relações sociais suficientes para justificar e demandar que se pense nesse objeto e criem-se estratégias de ação capazes de devolvê-lo à sociedade que o gerou e na qual está inserido.

O valor histórico foi o valor preponderantemente atribuído a esse patrimônio cultural. Assim procurou-se marcar, com essa representação, aspectos do passado rio-grandense através de documentos arquitetônicos. Embora o embasamento para a escolha dos bens a

serem preservados tenha se pautado muito na sua representatividade como documentos históricos, o gerenciamento desse conjunto patrimonial esteve capitaneado por agentes mais voltados para a coisa em si do que para o significado intrínseco a ela nessa representação construída sobre o passado do Estado.

A análise sobre a forma como se deu a consagração de cada bem enquanto patrimônio cultural permite-nos também afirmar que se sobressaíram as escolhas originadas em demandas externas à instituição. Foram mais reduzidas as escolhas que tiveram sua origem em pressupostos valorativos articulados por uma linha de ação teórico-metodológica institucional que fosse seguida na atribuição de valores.

Há ainda uma longa jornada de acúmulo de saber para que a instituição possa articular linhas de atuação e atrair novos atores para fazer mais articulações com as aberturas pelas quais os processos de preservação patrimonial vêm passando nas últimas décadas. Um primeiro passo seria fazer um mapeamento preciso da forma como a sociedade está lidando com cada um desses bens que fazem parte do conjunto. Um mapeamento não só do ponto de vista da coisa em si, ou seja, da sua conservação material, mas das formas de apropriação, de usos e significados que lhe são dados. Isso permitiria observar como essa memória construída está sendo acionada pelos grupos que ela representa, o que pode ser muito diferente da forma como ela foi acionada pelos agentes que a construíram.

## BIBLIOGRAFIA

- AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes(org.). Usos e abusos da História Oral. RJ: FGV, 1996
- ANDRADE, Rodrigo M. F. de, 1898-1969. Rodrigo e seus tempos. RJ: Fundação nacional Pró-Memória, 1986.
- BANN, Stephen. As Invenções da História. Ensaio sobre a representação do passado. SP: Ed. UNESP, 1994.
- BERGSON, Henri. Matéria e Memória - Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. SP: Martins Fontes . Título Original: Matière et Mémoire. Presses Universitaires de France, 1939. 1ª ed. Brasileira: 1990
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. SP: Companhia das Letras, 1986.
- BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. SP: Ateliê Editorial, 2004.
- BURKE, Peter. A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales, 1929-1989. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- \_\_\_\_\_. A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- \_\_\_\_\_. O que é a História Cultural? RJ. Jorge Zahar Ed., 2005
- CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, Sandra Jatthy (org.). Fronteiras do Milênio/. POA: Ed. Universidade/ UFRGS. 2001
- CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. SP: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2001. © Éditions du Seuil, 1992 e 1996.
- CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.
- D 'ALESSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. *Revista Brasileira de História*, v.13, n.25/26, set.1992. p.97-103
- DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. Estuários, Catolicismo e Gauchismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2 ed. rev. ampl. Ed. UFRJ/Minc-IPHAN. 2005.
- GIOVANAZ, Marlise. Lugares de História: a Preservação Patrimonial na Cidade de Porto Alegre ( 1960 – 1979 ). Porto Alegre: Dissertação de Mestrado / História, UFRGS, 1999.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. RJ: Ed. UFRJ/IPHAN.1996.
- GOUVEIA, Maria Alice Machado de. Políticas de Preservação do Patrimônio. In: MICELI, Sérgio e GOUVEIA, Maria Alice. Política Cultural Comparada. RJ. Funarte/Finep. 1985.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Reinventando a Tradição: sobre Antiquariado e Escrita da História. *Revista Humanas*. IFCH/UFRGS, Porto Alegre, V.23, Nº.1/2. 2000. p. 111-143
- \_\_\_\_\_. Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido. *História em Revista*. ICH. UFPel. Pelotas. V.6, Dez/2000. p. 21-35
- HALBWACHS, Maurice. Memória Coletiva. SP: Edições Vértice. 1990. © 1950, Presses Universitaires de France

HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e História. "Como escrever a história da França?" . *Revista Anos 90*. PPGH/UFRGS. Nº. 7, julho /1997. p. 7-28

HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. A Invenção das Tradições. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HUYSSSEN, Andreas. Escapando da Amnésia - O Museu como Cultura de Massa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. N. 23. 1994

\_\_\_\_\_. Passados presentes: mídia, política, amnésia .In: Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia. RJ: Aeroplano, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO. Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul. Inventário das Estações: 1874-1959. Pesquisadoras Alice Cardoso e Frinéia Zamin. Porto Alegre: IPHAE/ SEDAC. Pallotti, 2002.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995 ( Caderno de documentos nº 3)

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Cartas Patrimoniais, 3ª ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas. SP: Ed. da Unicamp, 1996. 4ª edição.

LEWGOY, Bernardo. A Invenção de um Patrimônio: Um Estudo sobre as Repercussões Sociais do Processo de Tombamento e Preservação de 48 casas em Antônio Prado. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado em Antropologia, 1992.

MAGALHÃES, Aloisio. E Triunfo? A Questão dos Bens Culturais no Brasil. RJ: Nova Fronteira: (Brasília): Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MARES, Carlos Frederico. Bens Culturais e Proteção Jurídica. Porto Alegre: UE, 1999. 2ª edição.

MARSHALL, Francisco. Athanasius Kircher e a gênese do museu moderno. In: *Jornal do MARGS*. nº 91. Agosto 2003.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. O Passado no Futuro da Cidade: Políticas Públicas e Participação dos Cidadãos na Preservação do Patrimônio Cultural de Porto Alegre nas décadas de 70 a 90. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado( Faculdade de Arquitetura ), 2001.

MOMIGLIANO, Arnaldo. As raízes clássicas da historiografia moderna. Arnaldo Momigliano; tradução Maria Beatriz Borba Florenzano, SP: EDUSC, 2004.

NEDEL, Leticia Borges. Paisagens da Província: o regionalismo sul-rio-grandense e o Museu Julio de Castilhos nos anos cinqüenta. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado em História Social ( Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Departamento de História), 1999.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos Lugares. *Projeto História*. Nº. 10, dez./1993. São Paulo. p.7-28

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. V.2, Nº.3, 1989. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro. p 3-15

POSSAMAI, Zita Rosane. Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

\_\_\_\_\_. O Patrimônio em Construção e o Conhecimento Histórico. *Ciências e Letras*. Nº. 27. jan/jun/2000. FAPA. Porto Alegre. p. 13-24.

RIEGL, Alois . El Culto Moderno a los monumentos. Caracteres y origen. *La balsa de la Medusa*, 7. Colección

dirigida por Valeriano Bozal. Madri: Visor Distribuciones, S.A., 1987.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Rememoração/ Comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira da História*. ANPUH/ Humanitas Publicações vol.22, nº 44, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon. Tempos de Capanema. SP: Paz e Terra: FGV, 2000.

SORGENTINI, Hernán. Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la Historia. *Revista Brasileira da História*. ANPUH/ Humanitas Publicações, vol.23,nº45, 2003.

TODOROV, Tzvetan. Memória do mal, tentação do bem. Indagações sobre o séculoXX. SP: Arx, 2002.

VELOSO, Mariza e MADEIRA, Maria Angélica. Leituras Brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura. SP: Paz e Terra, 1999.

XAVIER, Paulo. Raízes da Defesa do Patrimônio Cultural. In: *Revista do ICOMOS-Brasil – Aspectos Urbanos, Históricos e Legais da Preservação no Brasil*. 1998. s/ paginação

## ANEXO 1

Patrimônio Cultural  
Inscrito no Livro Tombo  
Histórico do IPHAE  
**Tombamentos Estaduais**



Número de Bens: **86**  
Distribuição Geográfica: **38 municípios**

**Ponte 25 de Julho sobre o Rio dos Sinos em São Leopoldo**

**Nº 01** – 01/09/ 1980 - de Ofício/Compulsório

**Prédio da Antiga Provedoria da Real Fazenda**

**Nº 02** – 17/09/1981 – de Ofício

**Prédio do Fórum da Cidade de Jaguarão**

**Nº 03** - 17/09/1981 – de Ofício

**Feitoria Velha – São Leopoldo**

**Nº 04** - 15 /03/ 1982 – Voluntário

**Antigo “Seminário Evangélico de Professores” atual “Casa do Estudante”- São Leopoldo**

**Nº 05** – 15/03/1982 - de Ofício / Compulsório

**Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul**

**Nº 06** - 28 /07/ 1982 - de Ofício

**Antigo “Palácio do Governo”, denominado “Forte Apache”**

**Nº 07** - de 28/07/1982 - de Ofício

**Prédio do Museu de Comunicação Social “Hipólito José da Costa”**

**Nº 08** - 28 /07/ 1982 - de Ofício

**Prédio do Museu Júlio de Castilhos**

**Nº 09** – 28/07/ 1982 - de Ofício

**Teatro Prezewodowski - Itaqui**

**Nº 10** – 24/08/ 1982 - de Ofício

**Prédio do Hotel Majestic**

**Nº 11** - 03 /12/1982 - de Ofício

**Casa de Ramiro Barcellos - Charqueadas**

**Nº 12** – 03/12/ 1982 - de Ofício

**Prédio da Prefeitura Municipal de Rio Grande**

**Nº 13** – 13/12/ 1982 - Voluntário

**Prédio da Prefeitura Municipal de Dom Pedrito**

**Nº 14** – 20/01/1983 -de Ofício

**Igreja de São Domingos - Torres**

**Nº 15** – 07/02/ 1983 - de Ofício

**Prédio da Antiga Escola Militar – Rio Pardo**

**Nº 16** – 07/02/ 1983 - de Ofício

**Casa dos Azulejos – Rio Grande**

**Nº 17** – 11/02/1983 - de Ofício

**Prédio do Hotel Paris – Rio Grande**

**Nº18** – 04/03/1983 - de Ofício

**Prédios da Antiga Viação Férrea do Rio Grande do Sul – Montenegro**

**Nº 19** – 25/04/1983 - Voluntário

**Casa Saretta** - Veranópolis

**Nº 20** – 29/04/1983 - Voluntário

**Usina do Gasômetro**

**Nº 21** – 31/05/ 1983 - Voluntário

**Museu de Arte do Rio Grande do Sul ( Ex-Delegacia Fiscal )**

**Nº 22** – 30/06/ 1983 - de Ofício

**Casa e Museu Érico Veríssimo** – Cruz Alta

**Nº 23** – 01/08/ 1984

**Prefeitura Municipal** – Cruz Alta

**Nº 24** – 01/08/1984

**Antiga Igreja Matriz de São Miguel** – Dois Irmãos

**Nº 25** – 01/08/1984

**Prédio onde funciona a Prefeitura de Lajeado**

**Nº 26** - 01/08/1984

**Ponte desativada** – Palmares do Sul

**Nº 27** – 01/08/1984

**Ponte do Império** – Piratini

**Nº 28** – 01/08/1984

**Prédio do Theatro São Pedro**

**Nº 29** – 01/08/1984

**Antiga Escola Estadual Santa Teresa** – Santa Teresa

**Nº 30** – 25/09/1985

**Casa de Pedra** - Farroupilha

**Nº 31** – 26/08/ 1985

**Prédio onde está instalado o Fórum de Caçapava do Sul**

**Nº 32** – 10/09/1985

**Prédio da Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção – Caçapava do Sul**

**Nº 33** – 10/09/1985

**Remanescentes da Antiga Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos\***

**Nº 34** – 10/03/1986

**Prédio da Prefeitura Municipal de São José do Norte**

**Nº 35** – 16/07/1986

**Antiga Igreja Matriz de São Pedro - Ivoti**

**Nº 36** – 11/09/1986

**Caixa d' Água de Dom Pedrito**

**Nº 37** – 11/09/1986

**Prédio do Palácio Piratini**

**Nº 38** – 02/12/1986

**Associação Comercial e Industrial de Taquara**

**Nº 39** – 21/11/1986

**Hospital Carbone – Caxias do Sul**

**Nº 40** – 23/12/1986

**Casarão dos Veronese – Flores da Cunha**

**Nº 41** – 23/12/1986

**Antiga Casa do Comendador Fabião - Piratini**

**Nº 42** -21/12/1992 – 20/11/1986

**Antiga Cadeia - Piratini**

**Nº 43** – 21/12/1992 – 18/11/1986

**Casa de Camarinha - Piratini**

**Nº 44** – 21/12/1992 – 20/11/86

**Casa de material situada no Logradouro Pe. Reinaldo Wist, 15 - Piratini**

**Nº 45** – 21/12/ 1992 – 20/11/86

**Antigo Teatro** - Piratini

**Nº46** – 21/12/1992 – 20/11/86

**Antiga Casa de Fazenda** - Piratini

**Nº 47** – 21/12/1992 – 20/11/86 .

**Antiga Farmácia Caridade** - Piratini

**Nº 48** – 21/12/1992 – 20/11/1986

**Antiga Moradia de Egydio Rosa** - Piratini

**Nº 49** – 21/12/1992 – 21/11/1986

**Prédio da Rua Bento Gonçalves, s/nº** - Piratini

**Nº 50** – 21/12/1992 – 21/11/1986

**Sobrado da Dorada** - Piratini

**Nº51**- 21/12/1992 – 21/11/1986

**Casa de Gomes de Freitas** - Piratini

**Nº52** – 21/12/1992 – 21/11/1986

**Casa Comercial dos Fabião** - Piratini

**Nº 53** – 21/12/1992 – 21/11/86

**Antiga Casa Fabião** - Piratini

**Nº 54** – 21/12/1992 – 21/11/86

**Casa de Vicente Lucas de Oliveira** - Piratini

**Nº55** – 21/12/1992 – 21/11/1986

**Casarão Verde** – Nova Prata

**Nº 56** – 21/12/1992 -10/03/1987 – de Ofício

**Banco Meridional**

**Nº 57** – 21/12/1992 – 10/03/1987

**Praça da Alfândega e Entorno \***

**Nº 58** – 21/12/1992 – 17/03/1987

**Antiga Enfermaria Militar – Jaguarão**

**Nº 59** – 21/12/1992 - 05/07/1990 – de Ofício

**Mercado Público – Jaguarão**

**Nº 60** – 21/12/ 1992 - 06/07/1990

**Teatro Politeama Esperança – Jaguarão**

**Nº 61** – 21/12/1992 - 05/07/1990

**Antigo Quartel General do 6º G.A.C. – Rio Grande\***

**Nº 62** – 21/12/1992 - 13/07/1990 – de Ofício

**Edificações Centenárias do Hospital Psiquiátrico São Pedro**

**Nº 63** – 21/12/1992 – 21/08/1990 – de Ofício

**Sítio Histórico Museu da Brigada Militar**

**Nº 64** – 21/12/1992 – 10/11/1990 – de Ofício

**Sítio Histórico Museu do Trem – São Leopoldo**

**Nº 65** – 21/12/1992 – 24/09/1990 – de Ofício

**Prédio do Castelinho - Erechim**

**Nº 66** – 21/12/1992 - 07/03/1991 – de Ofício

**Arquivo Público**

**Nº 67** – 21/12/1992 – 13/03/1991 – de Ofício

**Casa do Senador Alberto Pasqualini - Ivorá**

**Nº 68** – 21/12/1992 – 27/09/1991 - Voluntário

**Prédio do Antigo Banco Pelotense – Santa Cruz do Sul**

**Nº 69** – 16/08/1994 – 10/03/1991 - de Ofício

**Prédio do Fórum – Santa Cruz do Sul**

**Nº 70** – 16/08/1994 – 12/03/1991 - de Ofício

**Casa de Zeca Netto (Forte de Zeca Netto) - Camaquã**

**Nº 71** - 16/08/1994 – 03/04/1992 – de Ofício

**Prédio de Vila Freire - Cerrito**

**Nº 72** – 16/08/1994 – 21/12/1992 - de Ofício

**Restante da Área que pertenceu à Antiga Usina Termoeletrica de Arroio dos Ratos - Poço 1 \***

**Nº 73** – 16/08/1994 – 13/10/1993 - Voluntário e de Ofício

**Museu Getúlio Vargas – São Borja**

**Nº 74** – 16/08/1994 – 21/01/1994 - Voluntário e de Ofício

**Casa do Ex-Presidente João Goulart – São Borja**

**Nº 75** – 16/08/1994 – 21/01/1994 - Voluntário

**Casa Ulhôa Cintra ou Casa de Reunião dos Farrapos – Caçapava do Sul**

**Nº 76** – 16/08/1994- 24/02/1994 - Voluntário

**Casa onde nasceu o Dr. Antônio Borges de Medeiros – Caçapava do Sul**

**Nº 77** – 26/08/1994 – 24/02/94 - Compulsório

**Prédio “Força e Luz”**

**Nº 78** – 26/08/1994 - de Ofício

**Casa de Gomes Jardim - Guaíba**

**Nº 79** – 30/11/1994 - Voluntário

**Igreja do Galo – São Gabriel**

**Nº 80** – 28/12/1994

**Cemitério Israelita de Philippon - Itaara**

**Nº 81** – 28/12/1994 - Voluntário

**Palácio do Vice-Governador**

**Nº 82** – 28/12/1996 – de Ofício

**Casa da Banha - Pelotas**

**Nº 83** - 28/06/1999 – de Ofício

**Granja de Pedras Altas – Pedras Altas**

**Nº 84** – 11/12/1999 – de Ofício

**Sítio Ferroviário de Santa Maria**

**Nº 85** – 22/11/2000 – de Ofício

**Sítio Ferroviário de Caxias do Sul**

**Nº 86** – Inscrição incompleta – data da Portaria 27/09/2001.

**OBSERVAÇÕES:**

- em algumas inscrições o item Caráter de Tombamento está em branco no Livro Tombo
- onde constam duas datas é porque a Inscrição foi feita bem depois da assinatura da Portaria
- onde não há o nome do município a localização é em Porto Alegre